



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



O Parâmetro do Sujeito Nulo
no português popular do interior do estado da Bahia

por

José Carlos Assunção Novaes

Orientador Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Salvador-Bahia
2007



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



O Parâmetro do Sujeito Nulo
no português popular do interior do estado da Bahia

por

José Carlos Assunção Novaes

Orientador Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Salvador-Bahia
2007

À minha mãe, Prof. Eulina Assunção Novaes (*in memoriam*) e à meu pai Deusdedite Ribeiro de Novaes pelos ensinamentos que me fizeram chegar até aqui.

À meu orientador Prof. Dr. Dante Lucchesi pelo incentivo à realização desse trabalho.

Agradecimentos

À Deus, por ter me levado no colo e ter me dado amparo nos momentos mais difíceis por que passei e por ter me dado a oportunidade de estar aqui construindo a minha História.

À Norma Lopes pelas orientações que me fizeram dar os primeiros passos para iniciar o Mestrado.

À Eurípedes Moitinho, Seliane Cunha, Dimas Luz e Belinda Parsey, que me incentivaram e me ajudaram nos momentos em que precisei contar com um ombro amigo.

À Célia Telles, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Suzana Alice Marcelino Cardoso, professores que contribuíram, e muito, para a minha formação.

À meu orientador Dante Lucchesi, a quem admiro e devo a minha formação sociolingüística.

À meus irmãos que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

Aos informantes que me receberam em suas casas e abriram as portas contribuindo com a realização desses estudos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência geral da realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA	153
Tabela 2 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável pessoa do sujeito (nível de significância: .038)	155
Tabela 3 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável morfema de pessoa e número (nível de significância: .038)	159
Tabela 4 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável traço semântico [+/- humano] do sujeito (nível de significância: .038)	161
Tabela 5 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável tipo de oração (nível de significância: .038)	164
Tabela 6 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável menção anterior do sujeito (nível de significância: .038)	166
Tabela 7 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável posição em relação ao antecedente (nível de significância: .038)	169
Tabela 8 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável topicalização do sujeito (nível de significância: .038)	172
Tabela 9 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável sexo (nível de significância: .038)	176
Tabela 10 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável faixa etária (nível de significância: .038)	177
Tabela 11 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável localização (nível de significância: .038)	178

LISTA DE QUADROS

Quadro1 - Informantes urbanos do município de Poções - BA.	148
Quadro 2 - Informantes rurais do Povoado de Morrinhos (município de Poções - BA)	149

RESUMO

O português brasileiro, sobretudo em suas variedades populares, diferencia-se muito do português europeu, pois possui características próprias que se formaram, desde o período da colonização do Brasil, quando aqui chegaram os primeiros colonizadores europeus e estabeleceram contato com as diversas línguas indígenas e, posteriormente, com as línguas africanas vindas com os escravos trazidos do continente africano. Esse contato teria afetado principalmente a formação do português popular do Brasil, não deixando de se refletir também na norma culta brasileira. Assim, um dos aspectos que diferenciam o português brasileiro do português europeu é a realização do sujeito pronominal. De acordo com a Teoria de Princípios e Parâmetros, criada por Noam Chomsky, o português europeu é uma língua pro-drop típica, pois não realiza o sujeito pronominal em determinados contextos. Já o português brasileiro estaria passando por uma fase de transição de língua pro-drop para língua não pro-drop. Essa mudança possui uma relação com a significativa redução nos paradigmas flexionais do verbo. Nesta dissertação, esse processo de mudança, que é geral no Brasil, é observado na língua popular do interior do estado da Bahia. A pesquisa tem sua base empírica em uma amostra de fala vernácula recolhida junto a vinte e quatro moradores do Município de Poções, na região Sudoeste da Bahia. Esses informantes, com pouco ou nenhuma escolaridade, foram distribuídos eqüitativamente pelos dois sexos e por três faixas etárias. A análise da realização do sujeito pronominal nesta amostra lingüística fundamentou-se nos princípios teóricos metodológicos da Sociolingüística Variacionista. Os resultados da análise quantitativa revelaram que, no português popular do interior, assim como em outras variedades da língua portuguesa no Brasil, o mecanismo sintático do sujeito nulo está comprometido, em função da perda da morfologia flexional do verbo. Desse modo, o sujeito nulo foi favorecido pela presença de um morfema flexional do verbo, pelo mecanismo sintático da correferência e pelo traço semântico [-humano]. Já o sujeito pronominal é mais realizado na 2ª pessoa do singular. Também as respostas a perguntas do tipo Wh-question e as interrogativas foram as estruturas oracionais que mais favoreceram a realização do sujeito. Os falantes do sexo feminino, mais jovens e moradores da zona urbana se utilizam mais do sujeito pronominal. Já os falantes do sexo

masculino, mais velhos e moradores da zona rural contribuem para uma maior utilização do sujeito nulo. Com esta pesquisa pretende-se contribuir com o conhecimento da realidade sociolingüística do interior do Estado da Bahia, bem como com a compreensão da formação histórica do português brasileiro como um todo.

ABSTRACT

The Portuguese from Brazil, and its popular varieties, it's a lot different to the Portuguese from Europe, because it has its own proper characteristics that have taken place, since the time of colonization in Brazil, when the first European settlers arrived in this country, and they had been in contact with several Indian languages and, after that, with the African languages that came together with the slaves from the African continent. That contact should have affected mainly the formation of popular Brazilian Portuguese, but even interfered with the standard Brazilian language. Like this, one of the aspects that differ to the Portuguese from Brazil to the Portuguese from Europe is the realization of the pronominal subject. According to the theory of Principle and Parameters, created by Noam Chomsky, the European Portuguese is a typical pro-drop language, because it doesn't use the pronominal subject in some contexts. But the Brazilian Portuguese would be on a transition phase of a pro-drop to a non-pro-drop language. This change has a relation with the mainly reduction in the verb flexion. In this dissertation, this change process, that in Brazil is general, it's observed in the popular countryside language in the state of Bahia. The research has as an empiric base on a vernacular speech taken from twenty-four people living in the town of Poçoões, in the southwest region of Bahia. Those informers with just some or none scholar education were distributed equally between the two sexes and by three different age groups. The analyze realization of the pronominal subject in this linguistic demonstration has as a base the methodological theoretic principles of the Variationist Sociolinguistic. The results of the quantitative analyze showed that, in the popular Portuguese from the hinterlands, as in another varieties of Portuguese language in Brazil, the syntactic mechanism of the non-subject is endangered, in function of the losing morphological flexion of the verb. Like this the non-subject had been endowed by the presence of a flexional morpheme of the verb, by the syntactic mechanism of the coreference and by the semantic aspect [- human]. But the pronominal subject is more emphatic in the second person singular. Also the answers for questions like Wh-question and the interrogative were the oracionais structures that endowed the most the use of the subject. The speakers of the feminine sex, younger and living in the urban area they make use of the pronominal subject the most, besides the speakers of the masculine

sex, older and living in the rural area contribute for the most use of the non-subject. With this research we intend to contribute with the knowledge of the sociolinguistic reality on the hinterlands in the state of Bahia, as much as the comprehension of the historic formation of the Brazilian Portuguese.

SUMÁRIO

Lista de tabelas

Listas de quadros

Resumo

Abstract

Introdução	14
CAPÍTULO 1: PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	19
1.1 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	19
1.1.1 As línguas gerais no Brasil	27
1.2 A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	35
1.2.1 Língua portuguesa, brasileira ou nacional?	37
1.2.2 A variante nacional	41
1.2.3 A língua do povo brasileiro	42
1.3 NATUREZA DESCRIOULIZANTE DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	46
1.4 PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO: CONTATO ENTRE LÍNGUAS OU DERIVA SECULAR?	49
CAPÍTULO 2: O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO	65
2.1 TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS	65
2.2 PARÂMETROS DO SUJEITO NULO NA GU	68
2.3 O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL	71
2.3.1 O sujeito nulo na norma culta	71
2.3.2 O sujeito nulo no português afro-brasileiro	75
CAPÍTULO 3: TEORIA E MÉTODOS	79
3.1 LÍNGUA E DIALETO	79

3.2 A NORMA LINGÜÍSTICA	81
3.3 O ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA	83
3.3.1 A Dialetoologia	83
3.3.2 Língua e sociedade	89
3.3.3 A contribuição da Sociolingüística	93
3.3.3.1 A variável sociolingüística	95
3.3.3.2 Variação e mudança	98
3.3.3.2.1 <i>Variação social</i>	103
3.3.3.2.2 <i>Variação da língua em diferentes grupos étnicos</i>	108
3.3.3.2.3 <i>Variação estilística</i>	109
3.3.3.3 Redes sociais	113
3.3.3.4 Atitude	115
3.3.3.5 Tempo real x tempo aparente	117
3.3.3.6 Diferenciação entre sexo	120
3.3.3.7 Prestígio	122
3.3.3.8 Isoglossas	124
3.3.3.9 Condicionamentos	126
3.3.3.10 A difusão	127
3.3.3.10.1 <i>Difusão na estrutura da língua</i>	129
3.3.3.10.2 <i>Difusão espacial</i>	129
3.3.3.11 A classe social	131
3.3.4 Metodologia	132
3.3.4.1 O paradoxo do observador	142
3.3.5 Comunidade de fala: município de Poções	144
3.3.5.1 O distrito de Morrinhos	146
3.3.6 Amostras de fala: entrevistas	148
3.3.6.1 Caracterização dos informantes	148
3.3.7 Tipos de entrevistas	151
3.3.8 Processamento quantitativo de dados	151
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS	153
4.1 A VARIÁVEL DEPENDENTE	154
4.2 VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS	155
4.2.1 A pessoa do sujeito	155

4.2.2 O morfema de pessoa e número	158
4.2.3 O traço semântico	161
4.2.4 Tipo de oração	163
4.2.5 Menção anterior do sujeito	166
4.2.6 Posição em relação ao antecedente	169
4.2.7 Topicalização	172
4.2.8 Conclusão das variáveis lingüísticas	174
4.3 VARIÁVEIS SOCIAIS	175
4.3.1 Sexo	176
4.3.2 Faixa etária	178
4.3.3 Localização	179
4.3.4 Conclusão das variáveis sociais	180
4.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE DADOS	181
Conclusão	183
Referências	186

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o uso de um determinado sistema lingüístico, percebemos que todas as línguas são heterogêneas e isto se faz necessário para que elas possam cumprir o seu papel de instrumento de comunicação, sendo esse traço que deve ser sistematizado pelos estudos sociolingüísticos, cuja principal referência é o americano William Labov. Esse conceito de heterogeneidade da língua também é apresentado por Silva-Corvalán (1988), em oposição ao conceito de língua como sistema homogêneo e uniforme. Assim, na abordagem sociolingüística, em que é possível entender o desenvolvimento de uma mudança lingüística no uso real na comunidade de fala em que ela ocorre, comprova-se que há uma relação entre a fala dos membros de uma comunidade e certos fatores estilísticos e sociais. O fato é que tentar implantar uma norma, estabelecendo um padrão considerado “certo” no uso da língua, um modelo a ser seguido, é praticamente impossível. É necessário aceitar e acompanhar as evoluções por que passa a língua, porque a língua existe na atividade lingüística concreta, a fala. Se falamos a língua, é porque sabemos essa língua, e não podemos negar também que a língua falada por um povo é a língua desse povo.

O português é uma das línguas oficiais da Comunidade Econômica Européia. Em 1994, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que reúne Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Brasil. O Brasil é o único país de língua portuguesa da América. O português falado no Brasil não sofreu as mudanças ocorridas a partir do século XVIII na língua falada na metrópole. Mantém-se mais próximo da maneira de pronunciar da época da descoberta e tem fortes influências indígenas, africanas e, mais tarde, de imigrantes europeus que se instalaram no Centro-Sul. A língua portuguesa foi transplantada, para o Brasil, a partir do século XVI, encontrando várias línguas sendo utilizadas pelos indígenas e enfrentando, com a vinda de mão-de-obra escrava, o contato com falantes de línguas africanas diversas. A língua de contato entre o colonizador e os povos indígenas do litoral foi o tupi. Os jesuítas estudaram essa língua, e ela se estabeleceu como língua geral, ao lado do português, na vida cotidiana da colônia, sendo mais tarde proibida por uma Provisão Real. Nessa época, o português se

fortaleceu com o afluxo de grande número de pessoas da metrópole. Com a expulsão dos jesuítas do país, em 1759, o português fixou-se definitivamente como o idioma do Brasil.

A vinda dos escravos, oriundos de diversas regiões da África, no início de nossa colonização, é um dos fatores relacionados à nossa história lingüística. Discute-se muito que influência tem essa população em relação à formação do nosso português popular, falado pelas camadas da população não escolarizada e socialmente desligada dos padrões cultos da nossa língua, principalmente aquelas remanescentes de quilombos ou situadas na zona rural, longe dos centros urbanos e, portanto, isoladas culturalmente. Segundo Lucchesi (2003), no português popular do Brasil, os processos de transmissão lingüística irregular mais leves compreenderam uma fase inicial em que ocorreu uma variação mais ou menos intensa em relação ao uso dos mecanismos gramaticais e nas fases seguintes uma manutenção desse quadro de variação, o que resultou numa heterogeneidade da fala. Além de usarem o português como uma segunda língua, modificada pelas condições de aquisição, os escravos e ex-escravos foram transmitindo essa língua, um português modificado, para os seus descendentes, que a receberam como a sua primeira língua. É claro que, sendo maioria em algumas comunidades, podem ter influenciado em alguns traços do português popular, principalmente na zona rural, local para onde eram enviados para o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar ou de fumo. Essa população, além disso, não tinha tanto contato com as vilas e povoados que existiam na época.

Essas variedades da língua portuguesa vêm nos mostrar como o português não pode ser considerado uma língua homogênea, já que sofreu influências externas nos diferentes lugares em que foi implantado, devido à colonização portuguesa. Também nesses lugares, sofreu influências internas que fizeram com que houvessem variações derivadas de tantas outras influências. Apesar da língua oficial do Brasil ser a Língua Portuguesa, cujo padrão é adotado pela escola como modelo para o ensino, acontece, no entanto, a utilização de um português variável, por vezes bem diferente da orientação escolar. Isso porque existe em toda língua variações que têm maior prestígio que outras. Por outro lado, a escola desqualifica essa diversidade. Esses preconceitos estão sendo destruídos com a contribuição dos estudos sociolingüísticos, pois o português do Brasil não é uma entidade simples e homogênea. O português usado pelo falante brasileiro possui variações e

elas devem ser analisadas como formas múltiplas de se utilizar a língua portuguesa. Ao constatar as variações que ocorrem na língua portuguesa no Brasil (diatópicas, diastráticas e diafásicas), desfaz-se a visão de que o português brasileiro é único, simples e homogêneo. Além da escola, que contribui para que o padrão normativo da língua seja adotado pelos falantes, desprezando as outras variedades da língua, tidas com algo “errado” e que não deve ser conservado, sendo alvo inclusive de discriminação dentro do ambiente escolar, outros fatores determinam o comportamento lingüístico. Um que é observado por vários autores e considerado de relevância em relação à seleção de uma variante em vez de outras é o gênero. Labov, por exemplo, comenta o fato de que as mulheres têm mais contato com os filhos nos primeiros anos de vida, por isso também influenciariam a criança no processo de aquisição da língua. Ele também constatou que as mulheres tendem a usar formas mais inovadoras, quando não estigmatizadas, do que os homens.

Si es cierto que se da una influencia de los padres en el lenguaje temprano de los niños, la de las mujeres es aún mayor; ciertamente las mujeres hablan a los niños pequeños más que los hombres y tienen una influencia más directa durante los años en que los niños están formando reglas lingüísticas con más rapidez e eficacia. (LABOV, 1983, p. 374).

Sabemos que o fato lingüístico é eminentemente social. É impossível conceber a existência da sociedade sem a existência da língua que serve para transmissão de informações e estabelecimento de relações. E é através dessa troca de informações proporcionada pelo uso da língua que a sociedade evolui. A língua influencia o desenvolvimento da vida social, e a sociedade, por sua vez, contribui para as variações ocorridas na língua. Por isso não podemos conceber um estudo da língua sem que se observe o contexto sociocultural em que ela se encontra. A observação dos fenômenos sociais que interferem no uso da língua pelo falante é o objeto de estudo da sociolingüística. A sociolingüística entende que a variação existe e a língua é um sistema heterogêneo que está sempre em mudança.

Em relação às mudanças que ocorrem na língua, um dos fenômenos mais discutidos atualmente diz respeito à teoria de princípios e parâmetros proposta por Chomsky, em 1981, quando se iniciou nos estudos da Gramática Gerativa uma fase marcada pela busca dos princípios universais das línguas humanas. Partiu-se, como

afirma Duarte (1985), das variações interlingüísticas possíveis que são permitidas. Assim, aos princípios universais da linguagem humana estariam associados parâmetros variáveis, ou seja, propriedades sintáticas que admitiriam duas possibilidades de manifestação. Dentro desse contexto, temos o parâmetro do sujeito nulo ou *pro-drop*. O português europeu, assim como o italiano e o espanhol, é uma língua *pro-drop*, permitindo o uso opcional do pronome sujeito. No entanto, o português brasileiro, devido à perda da morfologia flexional, está se tornando uma língua *não-pro-drop*. Esse é o tema abordado nesta dissertação, situado no âmbito da língua portuguesa no Brasil, desde a sua formação, no período colonial, até as recentes mudanças verificadas atualmente.

O nosso trabalho se compõe de 4 capítulos. No primeiro capítulo, estaremos falando sobre o Português Popular do Brasil, a partir de um estudo da história da língua portuguesa no Brasil, desde o momento em que os portugueses aqui chegaram e a implantaram em território brasileiro. Iremos abordar a situação inicial, em que encontramos várias línguas em contato, desde o português europeu, às diversas línguas faladas pelos indígenas que aqui habitavam, até a chegada dos negros africanos de diversas regiões da África e que também falavam línguas diversificadas, de acordo com o seu local de origem, de onde foram trazidos como escravos. Também vamos abordar como a língua portuguesa se estabeleceu em terras brasileiras e as principais variações e diferenças entre o Português do Brasil e o Português de Portugal. A partir daí estaremos analisando os principais debates sobre a língua do povo brasileiro. Seria uma língua portuguesa, brasileira ou nacional? Vamos analisar também a proposta de Lucchesi (2001) sobre a natureza descrioulizante do português brasileiro, o contato entre línguas e o conceito de deriva secular adotado por Naro e Scherre (1993).

No capítulo 2, estaremos apresentando o Parâmetro do Sujeito Nulo, no âmbito da teoria de princípios e parâmetros proposta por Chomsky (1981)¹. Assim, abordaremos o parâmetro do sujeito nulo, ou parâmetro *pro-drop*, na Gramática Universal, que estaria relacionado às línguas que têm uma morfologia verbal muito rica, tornando-se, como afirma Lobato (1986), dispensável a realização fonética do sujeito pronominal. Essas línguas são chamadas *pro-drop*, ou línguas com *sujeito*

¹ CHOMSKY, Noam (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

nulo ou *sujeito oculto*, por permitirem a opção da realização fonética ou não do pronome sujeito.

As teorias a respeito do estudo da variação e mudança lingüísticas estarão sendo abordadas no capítulo 3 deste trabalho. Estaremos mostrando como começaram os primeiros estudos relacionados a esse tema, com base na diferenciação entre língua e dialeto e o conceito de norma lingüística. A partir daí, vamos verificar como se iniciaram os primeiros estudos sobre a variação lingüística, o surgimento da Dialetoлогия, a relação entre língua e sociedade e a contribuição da Sociolingüística para os modernos estudos sobre a língua. Também abordaremos, nesse capítulo, a metodologia empregada para o recolhimento de dados para a constituição do *corpus* a ser analisado. Logo a seguir, faremos um breve relato histórico da comunidade estudada, descrevendo as amostras de fala e os tipos de entrevista, além do processamento de dados realizado para se obter os resultados que serviram de base para a nossa análise.

No capítulo 4 estaremos mostrando os resultados obtidos através de nossa análise de dados da variável dependente, das variáveis lingüísticas e das variáveis sociais, observando os fatores que foram mais relevantes e que demonstraram uma maior significância para a conclusão de nossos estudos. Temos como variável dependente a realização ou não do sujeito pronominal. As variáveis lingüísticas consideradas significantes pelo programa de regras variáveis VARBRUL, foram a pessoa do sujeito, o morfema de pessoa e número, o traço semântico [+/- humano], o tipo de oração, a menção anterior ao sujeito, a posição em relação ao antecedente e a topicalização. Quanto às variáveis sociais, analisaremos as variáveis sexo, faixa etária e local de moradia do falante, se morador da zona urbana ou rural.

Finalmente, na conclusão, apresentamos uma síntese dos resultados obtidos em nossos estudos e a nossa interpretação final sobre o parâmetro do sujeito *nulo* no português popular do interior do Estado da Bahia.

CAPÍTULO I

O PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

1.1 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Ao tratar da transplantação e consolidação da língua portuguesa no Brasil, uma primeira questão que se coloca seria a da procedência dos colonos portugueses que vieram para o Brasil. Silva Neto (1988) comenta sobre a hipótese de ter havido um predomínio de colonizadores vindos do Sul de Portugal para o Brasil, durante o período de sua formação, enquanto colônia daquele país. No entanto, muitos estudos mostram que houve um equilíbrio em relação à imigração de portugueses para as terras brasileiras. Ele cita um trabalho de Tales de Azevedo, de 1955, em que é comentada a presença de um sulista para três nortistas, mas, ao mesmo tempo, ele afirma que o inverso teria acontecido em relação aos colonos de classes mais baixas como operários, artesãos, agricultores, pescadores etc. Silva Neto (1988) também cita uma pesquisa de Carlos Ott (1957)² em que este afirma que houve predominância de colonos do Norte de Portugal no povoamento da Bahia no século XVII. Logo a seguir, Silva Neto (1988) diz que nas Cartas Chilenas do poeta mineiro Tomás Antonio Gonzaga, escritas no século XVIII, Rodrigues Lapa, num artigo escrito em 1958, encontrou uma gíria muito usada no Norte de Portugal e comenta que o padre Fernão Cardim, afirmou, em 1590, aproximadamente, que os moradores de Pernambuco teriam vindo, em sua grande maioria da província do Minho. Houve, também, uma lei de 1720, no século XVIII, que tentava impedir que os moradores dessa província viessem para o Brasil. No entanto, segundo Silva Neto (1988), devemos evitar generalizações, pois mesmo com a escassez de provas, essas nos levam a concluir que vieram colonos de todas as regiões de Portugal. Para ele, o interesse principal está na origem social dos colonos, principalmente das grandes massas que teriam vindo das classes humildes da província. Isso porque a linguagem dos camponeses tem um caráter conservador, o que teria resultado num sistema mais antigo, lingüisticamente falando, o que levaria

² OTT, Carlos (1957). *O povoamento da Baía no século XVII*. Revista de Cultura e Divulgação. Ano I, nº 1, p. 51 a 71.

a associar a língua dos primeiros colonizadores à do século XV, anterior à colonização. Ele também afirma que tanto o português brasileiro quanto o espanhol americano têm grande semelhança com as línguas faladas nas zonas meridionais e cita Antenor Nascentes (1933)³ que comenta essa questão. Teyssier (1987) também fala sobre a semelhança existente entre o português brasileiro e o português meridional falado por colonos originários do Sul de Portugal. No entanto, ele explica que o povoamento se fez a partir de todas as regiões de Portugal.

No Brasil colonial, segundo Silva Neto (1988), se fundiram portugueses vindos de todas as partes de Portugal e foram eliminados os fonemas específicos do Norte e certos “rusticismos”. Isso também aconteceu no Sul de Portugal, que é uma região de colonização, resultante do contato com portugueses de todas as partes do país, sendo que a fonética do Norte se encontrou com a do Sul durante a Reconquista e a colonização ultramarina. E Silva Neto (1988) reafirma que a pronúncia brasileira não se assemelha de modo algum à pronúncia do Norte de Portugal. Também ele lembra Schuchardt que, em 1870, afirmou que, devido ao cruzamento e ao contato entre indivíduos vindos dos mais diferentes lugares, as áreas que foram colonizadas tinham como característica uma enorme unidade lingüística. Silva Neto (1988) lembra que no Brasil, na época da colonização, os portugueses encontraram diferentes grupos indígenas, sendo que, logo a seguir, dando início à exploração das novas terras e à expansão do domínio português, tiveram que trazer escravos do continente africano para esses trabalhos. A partir daí dá-se início à assimilação e incorporação da cultura portuguesa entre esses outros povos não europeus. Ele afirma que, naturalmente, se formou entre essa população, composta de índios, negros e mestiços, uma linguagem denominada *crioulo* ou *semicrioulo*, considerada rude e pertencente a uma gente inculta, que foi sendo eliminada através do processo de escolarização e a influência das classes mais altas, sobrevivendo ainda hoje em regiões rurais isoladas. Desde o início da colonização, que se iniciou no litoral, houve uma grande diferenciação entre o homem do litoral e do interior do Brasil, segundo Silva Neto (1988). Essa diferenciação é percebida até hoje no sertão que, ainda vive essa diferença, em relação à economia, cultura e modo de vida.

³ NASCENTES, Antenor (1933). O idioma nacional. In: *Gramática Histórica*, 2.ed. p. 259

Para Silva Neto (1988), há um grande exagero em relação ao que se diz da influência das línguas indígenas e africanas no português brasileiro, sendo, segundo ele, um desejo de exaltar a diversidade do nosso vocabulário ou a vontade de se reconhecer uma língua brasileira, chegando até a chamar alguns autores de despreparados lingüisticamente e que as suas explicações não são compatíveis com os fatos. Ele diz que Nina Rodrigues, em 1932, afirmou ter encontrado a explicação para os desvios do português popular do Brasil nas construções sintáticas africanas e também as afirmações de João Ribeiro que, em 1906, disse que o sistema gramatical brasileiro foi influenciado pelas línguas africanas.

Teyssier (1997) também comenta sobre isso e sobre os principais fatos históricos do nosso país, como a chegada da corte portuguesa e a Independência. Apresenta-nos o índio, o branco e o negro como as três bases da população brasileira. Nos primeiros períodos tínhamos um português falado pelos colonos, que possuíam traços específicos, enquanto os índios e negros adquiriram um português de forma irregular. Também existia nesse contexto a língua geral, o tupi, adaptado pelos jesuítas e usado pelos bandeirantes, que entrou em decadência no século XVIII, com a chegada de uma considerável quantidade de imigrantes portugueses e a proibição do Marquês de Pombal, oficializando a língua portuguesa.

Quando os portugueses se instalaram no Brasil, o país era povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O português europeu, o índio e o negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas, no que se refere à cultura, a contribuição do português foi de longe a mais importante. (Teyssier, 1997, p.93 e 94)

Sobre as conseqüências de uma colonização heterogênea, Silva Neto (1988) comenta que, através do contato, ocorre a interação entre os indivíduos e, conseqüentemente, isso influencia o aprendizado e também a modificação da língua de que cada um faz uso, eliminando assim as características de maior saliência na pronúncia de um ou de outro. Quanto aos traços dialetais, Silva Neto (1988) diz que estes se perdem no contato com sistemas que não os possuem, o que ainda é visto hoje em pessoas que vão morar em outras terras, misturando-se com outras comunidades. Nesses casos, elas tendem a buscar um *denominador comum*.

A implantação do Português Brasileiro (doravante PB) começa com a lusitanização do Brasil, a partir de 1532, quando são distribuídas 15 capitanias hereditárias. A partir do século XVIII, segundo Castilho (1997), houve o desbravamento das Minas Gerais e do Mato Grosso e de terras ao Sul pelos bandeirantes paulistas. A partir de 1808, houve um equilíbrio entre a população de Portugal e a do Brasil. Apesar das evidências de que os colonos que vieram de Portugal procederam das mais diferentes regiões, Castilho (1997) também afirma que há estudos que indicam a possibilidade de que predominou o Português de Portugal (doravante PP) meridional baseado em alguns fenômenos fonéticos. Mais de um milhão de indígenas, que falavam em torno de 1200 diferentes línguas, habitavam o Brasil na época da chegada dos portugueses. Os grupos aparentados que ocupavam a costa foram denominados, de um modo geral, como Tupinambás. Devido ao grande número de indígenas, superior ao dos portugueses, ocorreu uma situação de bilingüismo, pois os colonos portugueses tiveram de aprender o tupinambá ou tupi, falado no litoral, chamado de língua geral ou brasílica, que foi documentado pelo Padre José de Anchieta e os jesuítas. Também foi documentado no Brasil-colônia o *kariri*, que era falado em Sergipe e partes da Bahia e Pernambuco. A população indígena, no entanto, foi constantemente dizimada. Para Castilho (1997), as principais contribuições léxicas da língua indígena são os nomes de vegetais e animais, que provêm do tupi-guarani, não havendo comprovação de nenhuma influência fonética ou gramatical. O fato é que a língua portuguesa foi implantada, no Brasil, no século XVI, encontrando várias línguas sendo utilizadas pelos indígenas e enfrentando, com a vinda de mão-de-obra escrava, o contato com falantes de línguas africanas diversas. A língua de contato entre o colonizador e os povos indígenas do litoral foi o tupi. Os jesuítas estudaram a língua, e ela se estabeleceu como língua geral, ao lado do português, na vida cotidiana da colônia, sendo mais tarde proibida por uma Provisão Real.

A vinda dos escravos, oriundos de diversas regiões da África, no início de nossa colonização, é um dos fatores relacionados à nossa história lingüística. Discute-se muito sobre que influência tem essa população em relação à formação do nosso Português Popular, falado pelas camadas da população não escolarizada e socialmente desligada dos padrões cultos da nossa língua, principalmente aquelas remanescentes de quilombos ou situadas na zona rural, longe dos centros urbanos e, portanto, isoladas culturalmente. Em relação à influência das línguas africanas,

Castilho (1997) afirma que o português foi mais exposto a esta, já que vieram milhões de africanos, superando, e muito, a população portuguesa:

Mas o português seria mais extensivamente exposto à influência das línguas africanas, pois de 1538 a 1855 foram trazidos 18 milhões de escravos negros, sujeitos a um contacto mais intenso com a população branca. (Castilho 1997, p. 239)

Esses escravos negros eram oriundos das culturas Banto e Sudanesa. Os primeiros eram originários, no Grupo Ocidental, do Congo e de Angola e, no Grupo Oriental, de Moçambique, Tanganika e Região dos Lagos, fixando-se no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Os Fula, os Mandinga, os Hauçá, os Fanti-Ashanti, os Ewê e os Ioruba ou Nagô, de cultura Sudanesa, que eram originários da costa oeste africana - Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria – vieram em quantidade maior que os bantos, dois séculos após, se fixando principalmente na Bahia. Para Castilho (1997) são escassos os estudos que indicam as influências lingüísticas das línguas africanas, sendo que os primeiros indicam simplificações da morfologia nominal e verbal da língua portuguesa, também atribuída aos indígenas. Castilho (1997) comenta que Castro (1980) afirmou que os portugueses misturavam os negros com os indígenas com a intenção de dificultar uma possível rebelião, o que gerou o que ele chama de “dialeto das senzalas”. Castilho (1997) também fala sobre a existência de semelhanças entre estruturas fonológicas do português e da língua banto, o que, segundo ele, não contribuiu para um aparecimento de crioulos africanos no nosso país.

Teyssier (1997) cita os traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil, a partir do século XVIII, através dos estudos de D. Jerónimo Contador de Argote sobre os dialetos ultramarinos da Índia, Brasil, etc.; Há outros estudos que comentam sobre essa questão, conforme nos diz Teyssier (1997), como o *Compêndio de Orthografia*, em 1767, do Frei Luís do Monte Carmelo e a *Gramática Philosophica*, em 1822, de Jerónimo Soares Barbosa. Também no teatro português da segunda metade do século XVIII e da primeira do século XIX aparece o brasileiro como personagem, sendo caracterizado pelas variações ocorridas em

sua linguagem. Castilho (1997) comenta sobre a questão da diferenciação do Português do Brasil (PB) e Português de Portugal (PP), citando o Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, que teria dado início à discussão sobre a língua brasileira, num texto escrito para o *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi (1824-1825), citando João de Barros, que em seu *Diálogo em louvor da linguagem*, havia comparado o português ao castelhano.

Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, o Brasil abre os seus portos ao mundo, como capital da monarquia de Bragança, acelerando o seu desenvolvimento cultural, ocorrendo o que foi chamado por Teyssier (1997) de relusitanização, em conseqüência da vinda de 15.000 portugueses que chegaram com a Corte. Castilho (1997), cita Serafim da Silva Neto (1951)⁴ para explicar as três fases históricas da implantação do português no Brasil: uma fase inicial de bilingüismo, ocorrida de 1533 a 1654, onde predominava a língua geral; a decadência da língua geral, de 1654 a 1808, onde o tupi fica restrito a populações de interior e entre os jesuítas, com o português sendo disseminado pela costa e o uso de crioulos indígenas e africanos no interior do Brasil; e o período da “relusitanização” com a chegada de 18 mil portugueses ao Rio de Janeiro e o surgimento de novas cidades, o que distingue o falar rural do urbano. Se 15.000 ou 18.000, o que importa é que tínhamos aí um aumento considerável no número de falantes portugueses que passavam a habitar os centros urbanos da colônia. A partir de sua independência, em 1822, segundo Teyssier (1997), o Brasil passa por um período de aversão a tudo que vem de Portugal, sendo influenciado pela cultura francesa, além de acolher imigrantes europeus de outras nacionalidades.

Independente em 1822, o Brasil vai, naturalmente, valorizar tudo o que o distingue da antiga metrópole, particularmente as suas raízes índias. Deixar-se-á influenciar pela cultura da França e acolherá também imigrantes europeus de nacionalidade diversa da portuguesa. (Teyssier, 1997, p.96 e 97)

Teyssier (1997) afirma que existem alguns aspectos conservadores da fonética brasileira, resultante da “relusitanização” do Rio de Janeiro, em 1808, ano em que foi instalada a capital por D. João VI. Como nos diz Teyssier (1997), Verney

⁴ SILVA NETO (1951). *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL 5. ed.

descreveu, em 1746, a pronúncia das vogais átonas em posição final do falante brasileiro como uma situação já existente no português da Europa da primeira metade do século XVIII. Dentre outros exemplos, Teyssier (1997) cita as inovações fonéticas do século XIX realizadas em Portugal. A conclusão a que ele chega é que o português do Brasil mantém um distanciamento do português europeu em função do conservadorismo e das inovações da língua brasileira.

Também a morfologia e a sintaxe apresentam oposições entre aspectos conservadores e inovadores do português do Brasil. Teyssier (1997) apresenta os brasileirismos pertencentes à língua normal e os pertencentes a registros sentidos como vulgares. Quanto ao tratamento no Brasil, foi simplificado. Houve o desaparecimento, como em Portugal, do *vós* e a sobrevivência do *tu*. Em Portugal este pronome sobrevive em regiões no extremo sul e em áreas não totalmente delimitadas do Norte. Também há a diferença na escrita de certas palavras nos dois países. Alguns objetos possuem designações diferenciadas em seus aspectos técnicos, científicos ou sociais. Quando se trata da identificação de elementos próprios da realidade de cada país, como o clima, a flora, a fauna, as tradições locais, os costumes, a cultura popular, a vida social, a criatividade do “brasileiro” manifesta-se no seu vocabulário e fraseologia, principalmente pelo contato com as línguas indígenas e africanas.

Mas é sobretudo quando se trata de identificar objetos e noções próprios à realidade brasileira, ao clima, à flora, à fauna, às tradições locais, aos costumes, à cultura popular, à vida social que o “brasileiro” manifesta a sua criatividade vocabular e fraseológica. E, para isso, tem recorrido freqüentemente às duas fontes postas à sua disposição pelas duas populações com as quais os portugueses se misturaram no solo brasileiro: as línguas dos indígenas (em primeiro lugar, o tupi) e as línguas dos escravos negros. (Teyssier, 1997, p. 109)

É praticamente impossível a existência de uma nação que tenha cultura e literatura própria, mas não tenha uma língua original. Segundo Teyssier (1997), Essa questão é levantada a partir do Romantismo pelos escritores desse período, sendo que José de Alencar, por exemplo, foi acusado pelo escritor português Pinheiro Chagas de escrever numa língua incorreta, numa referência ao uso dos pronomes átonos, uma questão famosa que irritava aqueles que não concebiam uma língua

diferenciada da falada em Portugal. No século XIX, os escritores regionais passam a imitar a língua do povo incluindo os brasileirismos. A partir do Modernismo são recusados a tradição e o preconceito, buscando uma língua propriamente brasileira. Ele aponta para o surgimento de uma filologia e de uma lingüística científica no Brasil, sendo que os casos particulares da língua no Brasil foram explicados como influências dos indígenas e africanos, afirmando que não é impossível que tenha havido uma contribuição crioula para a formação do português do Brasil.

Surgem, então, teorias que tentam explicar a mudança lingüística ocorrida no PB. De acordo com Castilho (1997), a primeira delas, muito discutida durante o Romantismo, foi a hipótese *evolucionista* que afirmava que, assim como do latim surgiu o português, deste surgiria o brasileiro. Whitney foi, então, evocado e seus estudos de 1875 anteciparam idéias sociolingüísticas contemporâneas ao relacionar a alteração da língua a questões como profissão, escolaridade, faixa etária e classe social. O contato entre línguas ocorrido durante a implantação do PB dá fundamentos para a hipótese da criouliização. A partir daí, Castilho (1997), cita Tarallo e Alkmin que, em 1987, nos fala sobre o *pidgin* e o crioulo, surgidos a partir do contato das línguas européias com uma língua asiática, africana ou ameríndia do povo colonizado. Iniciado como forma simplificada de interação, o *pidgin* voltado para fins comerciais, com o prolongamento do contato evolui para o crioulo, uma língua natural, nativa, preenchendo as necessidades comunicativas dentro de um sistema lingüístico.

Segundo se acredita, ocorrendo o contacto entre uma língua européia do colonizador com uma língua asiática, africana ou ameríndia do colonizado, sucedem-se duas fases. Primeiramente, instala-se uma forma simplificada de interação, voltada unicamente para o interesse comercial, surgindo o *pidgin* (de *business*). Prolongando-se os contactos, o *pidgin* evolui para o crioulo, que representa uma elaboração mais profunda dessa linguagem de emergência, cujo poder referencial aumenta, produzindo-se interessantes fenômenos de acomodação da língua européia às regras gramaticais da língua não européia. Assim, enquanto o *pidgin* é uma língua de emergência, o crioulo é uma língua natural no sentido de que as pessoas podem aprendê-la quando nascem. (Castilho, 1997, p. 242)

A hipótese *crioulista* do Brasil foi levantada por João Ribeiro em 1889. Se surgiram falares crioulos na África e na Ásia, através do contato com os portugueses, teria acontecido o mesmo no Brasil. Essa base crioula teria

influenciado o surgimento das diferenças entre o PP e o PB, a partir da segunda metade do século XVII, acelerando as mudanças lingüísticas. Os falares rurais tenderiam ao conservadorismo, enquanto que a base crioula seria mais inovadora. A terceira hipótese é a *internalista*, que se fundamenta na estrutura das línguas, onde são identificados pontos de tensão, como o aproveitamento incompleto das distinções fonológicas, a perda de certas distinções e conseqüente perda de fonemas ou mesmo a criação de distinções novas. Utilizou-se do conceito de *deriva*, cunhado por Sapir, na década de 1920. Segundo esse conceito, os sistemas se acomodam, independente do seu deslocamento do seu local de origem para outros ambientes, sendo que Câmara Jr. (1957) foi o primeiro a comentar essa questão no PB, explicando a mudança através de fatores internos da língua, não tendo, segundo ele, necessidade de recorrer a hipóteses crioulas para explicá-la. A partir do conceito de uniformidade da língua, algumas hipóteses afirmam não existirem falares crioulos surgidos a partir de contatos com os indígenas e africanos, pois consideram o PB muito uniforme.

A ausência de escolas e da imprensa, como afirma Castilho (1997) contribuiu para a acentuação da mudança lingüística no PB. Atualmente, tanto há preocupações na documentação e descrição dos falares crioulos como também em relação à questão sociolingüística do país. O PB ora é visto como conservador, refletindo o falar quinhentista, ora como inovador afastando-se do PP. O falar do Brasil e de Portugal divergiu duplamente do português quinhentista, mas encontramos vestígios no PB que não mais existem no PP. Na língua portuguesa, temos três parâmetros da variação, entre o português falado e o escrito, o escolarizado e o não-escolarizado, e o escrito corrente e o literário. Castilho (1997) ainda nos mostra as principais descobertas da dialetologia e da sociolingüística sobre o PB falado.

Várias foram as influências durante a formação da língua portuguesa no Brasil durante esse período de contato com as línguas indígenas, as línguas africanas e as línguas européias. Ao chegar no Brasil, o português encontrou um país multifacetado lingüisticamente falando. O contato inicial com as línguas indígenas originou uma língua denominada *geral*, assunto abordado a seguir.

1.1.1 As línguas gerais do Brasil

Dentro do contexto histórico da colonização do Brasil e da formação do português brasileiro, Rodrigues (2000) apresenta-nos um breve resumo da história do Brasil, a partir do seu descobrimento, quando Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, na Bahia, e manteve o seu primeiro contato com os indígenas que habitavam essa terra, encontrando os índios tupinaquins ou tupiniquins que falavam uma língua desconhecida de todos os tripulantes das naus portuguesas. Através do contato entre portugueses e povos indígenas na América do Sul, entre os séculos XVI e XVII, encontramos o termo *língua geral*. Rodrigues (1996) procura definir e delimitar o conceito de *língua geral*, distinguindo os locais onde ela era falada: Tupi, em São Paulo, e Tupinambá, no Maranhão e Pará. Ele também se refere à chegada, logo a seguir, dos africanos e de vários outros povos indígenas que depois foram se tornando conhecidos. A expressão *língua geral*, como afirma Rodrigues (1996), nasceu no norte do Brasil referindo-se aos índios que falavam línguas da família tupi-guarani, semelhantes à *língua geral*. Esses povos indígenas eram chamados *índios de língua geral*. Ele também afirma que muito se falou nos meios intelectuais brasileiros a respeito dessa expressão, muitas vezes designada como a língua falada pelos tupis e tupinambás, ou também como uma língua criada pelos jesuítas e ainda como um *pidgin* ou crioulo que surgiu desse contato da língua portuguesa com as diferentes línguas dos indígenas que aqui viviam naquela época. Também há a suposição dessa *língua geral* já existir mesmo antes da chegada dos europeus. Para Rodrigues (1996), essas afirmações dependem de um maior aprofundamento em estudos lingüísticos e históricos. Seu objetivo, conforme afirma, é, além da definição e delimitação da expressão *língua geral*, apontar quais seriam as suas características sociolingüísticas e estruturais. Para ele, há uma necessidade muito grande de estudos sócio-histórico e lingüístico-histórico.

A população mestiça que possuía língua materna indígena das mães e não fazia uso do português europeu dos pais se formou rapidamente, segundo Rodrigues (1996), nos locais onde homens, desacompanhados de mulheres, durante o período de conquista e colonização do América do Sul, favorecia-se da abertura dos povos indígenas ao relacionamento matrimonial com os forasteiros. Principalmente entre os portugueses e os tupis, chamados tupinakins ou tupinikins,

em São Vicente e Piratininga, no século XVI; entre os espanhóis e os guaranis do Paraguai, nos séculos XVI e XVII; e entre os portugueses e os tupinambás no Maranhão e no Pará, no século XVII. Esses três povos indígenas, como afirma Rodrigues (1996), possuíam uma cultura tupi-guarani e também as línguas eram semelhantes entre si, pertencendo à família lingüística tupi-guarani. Esta pode ser dividida em pelo menos oito subgrupos, onde encontramos o tupinambá e o tupi num desses subgrupos e o guarani em outro subgrupo. O Tupi e o Tupinambá são línguas que possuem muita semelhança entre si, enquanto que ambas não têm muitas características lingüísticas em comum com o guarani. Mesmo pequenas, as diferenças entre as línguas tupi e tupinambá foram registradas a partir do século XVI e XVII, tanto na gramática do padre Anchieta, quanto no *Vocabulário da língua brasileira* e no dicionário dos missionários jesuítas.

Apesar de aqui ficarem quatro portugueses para que aprendessem a língua nativa, segundo Rodrigues (2000) eles não mais foram encontrados, quando Portugal resolveu, em 1532, enviar gente para viver no Brasil. A partir daí, foram fundadas as primeiras vilas: São Vicente, em 1532, por Martim Afonso de Sousa, em São Paulo; Porto Seguro, em 1534, na região da Bahia onde Cabral aportou pela primeira vez; Igarçu e Olinda, em 1535 e 1536, respectivamente, em Pernambuco; Ilhéus, 1536, e Salvador, 1549, na Bahia, que se tornou sede da colonização portuguesa. Segundo Rodrigues (2000), os índios Tupinambás habitavam a região de Salvador e os Caetés, a de Pernambuco, e falavam a mesma língua dos Tupiniquins. Já os Tupis viviam em São Vicente, cuja língua era diferente, mas se assemelhava à dos Tupinambás, que também habitavam o Rio de Janeiro, cuja vila foi fundada pelos franceses em 1555, e a costa do Maranhão e do Pará. Em 1556 foi fundada pelos portugueses a cidade de São Sebastião, hoje Rio de Janeiro, os franceses foram expulsos, os índios assassinados. Os tupinambás que ali habitavam eram chamados de Tamoios. Os franceses também fundaram São Luís, atual capital do Maranhão, em 1612, aprendendo a língua tupinambá. Também foram expulsos pelos portugueses, em 1615, que fundaram o Forte do Presépio de Nossa Senhora de Belém, na entrada do Amazonas, em 1616, que deu origem à capital do Pará.

De acordo com Rodrigues (2000), no período entre a vinda de Cabral e a fundação das primeiras vilas, o Brasil recebeu a visita de diversos navios europeus. Alguns visitantes ficaram e viveram com os indígenas, aprendendo a sua língua e seus costumes. Ele cita João Ramalho e Diogo Álvares Correia, o Caramuru. O

primeiro viveu entre os tupis e, além de ajudar Martim Afonso de Sousa a fundar São Vicente, também fundou a vila de Santo André no interior de São Paulo. O segundo ajudou Tomé de Sousa a fundar a vila de Salvador, nomeado pelo rei de Portugal, o primeiro governador geral do Brasil. Por serem homens, em sua maioria, desacompanhados de mulheres, viveram com índias, passando a ter filhos mestiços, chamados pelos portugueses de mamelucos, e a maior parte era formada por aventureiros e condenados pela justiça a virem à força para a terra desconhecida, sendo que esse processo foi mais intenso nos séculos XVI e XVII. Nos locais mais próximos à primeira capital do Brasil, Salvador, esse processo foi mais reduzido em função do grande extermínio de indígenas e as doenças trazidas pelos brancos, já que os índios não haviam desenvolvido anticorpos e também pela imigração de casais e a introdução de órfãs portuguesas para casar com os colonos solteiros. Do ponto de vista lingüístico, como nos diz Rodrigues (2000), isso gerou conseqüências importantes, como a expansão do português nas áreas centrais, apesar dos primeiros colonos terem aprendido, imperfeito ou não, o tupinambá, o que fez com que o vocabulário dessa língua tenha se incorporado ao português, através de nomes de animais, plantas, objetos e atividades desenvolvidas pelos indígenas.

Por outro lado, o número de mamelucos cresceu na capitania de São Vicente, sendo que a língua tupi era a língua utilizada por eles durante todo o século XVI e parte do XVII, sendo alguns bilíngües, principalmente os homens. Mais tarde com o desaparecimento dos indígenas e o crescimento dos mestiços, essa língua foi incorporando termos do português, passando, então, a ser chamada de *língua geral*. Essa língua hoje é chamada de Língua Geral Paulista (LGP), pois também surgiu, segundo Rodrigues (2000) uma língua geral no Norte do Brasil. Essa língua geral paulista se expandiu com os bandeirantes, que eram quase todos mamelucos. A partir do século XVIII, com o crescimento do número de portugueses e brasileiros falantes do português, a LGP foi, aos poucos, sendo substituída pela língua portuguesa, devido à sua expansão pelo território brasileiro. O mesmo aconteceu com a Língua Geral Amazônica (LGA), também falada pelos mamelucos do norte do Brasil, que adentraram a Amazônia, tanto como soldados para combater as invasões de outros povos europeus, como trabalhando nas missões religiosas, sendo até hoje falada no noroeste do Amazonas, sudeste da Colômbia e sudoeste da Venezuela, de acordo com Rodrigues (2000). Ele também enfatiza sobre a quantidade de línguas indígenas que aqui existiam no século XVI: cerca de 1.200 faladas por

milhões de índios, enquanto que hoje ainda existem em torno de 180 línguas e em torno de 240.000 índios.

Rodrigues (1996) afirma que sua proposta é usar o termo *língua geral* para se referir às línguas surgidas nesse contexto sócio-histórico e lingüístico específico que se iniciou com a colonização portuguesa em 1532, quando Martim Afonso de Sousa fundou a vila de São Vicente, região onde viviam os índios tupis. Antes disso, já viviam aqui, convivendo com estes, o Bacharel de Cananéia e João Ramalho, de grande influência em Portugal. No entanto, o que prevaleceu foi a grande quantidade de homens sós, que foram viver com as indígenas, gerando uma grande mestiçagem em que a língua materna era o tupi das mães e dos parentes que também eram índios. Isso durou por mais de cem anos, chegando o padre Antônio Vieira, de acordo com Rodrigues (1996), a dizer, no final do século XVII, que a língua falada no meio familiar era a língua dos índios e que a língua portuguesa os meninos aprendiam na escola. Com a extinção dos índios tupis, devido à matança e a um processo de intensa escravização, a sua língua também foi, cada vez mais, associada aos mestiços, chamados de mamelucos. Nas famílias de portugueses casados com mamelucas, quanto de mamelucos com mamelucas, falava-se o idioma dos mestiços. O marido falava a língua portuguesa e os filhos, depois de certa idade, também, tornavam-se bilíngües, sendo que os portugueses tinham domínio completo do idioma, enquanto que os mamelucos tinham um domínio mais restrito da língua, em graus diferentes. A língua que era falada pelos paulistas se distanciava dos indígenas e servia à sociedade dos mamelucos, cada vez mais, próxima da cultura portuguesa. Tudo isso e a situação de bilingüismo entre os homens, em sua maioria, levaram à modificação dessa língua em vários aspectos. Por outro lado, essa língua se generalizou entre a população paulista do século XVII ao século XVIII e foi chamada de *língua geral*, que se estendeu geograficamente devido às conquistas dos bandeirantes. Estes eram, em sua maioria, falantes da língua geral paulista (LGP) e a levaram a Minas Gerais, a Goiás, ao Mato Grosso e Paraná.

Os espanhóis, segundo Rodrigues (1996), começaram a colonizar o Paraguai na segunda metade do século XVI, numa região povoada, em sua maioria, por índios que falavam o *guarani*, língua da família Tupi-Guarani. Entre os rios Paraná e Paraguai, separado das missões jesuíticas, o contato entre os espanhóis e os guaranis foi semelhante ao que se sucedeu em São Paulo, onde havia uma grande

população mestiça tendo como língua materna o guarani e não o espanhol. O guarani indígena, então, aos poucos foi se transformando numa língua geral, usada tanto pelos mestiços, como pelos espanhóis que ali se estabeleceram e pelos índios. Essa língua geral é hoje o *guarani criollo* (GNC). Rodrigues (1996) também fala sobre a *língua geral amazônica*, lembrando que a colonização portuguesa no Maranhão, no Pará e na Amazônia, só veio a acontecer a partir da expulsão dos franceses na primeira metade do século XVII. Os índios tupinambás eram os habitantes dessa região, onde aconteceu o mesmo processo ocorrido na região de São Paulo. Do envolvimento dos colonos e soldados portugueses nasceu uma população mestiça que falava a língua das mães, que eram tupinambás. Depois essa língua foi sofrendo reajustes e era também chamada de *língua geral* desde os tempos coloniais, recebendo também a denominação de *brasiliano*. Hoje é chamada de *língua geral amazônica* (LGA) para distinguir da *língua geral paulista* (LGP).

Rodrigues (1996) destaca ainda as principais características sociolingüísticas das línguas gerais existentes no Brasil, durante o período da colonização pelos portugueses, entre meados do século XVII até meados do século XVIII. Ele também salienta que as três línguas gerais (LGP, LGA e GNC) se formaram em situações lingüísticas semelhantes, mas que se distinguem completamente da maneira ocorrida com as línguas *pidgins* e crioulas. As línguas gerais se originaram do contato entre homens europeus e mulheres indígenas de cultura e língua tupi-guarani. No primeiro período, os casais formados por portugueses e mulheres indígenas conviviam com a comunidade indígena, mas, com o passar dos tempos, devido a um contato menos intenso, que aos poucos foi se extinguindo por completo, e também a destruição das comunidades indígenas puras e a formação de povoados compostos só por portugueses e mestiços, foram se afastando da sociedade e cultura indígena. Havia, em todos os casos, uma situação de bilingüismo parcial, sendo os falantes da língua geral a maioria. Não houve também interrupção na transmissão dessas línguas. As línguas gerais foram utilizadas como principal veículo de contato, contribuindo para a expansão social da colônia. Elas também foram ágrafas durante um grande período de sua existência, apesar dos registros de textos deixados por missionários jesuítas e até mesmo por leigos. Rodrigues (1996) também afirma que o *guarani criollo* (GNC) tem, desde o século XIX, se firmado como língua escrita, possuindo um aumento crescente de falantes, apesar da pressão e presença do espanhol escrito.

Rodrigues (1996) comenta o fato de não existirem línguas gerais do Rio de Janeiro ao Piauí. Ele afirma que as costas de São Paulo, do Maranhão e do Pará, no século XVI, eram muito afastadas da sede da colônia em Salvador, na Bahia. Nessas áreas a quantidade de imigrantes europeus foi bem menor. Já na Bahia e Pernambuco, a imigração de portugueses, inclusive de famílias que vieram já constituídas, foi mais contínua. Também naquelas regiões não houve tanto extermínio de indígenas, como nas regiões centrais. O governador Mem de Sá destruiu os tupinambás, também chamados de tamoios, por estes terem sido aliados dos franceses e também os kaetés da Bahia e Pernambuco por estes terem assassinado o Bispo Fernandes Sardinha. Também as epidemias de varíola na Bahia e regiões vizinhas dizimaram uma grande quantidade de indígenas, o que motivou a importação de escravos africanos e a vinda de grande número de portugueses. Por esse motivo, nas regiões centrais, próximas à administração da colônia não houve condições sociolingüísticas para o desenvolvimento de uma língua geral.

Antonio Pigafetta, que era cronista de Fernão de Magalhães, documentou, em 1519, as primeiras palavras da língua tupinambá, segundo Rodrigues (2000) colhidas na Baía de Guanabara, em que, num total de doze, seis são equivocadamente atribuídas ao Brasil. Seriam na verdade, uma tentativa de registrar o nome dados pelos tupinambás aos objetos que os portugueses davam aos índios e o nome do alimento que era levado em troca para seguir viagem, a mandioca. Ele também cita o vocabulário manuscrito que está na Biblioteca Nacional de Paris e contém uma lista de 88 palavras, encontrando-se, além do nome de objetos envolvidos nas negociações comerciais, também o de animais, elementos da natureza, partes do corpo, termos de parentesco e elementos de conversação. Os primeiros livros sobre o Brasil, como cita Rodrigues (2000), foram publicados na Alemanha e na França. O primeiro, de 1557 é de Hans Staden, que naufragou numa expedição espanhola em Santa Catarina, subindo a pé até São Vicente, pelo litoral, foi artilheiro do forte de Bertioga e foi raptado pelos Tupinambás, convivendo muito tempo com eles, acompanhado de um escravo Karijó falante do Guarani antigo. O segundo foi publicado na França pelo padre André Thévet, que visitou a colônia como cosmógrafo real francês, o *Singularidades da França Antártica*. Em 1575 ele também publicou a *Cosmografia Universal*, em que cita novamente a terra dos Tupinambás, inclusive contendo traduções do Pai Nosso, da Ave Maria e do Credo,

através de um índio que era prisioneiro dos Tupinambás, que aprendera com missionários portugueses. Também na França, em 1578, Jean de Léry publicou a *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, que é considerada, de acordo com Rodrigues (2000) como umas das descrições que contém mais detalhes sobre os Tupinambás, inclusive contendo um longo texto em língua indígena traduzido para o francês, que contém um manual de conversação, um discurso de um líder indígena e informações gramaticais com explicações sobre a conjugação dos verbos. É a primeira reprodução da língua falada pelos Tupinambás e a primeira referência gramatical a ela. Em 1585, o padre José de Anchieta publica em Coimbra a *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. Anchieta aprendeu a falar inicialmente o Tupi, em São Vicente e Piratininga, num convívio de dez anos. Depois foi para a Bahia onde entrou em contato com a língua dos Tupinambás. Ela começou a ser escrita em 1565, mas ao ser publicada, em 1595, continha a fala somente dos Tupinambás, com exceção de alguns termos que passaram pela revisão. Em 1621, é publicada *A arte da língua brasílica*, pelo padre Luís Figueira, em Lisboa, reimpressa em 1687. Um *Catecismo da língua brasílica*, com 270 páginas escritas em Tupinambá, foi publicado em 1618, tendo sido reeditado em 1686 e, em 1687, o padre luxemburguês Joam Phelippe Bettendorff publicou outro. Vários documentos dessa época, que se conservaram em manuscritos, foram editados no século XX, como o *Vocabulário na língua brasílica*, de uma cópia manuscrita em 1621 pelos jesuítas. Muitos manuscritos, segundo Rodrigues (2000), que foram editados somente no século XX, foram conservados e trazem informações importantes sobre as línguas Tupinambá e Tupi. O padre Pero de Castilho, em 1613, publicou um manuscrito com nomes de partes do corpo humano. O padre Anchieta escreveu também em tupi os catecismos *Diálogo da Fé* e *A Doutrina Cristã*, além de muitos poemas líricos e autos dramáticos em Tupinambá e Tupi. Rodrigues (2000) afirma também que foram introduzidos na língua portuguesa inúmeros nomes tupinambás e tupis relacionados a nomes de animais, plantas, lugares, além de adjetivos e verbos.

Esse contato da língua portuguesa com as línguas indígenas, na formação lingüística do Brasil contribuiu para que ocorressem variações e mudanças que a diferenciavam, cada vez mais, da forma falada em Portugal. A língua portuguesa falada no Brasil tem as suas particularidades devido a todas essas influências e ao processo sócio-histórico de sua formação. A seguir falaremos sobre a língua

portuguesa no Brasil e as das diferentes interpretações sobre a autonomia e conservadorismo do português brasileiro.

1.2 A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A língua portuguesa foi transplantada para o Brasil no século XVI. Essa condição de língua transplantada gerou, como afirma Lobo (1994), diferentes interpretações, em que por um lado afirmam que o português do Brasil seria um sistema lingüístico autônomo e, por outro lado, afirmam que ele seria conservador e unitário. Esse debate iniciou-se na segunda metade do século XIX, mas ainda hoje continua. A Independência e o Romantismo na literatura brasileira, fatos relacionados à história política e cultural do Brasil, contribuíram para que houvesse um movimento de consciência nacionalista. O Romantismo rompeu com a tradição literária portuguesa ao eleger uma temática nacional e pretender que essa literatura se expressasse em uma língua que também pudesse ser denominada de nacional. Essa tentativa da geração romântica em constituir uma língua literária brasileira se intensificou a partir de 1860, quando cresce a produção novelística no Brasil. Lobo (1994) cita Cândido (1981) que afirma que isso acontece principalmente através do trabalho de José de Alencar, muito criticado pelos *puristas*, tanto portugueses, quanto brasileiros, a partir da segunda metade do século XIX. O período posterior ao Romantismo será marcado, no entanto, pelo conservadorismo lingüístico. Essa polêmica será retomada pela primeira geração modernista, de 1922, em que Oswald de Andrade e Mário de Andrade, dois dos seus maiores expoentes, defendem a existência de uma língua brasileira

A partir daí, essa reflexão sobre a língua portuguesa iniciada nos meios literários, vai migrar para uma esfera mais lingüística. Lobo (1994) cita os trabalhos publicados por João Ribeiro (1860-1934), Sousa da Silveira (1883-1967) e Antenor Nascentes (1886-1972), considerados pioneiros nos estudos lingüísticos sobre o português no Brasil, que são, respectivamente, *Língua nacional*, *A Língua nacional e o seu Estudo* e *Idioma Nacional*. Mesmo sob o rótulo de “nacional” havia o entendimento de que a língua do Brasil era a portuguesa. Lobo (1994) considera que essa questão deixa de ecoar quando Serafim da Silva Neto, em 1950, publica *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Ele redimensiona o problema,

argumentando que a língua que se fala no Brasil é a portuguesa, que apresenta como características a unidade e o conservadorismo. Lobo (1994) enfatiza que Renato Mendonça, em 1936, buscou argumentos na geografia lingüística para validar a tese da língua brasileira publicando *O Português no Brasil*. Também, em 1940, Silvio Elia publicou *O Problema da Língua Brasileira*, defendendo uma tese contrária à de Mendonça. Apesar de toda a discussão sobre essa questão, a afirmação de que a língua do Brasil é portuguesa permanece até hoje como hegemônica.

Ao abordar o panorama geral do desenvolvimento lingüístico no Brasil, Lobo (1994) diz que este era caracterizado pelos estudos filológicos tradicionais da escola portuguesa de Leite de Vasconcellos, a qual se filiava Serafim da Silva Neto. A publicação, em 1963, do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, foi o resultado do primeiro trabalho a empregar sistematicamente uma metodologia científica na dialetologia brasileira. Quanto à defesa da tese da unidade e do conservadorismo, Lobo (1994) afirma ser uma tese de natureza ideológica que quer provar que a língua estabelecida no Brasil foi a língua de uma “cultura superior”, sendo que esteve sempre imune às outras línguas com que teve contato, mantendo-se conservadora e unitária. No entanto, Lobo (1994) apresenta contradições no texto de Silva Neto (1986) em que ele fala sobre a influência das línguas africanas ou ameríndias, argumentando que os negros e os índios, por causa da precária condição social em que viviam tiveram uma tosca aprendizagem da língua portuguesa. Lobo (1994) cita as conclusões de Celso Cunha em *Conservação e Inovação no Português do Brasil*, artigo publicado em 1986, sobre a tese da unidade e do conservadorismo no Brasil. Ele afirma que a publicação dos atlas lingüísticos e os estudos dialetológicos vieram desmentir o mito da unidade da língua portuguesa no Brasil, provando o contrário das afirmações de Silva Neto.

No entanto, o “mito de unidade da língua”, como afirma Lobo (1994), não deixou de existir. Foram publicados trabalhos como o de Silvio Elia, em 1979, intitulado *A unidade do Brasil – Condicionamentos geoeconômicos*, em que ele afirma existir uma unidade lingüística no Português do Brasil, tanto no nível culto, quanto no popular. Lobo também cita a análise de Nelson Rossi (1980) em seu trabalho *A Realidade Lingüística Brasileira – O mito da unidade e sua manipulação*, em que ele afirma que todas as características pluriculturais do nosso país pressupõem para a diversidade do português do Brasil.

Passaremos a falar então da língua portuguesa no Brasil, comentando sobre as diferenças do Português Brasileiro e do Português de Portugal.

1.2.1 Língua portuguesa, brasileira ou nacional?

Ao abordar a diferenciação da língua portuguesa falada no Brasil da de Portugal, Lima Sobrinho (1977) questiona se o português falado no Brasil seria um idioma autônomo, ou um dialeto da língua portuguesa. Se fosse um dialeto, este estaria totalmente definido, ou possuiríamos somente alguns casos de diferenciação? Seria o suficiente para classificar a independência da nossa língua? Como poderíamos classificá-la: Brasileira, Portuguesa, ou Nacional? Lima Sobrinho (1977) cita Edgar Sanches (1940) para afirmar que, na verdade, a condição política seria o principal responsável para que um dialeto venha a ser considerado língua. Ele enfatiza que a partir do momento que a língua torna-se o idioma de um povo, deixa de ser um dialeto. Toda nação possui a sua língua, que é o dialeto de um povo e de um Estado independentes. Para que possa obter a condição de língua, o dialeto depende, portanto, da condição política. A noção de língua é clara, mas já em relação à definição de dialeto, aumenta a dificuldade. Para Lima Sobrinho (1977), o problema não estará resolvido apenas considerando o dialeto como um regionalismo, como uma variedade da língua de determinada região. Com a predominância de um determinado dialeto ele poderia se tornar uma língua usada por todos. Tanto dialetos podem se elevar à condição de língua oficial, quanto podem derivar dela, diferenciando-se regionalmente.

A língua falada no Brasil seria um dialeto de Portugal, ou seria também uma forma inferior à usada em Portugal? Temos segundo Lima Sobrinho (1977) direito a uma língua independente, já que somos uma nação, e já que possuímos essa autonomia política, possuímos, do mesmo modo, a autonomia da nossa língua. A nossa língua é independente da de Portugal, pois possui características próprias e, além disso, somos uma nação independente. A extensão geográfica do nosso país faz com que o português falado no Brasil possua diferenciações regionais, às vezes até desconhecidos entre uma e outra região. Também temos os fatores sociais que influenciam nessas diferenças existentes no português brasileiro, o que exige

trabalhos criteriosos sobre essas peculiaridades da nossa língua. Perini (2000) comenta que essa marca aparece mais na linguagem coloquial.

Para Lima Sobrinho (1977) muitos confirmam que existe uma língua brasileira diferente da portuguesa, e reconhecem que existem diferenciações, mas há uma divisão na classificação e conceituação dessas diferenças. Existem aqueles que dizem que possuímos uma língua independente denominada língua brasileira, tendo, segundo Lima Sobrinho (1977), como exemplo a opinião favorável de Monteiro Lobato. O que todos concordam, no entanto, é que a língua do Brasil se diferencia da língua de Portugal. Alguns usam a denominação de língua nacional, que seria o resultado da língua portuguesa que, ao chegar na América, teria sido enriquecida e se tornado livre na sua realização. Segundo ele, os filólogos e gramáticos portugueses denominam de dialeto e é o que nós brasileiros consideramos a nossa língua brasileira. Lima Sobrinho (1977) afirma que a maioria das diferenças não passa de regionalismos e que não se estendem às outras regiões. Cita também que o mesmo acontece em Portugal, em relação à língua portuguesa naquele país, a diferenciação entre uma aldeia e outra, dizendo que o Brasil não é o único país onde ocorrem diferenciações regionais do idioma, o que, segundo ele, derrubaria a tese de língua nacional. Para ele, a dialetação é um fenômeno natural que ocorre em qualquer língua e nem por isso esses dialetos foram declarados independentes. Também ele não crê que a literatura regional possa ajudar em uma conclusão sobre a emancipação da língua brasileira que é retratada, como foi dito anteriormente, com um vocabulário inacessível entre uma região e outra, exibindo, cada um diferenciações da região retratada. não obstante o uso de algumas expressões em regiões mais ou menos extensas. Lima Sobrinho (1977) afirma que:

Mesmo quando era de praxe procurar nomes do gentio, para a caracterização de novas famílias, não se chegou a pensar numa língua especial para as colônias emancipadas. Por isso o inglês continuou a ser a língua nacional dos Estados Unidos, como o espanhol na América hispânica e o português no Brasil. Pode-se, por isso, dizer que o Novo Continente trouxe, para o domínio da lingüística, a tese de que a emancipação política não se subordina à emancipação lingüística. (Lima Sobrinho, 1977, p. 57)

O que sabemos, no entanto, é que a língua portuguesa possui diferenciações, tanto em relação à língua falada em Portugal e nos demais países onde ela é falada, como internamente, aqui no Brasil, por exemplo. Isso é normal em qualquer idioma. A diferenciação existe e isso só já basta para confirmar a heterogeneidade da língua, comprovando a existência de uma variação no uso da mesma. A língua portuguesa no Brasil possui grandes diferenciações regionais e sociais. Esse fenômeno ainda não foi revestido da importância que merece. Muito ainda tem de ser feito em relação a isso. Além disso, somos uma nação independente culturalmente falando. Várias vezes, os dialetos e outras particularidades da nossa língua foram ridicularizados. Ainda no tempo da presença do príncipe regente, eram levadas em nossos teatros peças que tinham como tema mostrar essas diferenciações como forma de satirizá-las. Segundo Lima Sobrinho (1977), na verdade, falar bem o português, ou seja, à maneira de Portugal era uma demonstração de fidelidade política, além de sinônimo de cultura, de educação social e até mesmo uma tentativa de mostrar, mesmo sem a possuir, pureza de sangue. Será que hoje não acontece a mesma coisa? Afinal, existe o status social que o uso do idioma padrão proporciona. Mas quem estabeleceu isso? O mesmo não acontece em relação ao passado, uma classe privilegiada econômica e financeiramente, detentora do poder, estabelecendo a norma para toda uma nação?

Azeredo (2000) comenta sobre a norma, afirmando que:

Essas normas podem ser características do uso de toda uma região – **normas regionais**, do uso de diferentes classes socioeconômicas – **normas sociais**, dos usos em família – **normas familiares**, dos usos típicos de certas profissões – **normas profissionais**, dos usos das gerações – **normas etárias**, etc. O importante na conceituação de norma são o seu caráter coletivo e sua condição de “modelo de uso”, que os membros da comunidade seguem, por escolha ou por força da herança sócio-histórica. Isto não significa que a norma é rígida e invariável; o sistema oferece aos usuários da língua meios de renová-la. É verdade, no entanto, que essa renovação é lenta, pois as forças sociais de conservação são muito poderosas do que as iniciativas individuais de estilização. (Azeredo, 2000, p. 30 e 31)

Entretanto, não só a língua portuguesa serviu de padrão. Também os modelos estrangeiros que estivessem em moda em Portugal. A França, por exemplo, passou a ser um modelo para o Brasil, após a independência e, hoje,

temos o inglês norte-americano e tudo o que venha dos Estados Unidos, influenciando, não só a nossa língua, mas também o comportamento, o modo de se vestir, a música etc. O que devemos afirmar categoricamente é que o que é brasileiro é brasileiro. A língua do povo brasileiro, como sabemos, é a língua do povo brasileiro.

Percebemos isso claramente na língua literária, por exemplo, onde o público influencia o escritor e vice-versa. A literatura, ao utilizar a linguagem popular, segundo Lima Sobrinho (1977), comprova que existe uma língua que identifica esse povo. Essa língua precisa estar presente para caracterizar esse povo que dela faz uso. Ele cita o questionamento de José de Alencar sobre a possibilidade ou não de se falar a língua de quem convivia com figos, pêras, damascos e nêspas, enquanto nós, brasileiros chupávamos manga, caju, jabuticaba etc. O Brasil possui uma diversidade cultural muito grande e que também é totalmente diferente de Portugal, além de diversos fatores como o clima, a geografia, a estrutura política e social. Lima Sobrinho (1977) comenta que Alencar buscava a independência lingüística do Brasil, ao aproximar a nossa língua do nosso povo e do que nos caracterizava como brasileiro. Ele também enfatiza que assim como a língua portuguesa teria se distanciado do castelhano, assim também a língua usada no Brasil se distingue do Português de Portugal, citando que há uma diferença no vocabulário utilizado pelos escritores brasileiros e portugueses e também entre escritores de regiões diferentes, dentro do próprio Brasil. Quando os escritores se afastam da língua padrão, aproximando a língua literária da língua falada, são condenados por aqueles que defendem a pureza do idioma. Ele cita o caso do latim clássico, dizendo que esse temor em “errar”, essa incerteza quanto ao uso do padrão estabelecido como “correto”, faz com que a língua perca o seu dinamismo, ficando restrita a escritores ou exemplos considerados consagrados pela tradição. Desse modo perde o seu uso social e ficará somente nos livros e modelos, enquanto o povo continua falando e transformando a língua usada no dia a dia. Se a gramática refletisse a realidade, analisando a língua tal qual ela se verifica, levando em conta as variações que ocorrem e sempre ocorrerão, não precisaria do estabelecimento de decretos e normas impostas. Do contrário, jamais conseguiremos fazer com que a língua siga um padrão estabelecido, pois ela é dinâmica, voltamos a afirmar, não está sujeita a imposições políticas, pois ela reflete a sócio-história de um povo e acontece livremente.

Quanto à classificação do português falado no Brasil, veremos, a seguir, a denominação, citada por Cunha (1985) de *variante nacional*.

1.2.2 A variante nacional

Ao tratar da língua portuguesa no Brasil e a sua denominação, Cunha (1985) questiona a maneira como poderíamos classificar o português do Brasil. Ele cita Leite de Vasconcelos que, em 1884, classificou a língua portuguesa falada no continente americano como um “dialeto brasileiro”. O emprego desse termo seria inadequado, pois ele nos remete à idéia de dependência entre o dialeto, que é considerado uma modalidade lingüística inferior ao idioma nacional. O português falado no Brasil tem, portanto, suas próprias normas, sendo um objeto sociolingüístico autônomo, denominado por Stepanov (1971)⁵, citado por Cunha (1985), como *variante nacional*. Segundo esse autor, a diferença básica entre o *dialeto* e a *variante nacional* é que o *dialeto* é usado apenas por uma parte da população numa determinada nação, enquanto que a *variante nacional* é utilizada pela nação inteira.

O Brasil durante os três primeiros séculos de sua ocupação pelos portugueses possuía um grande número de analfabetos. O país não possuía núcleos culturais, universidades nem imprensa. Eram muito poucas as escolas que ensinavam as primeiras letras. O que prevaleceu foi a língua oral, sem nenhum controle normativo. Como afirma Cunha (1985), até 1759, o ensino de português se restringia à alfabetização. A partir do ensino secundário e superior, os alunos passavam para a gramática do Padre Manuel Alves, totalmente em latim. Com a instituição do ensino obrigatório da língua portuguesa, através da Reforma de Estudos do Marquês de Pombal, o ensino escolar da gramática passa a exercer um importante papel para a fixação da norma idiomática. No sistema pedagógico dos jesuítas não havia espaço para o ensino do vernáculo, o que desmente a afirmação de que os colégios jesuítas foram responsáveis pela difusão da língua portuguesa no Brasil. As medidas adotadas pelo Marquês de Pombal, a partir de 1759, são o

⁵ STEPANOV, G. V. (1971). Algunas cuestiones metodológicas del español americano. In: *Actele celui de al XII-lea Congres Interational de Lingüística si Filologie Romanica*. II. Bucareste. p. 1166.

marco fundamental de uma nova era no ensino do idioma, que deve ser levado em conta em qualquer periodização sobre a língua portuguesa no Brasil.

Qual seria então a língua do povo brasileiro? O brasileiro “fala errado” a língua portuguesa? Abordaremos, a seguir, essas questões sobre o português falado no Brasil.

1.2.3 A língua do povo brasileiro

É comum para nós, brasileiros, acreditarmos que não sabemos falar a língua portuguesa. E mais ainda, não sabemos usar a língua portuguesa de um modo geral. Segundo Couto (1994) aceitamos que o brasileiro “fala errado” e que é complicado tentar usar a língua portuguesa de acordo com as normas gramaticais. Ouvimos constantemente frases do tipo “Seria tão bonito se a gente falasse como está na gramática”. O fato é que existe uma separação muito grande entre o português considerado “correto”, que é o português da gramática e o português considerado “errado”, que é o usado no dia-a-dia pelos brasileiros. Há uma separação muito grande entre um e outro e há também uma consciência dessa separação. Sabemos que falamos “errado”, como também sabemos que existe uma língua “correta” e que seria muito difícil falar de acordo com essa norma culta da língua obedecendo aos padrões gramaticais. No entanto, devemos salientar que a partir do momento que uma determinada língua é usada por uma comunidade, essa língua passa a ser a língua dessa comunidade. Portanto, não existe motivo para dizermos que falamos “errado” somente porque não seguimos uma norma estabelecida de acordo com um padrão gramatical da língua portuguesa. Se usamos a língua da maneira que usamos, é porque essa é a nossa língua. A língua é a linguagem verbal utilizada por um grupo de indivíduos que constituem uma comunidade. Couto afirma que:

Sabemos que uma língua só existe se há uma comunidade que a use e que um agrupamento de pessoas só constituirá uma comunidade se tiver uma linguagem comum que possibilite a orientação do comportamento em grupo. (Couto, 1994, p.09)

Todos nós reconhecemos que a língua usada pelo povo brasileiro constitui uma língua própria do povo brasileiro, com suas características peculiares. Não podemos exigir que a nossa língua seja a mesma da utilizada em Portugal, por exemplo. Existem variações que ocorreram, ocorrem e ocorrerão. Não só em relação à língua lusitana, mas em relação à própria língua portuguesa em si, onde quer que ela se manifeste. Isso obviamente acontece em qualquer língua, pois ela não é estática, é dinâmica, está em constantes transformações temporais, espaciais e sociais.

Segundo Saussure:

Do mesmo modo que a planta é modificada no seu organismo interno pelos fatores externos (terreno, clima etc.) assim também não depende o organismo gramatical constantemente dos fatores externos da modificação lingüística? (Saussure, 2000, p.30)

Sobre essa questão, Saussure também afirma: “Os costumes duma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é, em grande parte, a língua que constitui a Nação” (Saussure, 2000, p.29). Por isso mesmo, a língua constitui-se em algo que está em constante mudança, pois sofre, a todo instante, influências externas, apesar de ser a representação do povo, da comunidade lingüística que a utiliza. Já a fala, segundo Saussure (2000), é um ato que acontece individualmente e que envolve tanto a vontade quanto a inteligência, em que as combinações são distinguidas, de acordo com a intenção em expressar o pensamento de cada um, através de um mecanismo psicofísico que nos permite expressar as combinações desse código.

Qual seria, então, a norma geral do português brasileiro? Será que podemos falar em norma geral num país tão diversificado geograficamente, economicamente, socialmente e culturalmente? Existem variações e não podemos negá-las, não podemos dividi-la em uma língua que é “correta” ou não. Assim como a sociedade brasileira atual não é a mesma de séculos passados, o mesmo acontece com a sociedade portuguesa. Couto (1994) afirma que o português usado na época de Camões, em Portugal, não é o mesmo português medieval, nem muito menos igual ao português atual. Também a língua portuguesa do Brasil colonial não é o mesma

da época de Castro Alves, por exemplo, nem seria a mesma do Brasil atual. A língua portuguesa de épocas passadas difere da atual. Não podemos conceber uma língua que não se modifica, pois ela sofre influências externas e isso não podemos negar. Portanto, a língua portuguesa passou por um processo até chegar ao que ela é hoje. Nem por isso ela está completa, estará ainda sofrendo modificações que contribuirão para novas mudanças. Ou seja, a língua está sempre em constante evolução.

Segundo Couto (1994):

A preocupação constante é em citar autores “clássicos”, na suposição de que só eles “conhecem bem” a língua. Ou seja, os olhos das gramáticas estão sempre voltados para o passado. (Couto, 1994, p. 23)

Pressupõe-se que esses autores clássicos têm o domínio da língua portuguesa. A língua dos escritores antigos, considerados bons, é, para os gramáticos, a língua que deveria ser considerada oficial. A língua de antigamente, segundo Couto (1994) é que seria a linguagem considerada boa, sem defeitos, um modelo a ser seguido. No entanto, no dia-a-dia, o povo brasileiro usa o português e continua se comunicando normalmente, mesmo sofrendo as modificações inerentes à língua. Ele utiliza esse português vivo, dinâmico, que resultou das transformações históricas e sociais por que passou e está passando. Além da *variação temporal*, temos a *variação espacial* que é a imposição a todo um país, a toda uma nação, a um povo de um domínio lingüístico. Por isso insistem em dizer que os portugueses sabem mais português do que nós, de que falam “melhor do que nós”. A língua portuguesa usada em Portugal é considerada o modelo a ser seguido, sem levar-se em conta que jamais o nosso português brasileiro poderá ser igual ao de Portugal ou de qualquer outro país usuário da língua portuguesa. Como afirma Couto: “colocamos o centro detentor do português correto em outro país que não é o nosso, embora esse país represente, ao mesmo tempo, o nosso passado”. (Couto, 1994, p. 37)

Segundo aqueles que insistem em ditar o que é “certo” e o que é “errado” na língua, não podemos adotar esse português falado no Brasil, usado no dia-a-dia pelo povo. Isso impossibilitaria a comunicação entre as pessoas. A língua se perderia em sua essência. Se fôssemos adotar formas populares e todo instante, cairíamos na desordem total. Entretanto, não admitem que a linguagem do povo brasileiro, como

ela realmente é, é que possibilita essa comunicação, esse entendimento entre as pessoas. Se há comunicação entre as pessoas, se essas pessoas se entendem ao usar a língua, é porque essa língua está sendo usada corretamente. Mais uma vez, citando Couto: “A língua de um povo é a língua usada por esse povo” (Couto, 1994, p.50). O fato é que a língua usada em Portugal e no Brasil é a mesma língua, a língua portuguesa, mas cada país tem a sua modalidade específica, devido às diferenças existentes entre esses dois países que interferem diretamente no uso da mesma. Também insistem em querer impor a linguagem de uma determinada classe social como sendo a “correta”.

Possenti (2000) argumenta que:

Dado que a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido seria uma violência cultural. Isso porque, juntamente com as formas lingüísticas (com a sintaxe, a morfologia, a pronúncia, a escrita), também seriam impostos os valores culturais ligados às formas ditas cultas de falar e escrever, o que implicaria em destruir ou diminuir valores populares. (Possenti, 2000, p.18)

A isso ele chama de *distorção social*. A classe dominante, a elite, seria então a detentora do uso considerado “correto” da língua. O português “certo” seria o português usado por essa classe. A classe baixa, o povo teria que se adequar a esse padrão estabelecido por aqueles que têm o poder econômico e financeiro. A linguagem de uma determinada classe seria aquela que deveria ser adotada em toda a nação, independente do contexto social em que as pessoas se encontrem e como se não houvesse diferenças. Elas deveriam ser simplesmente anuladas em função do “bem falar o português”. Como também nos diz Couto (1994):

Já que a sociedade brasileira está dividida em classes, o português brasileiro apresenta, necessariamente, o reflexo dessa divisão, pelo simples fato de a língua ser um produto e um instrumento da sociedade”. (Couto, 1994, p.57)

Couto (1994) comenta que é necessário a todo país possuir uma norma lingüística oficial, mas também devemos levar em conta que a língua está inserida

na cultura de um povo, faz parte dela, e tem uma grande importância na formação desse povo. A cultura é a manifestação do que é produzido pelo povo e a língua também o é. Ou seja, a língua de um povo é parte integrante da cultura desse povo. Essa língua que está presente na fala do povo brasileiro será abordada a seguir através da análise da natureza descrioulizante do português popular do Brasil.

1.3 NATUREZA DESCRIOULIZANTE DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Ao abordar as mudanças que alteraram as feições dos dialetos rurais brasileiros ao longo deste século, Lucchesi (2001) diz que elas foram notadas nos primeiros trabalhos dialetológicos sobre a língua portuguesa no Brasil, desde a clássica descrição do dialeto caipira de Amadeu Amaral (1920)⁶, em que ele observa a existência desse dialeto falado por pessoas idosas. O dialeto caipira é citado como sendo “a expressão mais evidente do profundo processo de mudança que afetou a língua portuguesa no contato massivo com índios e negros” (Lucchesi, 2001, p. 113). A partir do início do século XX, no entanto, passou a perder as características, através do processo da escolarização e a influência dos centros urbanos. Essa mudança relacionada às variedades populares e rurais do português do Brasil foi abordada por Gladstone Chaves de Melo (1946)⁷, citado por Lucchesi (2001), que afirmou que o dialeto caipira tende a ir desaparecendo, em função da escolarização e principalmente da ascensão social, econômica e cultural das classes inferiores. Ele afirma também que não há análises empíricas de mudanças no tempo real que confirmem essa tendência, já que são raros os registros históricos da fala popular. No entanto, há estudos, a partir de dados sincrônicos, que fornecem evidências empíricas em relação à direção da mudança no português popular do Brasil. Essa mudança foi estudada no *tempo aparente*. Lucchesi (2001) cita o estudo de Nina (1980) realizado em 10 municípios do Estado do Pará, na Região Norte do país, que, numa amostra de falantes rurais analfabetos, analisou a concordância nominal e verbal. Percebeu-se que os jovens exibiam os maiores níveis de utilização das regras de concordância nominal e verbal, aproximando-se aos padrões da fala

⁶ AMARAL, A (1920). *O Dialeto Caipira*. São Paulo: Anhembi.

⁷ MELO, G. C. de (1946). *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir.

urbana culta. Em outro estudo citado por Lucchesi (2001), de Vieira (1995)⁸, em uma comunidade de pescadores do norte do Estado do Rio de Janeiro, na região sudeste do país, foi verificado também que os mais jovens apresentaram um índice menor de cancelamento na regra de concordância.

Para Lucchesi (2001) todo esse processo começou no início do século XX, se expandindo e se intensificando nas últimas décadas. Houve, então, uma incorporação das regras de concordância nos padrões de fala dos segmentos populares, indicando a influência do modelo culto sobre a fala popular. Temos nesse caso uma mudança “para cima” nos segmentos populares, definida por Lucchesi (2001) como descrioulizante, já que o modelo adotado é o do português culto. Ele também cita um estudo realizado por Naro (1981)⁹ sobre a concordância verbal em falantes analfabetos urbanos do Rio de Janeiro, que nos mostra a influência dos meios de comunicação de massa sobre os padrões de fala popular. Nesse estudo foi observado que aqueles informantes que acompanhavam as telenovelas, que são definidos pelo autor como de orientação “vicária”, demonstraram interesse pelos modelos e pelo universo cultural das camadas médias e altas, exibindo os maiores índices de aplicação da regra de concordância. Encontramos aí um exemplo da influência “de cima para baixo” induzindo a processos de mudanças “para cima” no português popular.

Lucchesi (2001) afirma que é preciso avançar e buscar estruturas indicativas de um estágio anterior em que essas drásticas simplificações e profundas alterações ocorreram, já que a mudança, em direção aos modelos da norma culta, indica a natureza descrioulizante do português popular do Brasil. O campo ideal para a pesquisa dessas estruturas está em certas comunidades rurais afro-brasileiras, constituídas por descendentes de escravos ou membros de antigos quilombos. Como exemplo, ele cita a comunidade de Helvécia, situada no extremo sul do estado da Bahia:

⁸ VIEIRA, S. (1995) *Concordância Verbal: Variação em Dialetos Populares do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.

⁹ NARO, A. (1981) *The social and structural dimensions of a syntactic change*. *Language*, 57 (1), p. 63 a 93.

Constituída, em sua ampla maioria, por descendentes de escravos dos grupos lingüísticos kwa e banto, trazidos para as plantações de café da antiga Colônia Leopoldina, instalada na região, a partir de 1818, a comunidade se manteve em relativo isolamento até o início da década de 70, devido à precariedade das suas vias de acesso (Lucchesi, 2001, p. 117)

Ao analisar a amostra de fala, recolhida em 1994, na comunidade de Helvécia, Lucchesi (2001) observou a variação da concordância verbal com a primeira pessoa do singular e a variação da concordância de gênero no interior do SN, conforme exemplos 1 e 2, extraídos de Lucchesi e Baxter (1995)¹⁰ e Baxter, Lucchesi e Guimarães (1997)¹¹, respectivamente:

(1) a. *eu não cunhece* ninguém.
 b. *eu passou* cum minha fia no faiado.
 ('eu passei com a minha filha no descampado')

(2) a. *Esses bebida assim manso* eu até que bebo, mas cachaça não.
 b. Isso tudo era ainda no tempo do *firma do Cunha*.
 (Lucchesi, 2001, p. 117)

Lucchesi (2001) afirma que, à exceção da primeira pessoa do singular, a variação na concordância verbal, na maioria dos dialetos populares, atinge todas as pessoas. Nesse caso o paradigma verbal se reduz a duas formas, opondo-se às quatro formas da norma culta, e às seis formas previstas pelo padrão normativo. No entanto, o que se observa em Helvécia aponta para um sistema, em que essa deterioração do sistema flexional atinge o paradigma como um todo. Ao ocorrer essa drástica redução, se iniciou um processo de implementação da regra de concordância, o que foi iniciado a partir da primeira pessoa do singular.

Os fatos lingüísticos levantados em favor da hipótese de mudanças de natureza criouliizante na formação do português popular do Brasil se limitam aos

¹⁰ LUCCHESI, D. e BAXTER, A. (1995) *A variação na concordância verbal com a 1ª pessoa do singular como parte do processo de descrioulização do dialeto de Helvécia-Ba*. Comunicação apresentada à 47ª Reunião Anual da SBPC, São Luís-Ma.

¹¹ BAXTER, A., LUCCHESI, D. e GUIMARÃES, M. (1997) *Gender agreement as a decreolizing feature of the Afro-Brazilian rural dialect of Helvécia*. In: *Journal of Pidgin and Creole Language*, 12(1), p. 1 a 57.

processos de simplificação do sistema morfológico da flexão nominal e verbal. Como nos diz Lucchesi (2001):

Argumentam que o português popular evoluiu pelo processo normal da deriva lingüística interna e a simplificação morfológica estaria presente na deriva histórica do português, desde as suas origens mais remotas no indo-europeu, com destaque para a perda da flexão casual dos nomes, na passagem do latim ao romance. (Lucchesi, 2001, p. 119 a 120)

Para Lucchesi (2001), houve processos de criouliização leve, como o que ocorreu na Ilha de Reunião, na costa leste da África, que provavelmente marcaram a história do português popular do Brasil. Desse modo, ocorreram processos independentes de reestruturação, de forma marginal, que não lograram uma estabilização na gramática da língua.

Lucchesi contesta Tarallo (1993)¹², ao afirmar que os estudos dos processos de mudanças que indicam um afastamento do português culto do padrão normativo europeu não são evidências contra a hipótese da ocorrência de mudanças de caráter criouliizante na formação do português popular. Isso porque esses processos estão integrados a uma visão bipolarizada da realidade lingüística brasileira, em que a norma culta e a norma popular apresentam tendências específicas de mudança. Os processos de mudança que indicam esse afastamento do português brasileiro culto do padrão normativo refletem influências "de baixo para cima", resultado da crescente interação dessa variedade lingüística com os dialetos populares, o que é observado desde o início do século passado.

Ele também afirma considerar, em relação à configuração atual do português popular, os processos de transmissão lingüística irregular, marcados pela aquisição do português pelas populações indígenas e de origem africana, que devem ser levados em conta. Lucchesi (2001) propõe a existência de processos de pidginização/criouliização de tipo leve, através do conceito de *transmissão lingüística irregular*; considerando mais apropriado falar em sistemas com características criouliizantes, ou de semi-crioulos, no âmbito da história do português popular brasileiro. No entanto, como nos diz Lucchesi (2001), mesmo nas comunidades

¹² TARALLO, F. (1993) Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 69 a 106.

isoladas do interior do país, em que as características do processo anterior de transmissão lingüística irregular são mais evidentes, pode-se perceber, através da observação dos processos de mudança em curso, a influência do modelo urbano culto. O que se conclui que as prováveis resultantes do contato entre línguas no conjunto das variedades populares estariam sendo neutralizadas desde o início do século.

A seguir falaremos sobre o português popular do Brasil e a polêmica envolvendo a sua formação. Teria sido o contato entre línguas o responsável pelas variações ocorridas na língua portuguesa no Brasil ou tudo não passaria do resultado de uma deriva secular?

1.4 PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO: CONTATO ENTRE LÍNGUAS OU DERIVA SECULAR?

Naro e Scherre (1993) fazem algumas reflexões sobre a origem do português popular do Brasil e reúnem evidências históricas, lingüísticas e sociais. Segundo eles, diversas origens contribuíram para a formação do português popular do Brasil, a européia, africana e a americana, resumida na expressão criada por eles como uma “confluência de motivos”. Também afirmam que não seria um *pidgin* nem um crioulo, tendo o léxico português como base, falado pela comunidade negra, que seria o antecessor do Português Popular do Brasil. Eles lembram, ainda, a participação da raça indígena, além de um *pidgin* trazido pelos primeiros colonos portugueses e a deriva secular européia. Fazem, então, um apanhado de fatos históricos, recorrendo a relatos dos viajantes, missionários e também governantes a partir de 1500, até a fala popular que aparece em jornais e peças teatrais. Citam Serafim da Silva Neto e sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, de 1950, revelando o predomínio da “língua geral”, que seria um *pidgin* ou *koiné* da língua tupi, sendo utilizado como meio de comunicação entre os diferentes grupos étnicos, tanto indígenas de tribos diversas, quanto europeus e até africanos, perdurando até aproximadamente metade do século XVIII, quando a língua portuguesa se expande, chegando até os dias atuais.

Quanto à fala dos africanos, Naro e Scherre (1993) comentam que não existem evidências de que estes falassem diferente de outras etnias presentes no

Brasil, sendo que, se isso existiu, foi de forma tão insignificante que passou despercebido. As únicas referências, segundo eles, dizem respeito à língua geral tupi ou às línguas africanas, de acordo com a sua origem. Salientam também que aqui não existiu um “Português Negro”, como o “Black English”, que ocorre nos Estados Unidos. No entanto, não querem com isso afirmar que os africanos ou indígenas brasileiros adquiriram a língua portuguesa com o requinte nativo e que os portugueses que aqui chegaram não tenham sido influenciados em sua fala por traços das línguas indígenas e africanas, além de traços pidginizantes à semelhança da língua geral e também denominada “língua de preto”, presente em Portugal a partir do século XV e usada tanto na África quanto na Europa. Logo a seguir, citam o Pe. Antônio Vieira e João de Barro que falam sobre a diferença existente entre o português falado na Ásia, no Brasil e em Angola. Naro e Scherre (1993) dizem também que os brasileiros não indígenas foram influenciados pelas línguas aqui faladas, o que fica demonstrado pela expansão da língua geral em nosso país.

Naro e Scherre (1993) falam do que seria o início da nossa formação lingüística, onde diversos grupos sofriam influência mútua, através de um aprendizado não perfeito dos falantes adultos que não eram nativos. Segundo eles, a língua geral tinha um caráter pidginizante e citam que, num texto do século XVII que fora publicado em 1620, um missionário tentava imitar a fala dos índios que falavam o português de forma semelhante ao que chamava na Europa e na África de “português de preto”. No entanto, eles não acreditam que a língua africana tivesse tido qualquer influência sobre a língua indígena, pois havia a predominância da língua geral e a quantidade de africanos, nesse período, ainda era pequena. Para eles, os portugueses teriam trazido esse *pidgin* da Europa para a América. E resumem a situação lingüística do Brasil, durante a sua formação, da seguinte forma: a predominância de um *pidgin* tupi, além de uma influência mútua das diferentes línguas faladas aqui nesse período e a contribuição da Europa com elementos pidginizantes.

Eles também vão comentar sobre a hipótese de Nina Rodrigues em seu trabalho *Os africanos no Brasil*, de 1930, onde é sugerida a existência inevitável, assim como houve uma língua geral indígena, de mais duas línguas gerais, só que africanas, onde teríamos um *pidgin* de base Yorubá, ao Norte, e outro Kimbundu, ao Sul. Logo após, vão argumentar, mostrando dados de uma investigação recente feita na região caipira de São Paulo, numa pequena comunidade chamada Cafundó, que

se originou de ex-escravos, que falam o português chamado caipira com seus vizinhos, mas mantêm entre si uma língua de origem africana. Essa língua, segundo Naro e Scherre (1993), seria, na verdade, o caipira, sendo que os verbos e nomes teriam sido substituídos por formas da língua Banto. Ou seja, ao contrário do que normalmente acontece na maioria dos *pidgins*, em que teríamos uma gramática africana com léxicos da língua portuguesa, o sistema encontrado em Cafundó nos mostraria uma gramática portuguesa com léxicos do Banto. Para Naro e Scherre (1993), isso indicaria uma africanização superficial do português popular do Brasil e também que os africanos utilizavam variações do português popular do Brasil da época ou até mesmo um pidgin de base africana que teria caído em desuso com o tempo. A seguir, eles afirmam a improbabilidade da existência no Brasil de uma língua *pidgin* ou crioula tendo o português como base lexical em associação com as línguas africanas ou indígenas, o que seria dispensável em função das línguas gerais existentes que permitiam a comunicação entre a população da época. No entanto, admitem que o processo de pidginização ocorrido no início da Colônia e também antes, como o caso citado da chamada “língua de preto” européia e das línguas gerais existentes, tanto tupi quanto africanas, influenciaram o desenvolvimento do português do Brasil.

De acordo com Naro e Scherre (1993), a língua portuguesa já chegou aqui no Brasil com um embrião vindo da Europa, por causa da deriva secular existente nas línguas românicas e indo-europeias. Em relação à variação da concordância verbal, por exemplo, eles comentam que é um fenômeno simplesmente fonológico, pois ocorre somente a desnasalização da vogal final, como em *comem/come*, fenômeno que também se verifica nas formas não verbais como em *homem, ontem* dentre outras. No caso da substituição de *comeram* por *comeu*, haveria apenas a substituição de uma desinência *-eram* por outra *-eu* e aí não seria mais um fenômeno fonológico. Isso teria acontecido a partir da relação de analogia, em que a redução fonológica originou, posteriormente, a redução morfológica de concordância. Também argumentam que a desnasalização ocorre na fala de Portugal, citando Leite de Vasconcelos (1972)¹³, que comentou sobre a região de Entre-Douro-e-Minho, onde, segundo ele, esse fenômeno acontece em nomes como *virgem/birge* ou em verbos como *vertem/bérte*. Naro e Scherre (1993), então,

¹³ LEITE DE VASCONCELOS, J. P. de M. (1970) *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. 2. ed.

concluem que a redução de concordância verbal seria originalmente européia, sem nenhuma influência africana ou indígena e ainda enfatizam que o fenômeno da desnasalização ocorreu tanto nos textos medievais, quanto no latim clássico e, assim como ocorre no Brasil, ocorre também em Portugal, sendo que a fonologia influenciou a mudança lingüística na concordância verbo-sujeito, o que remonta aos tempos clássicos. Isso poderia vir a se estender à concordância nominal, pois apesar das poucas evidências da perda do -s final no português da Europa, isso ocorria, como afirmam Naro e Scherre (1993) tanto no latim antigo quanto nas línguas românicas ocidentais modernas. Novamente, citam Leite de Vasconcelos que mostra essa ocorrência geral em palavras no Norte e no Centro de Portugal, sendo que também há um enfraquecimento do -s antes de consoante surda. Argumentam, ainda, que há uma grande ocorrência de enfraquecimento do -s final nas línguas românicas em geral e até em dialetos itálicos pré-românicos e também em inscrições latinas primitivas, que omitiam livremente o -s final, vindo a reaparecer na época clássica e desaparecer novamente. Então concluem que o -s final raramente foi utilizado no Latim Popular em qualquer época. Naro e Scherre (1993) citam o caso do francês em que a indicação do plural se faz por meio dos artigos, possessivos, números e demonstrativos e com a presença de outros elementos da gramática no início do sintagma nominal. Isso também ocorre em muitas línguas *pidgins* e crioulas e em línguas africanas. Para eles, no Brasil, a queda do -s final teria início em dialetos do português europeu, que têm sua origem numa deriva pré-românica. Concluem, então, que o fenômeno fonológico influenciou a perda da concordância verbal e também teria influenciado a concordância nominal.

Naro e Scherre (1993) falam ainda sobre o papel da posição linear na concordância nominal, afirmando que ela é de grande importância, enquanto variável lingüística para a sua ocorrência ou não, segundo vários trabalhos variacionistas sobre o português falado no Brasil. Todos concluem que a primeira posição é a principal responsável pela presença do plural explícito, sendo que as outras posições favorecem a sua ausência. Citam o trabalho de Guy (1989), afirmando que esse é um dos principais argumentos favoráveis à contribuição africana no português popular do Brasil. Também citam um trabalho de Scherre (1988) demonstrando que a análise da concordância nominal deve levar em conta, não apenas a posição linear, mas também as classes dos constituintes do SN e a relação entre elas. A partir daí, fazem uma análise verificando se a posição nuclear

seria ou não responsável pelo processo de concordância ou não, levando em conta duas variáveis em concorrência: a *posição linear* e a *posição/classe/relação*. A primeira seria subdivida de acordo com a posição (primeira – **umas casinha bonitinha**; segunda – **umas casinha bonitinha**; demais posições – **umas casinha bonitinha / as mulheres ainda muito mais antiga**). Já a relação posição/classe/relação foi subdivida em sete categorias: classe não nuclear na primeira posição (**novas escolas / suas tias / todos eles**); classe não nuclear na segunda posição (**todos os anos / todos esses homens**); classe nuclear na primeira posição (**coisas lindas / eles todos**); classe nuclear na segunda posição (**umas casinha bonitinha / suas tias**); classe nuclear nas demais posições (**as boas ações / os meus quatro filhos**); classe não nuclear posposta na segunda posição (**eles todos / eles mesmo**); classe não nuclear posposta nas demais posições (**umas casinha bonitinha / as mulheres ainda mais antiga**). A dedução a que chegaram, depois de codificados os dados sobre as duas variáveis, é que a *posição linear* não tem tanta importância quando se considera a *posição/classe/relação*. Ou seja, não é somente a *posição linear* que influencia a marcação de plural, existe uma complexidade muito maior de acordo com a variável *posição/classe/relação*.

Naro e Scherre (1993) afirmam que, em relação ao português popular do Brasil, as explicações sobre a posição linear exercida pelo elemento no SN ainda necessitam de muitos estudos. Também citam que não é descartada, no entanto, a influência da posição linear na primeira posição do SN, já que em sua maioria elas são ocupadas por classes não nucleares antepostas e marcadas, transferindo esse peso para as demais classes. Não é o efeito da posição linear, mas todo um jogo de grande complexidade entre a posição, classe nuclear e não nuclear e também a relação entre essas classes, como já foi dito anteriormente. Desse modo, eles concluem que o argumento de Guy (1989)¹⁴ que utiliza a posição para indicar um traço de crioulezamento, influenciado pelas línguas africanas, não é tão confiável. Quanto à língua portuguesa, a variação na concordância verbal, segundo Naro e Scherre (1993), é um fenômeno que ocorre independentemente da localização geográfica, acontecendo de uma forma geral. Citam ainda alguns trabalhos

¹⁴ GUY, G. R. (1989) On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre Espanhol de América Y Lingüística Afroamericana*. Bogotá, p. 226 a 244.

dialetológicos sobre esses fenômenos, como o de Amaral (1920)¹⁵, sobre o dialeto caipira, os de Monteiro (1933)¹⁶ e Marroquim (1945)¹⁷, sobre o português popular do Nordeste, o de Nascentes (1953)¹⁸, sobre o linguajar carioca e o de Melo (1946)¹⁹, sobre o português de maneira geral, e também dos variacionistas, como o de Braga e Scherre (1976)²⁰, sobre o português falado na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, os de Scherre (1978²¹ e 1988²²) e Guy (1981)²³, sobre o português do Rio de Janeiro, e o de Ponte (1979)²⁴, sobre o português falado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o de Nina (1980)²⁵, sobre o português falado na micro-região de Bragantina, no Pará, e Dias (1933)²⁶, sobre o português falado em Brasília. De acordo com Naro e Scherre (1993), após a leitura de todos esses trabalhos, conclui-se que o grau de escolarização é a variável social que determina os diferentes tipos de comportamento lingüístico e não a localização geográfica do falante. Também argumentam que, se algum *pidgin* ou crioulo, tendo como base lexical portuguesa e gramática africana, tivesse influenciado a origem da língua portuguesa do Brasil, a área geográfica ocupada por maior número de escravos, na metade do século XIX, teria demonstrado maior diferença na concordância verbal e nominal, o que, segundo eles, não fica evidente nos vários trabalhos existentes sobre essa questão. Naro e Scherre (1993) citam um artigo de 1974 de Jeroslow²⁷ sobre o português cearense, intitulado *Creole Characteristics in rural Brazilian Portuguese*, comentando que o Ceará não teve uma concentração de origem africana na época mais importante para as hipóteses da africanização do português.

¹⁵ op. cit.

¹⁶ MONTEIRO, C. do R. (1933) *A linguagem dos cantadores*. Tese apresentada à Congregação do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro: Organizações Simões.

¹⁷ MARROQUIM, M. (1945) *A língua do Nordeste – Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Nacional. 2. ed.

¹⁸ NASCENTES, A. (1953) *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões. 2. ed.

¹⁹ MELO, G. C. de (1946) *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir.

²⁰ BRAGA, M. L. e SCHERRE, M. M. P. (1976) A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: *Encontro Nacional de Lingüística*, 1º. Anais... Rio de Janeiro: PUC, p. 464 a 477.

²¹ SCHERRE, M. M. P. (1978) *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. Rio de Janeiro: PUC. Dissertação de Mestrado.

²² SCHERRE, M. M. P. (1988) *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado.

²³ GUY, G. R. (1981) *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. PH.D. Dissertation, University of Pennsylvania.

²⁴ PONTE, V. M. L. (1979) *A concordância nominal de uma comunidade de Porto Alegre*. Rio Grande do Sul: PUC. Dissertação de Mestrado.

²⁵ NINA, T. de J.C. (1980) *Concordância nominal/verbal do analfabeto na micro-região de Bragantina*. Rio Grande do Sul: PUC. Dissertação de Mestrado.

²⁶ DIAS, M. C. A. (1933) *A variação na concordância nominal: um contraste entre o urbano e o rural na fala brasiliense*. Brasília: UnB. Dissertação de Mestrado.

²⁷ JEROSLOW, E. H. M. (1974) *Rural Carence Portuguese: a study of one variety of nonstandard Brazilian speech*. Cornell University dissertation.

Naro e Scherre (1993) descrevem como teria sido o desenvolvimento do português popular do Brasil, afirmando que a língua falada em Portugal já possuía uma deriva secular, mesmo antes da colonização do Brasil, sendo que aqui foram encontradas outras forças, desviando-o ou aproximando-o da direção original, como a pidginização, através da língua tupi e da “língua de preto” da Europa, que foi usada no Brasil para o contato com os indígenas, sendo mais tarde influenciada por *pidgins* de base lexical africana. O processo teve uma documentação parcial. Para Naro e Scherre (1993), não há evidências de uma língua crioula de léxico português e gramática africana, como ocorreu em outros *pidgins* e crioulos de base européia. Eles argumentam que chegaram ao Brasil populações de diversas origens étnicas e isso causou o efeito de reforçar algumas tendências e inibir outras, sendo que, grosseiramente, podemos dividir em três fases de acordo com a predominância étnico-geográfica. Na primeira, houve o predomínio da raça ameríndia, a segunda, africana e a terceira, a da imigração asiática, sendo que a última não teve a mesma força esmagadora da segunda sobre a primeira. Segundo Naro e Scherre (1993), as duas primeiras tiveram um caráter pidginizante e caracterizam-se pelo aprendizado imperfeito, enquanto que a última se aproxima mais do padrão, apesar de estar relacionada a populações originárias de terras onde o português não era conhecido. Eles afirmam que a deriva secular seria, então, a responsável pelas variações ocorridas no português popular do Brasil, que aqui encontraram condições mais propícias ocasionada por uma confluência de motivos.

Scherre e Naro (2000) comentam a hipótese de uma possível criouliização do português popular do Brasil, fato citado desde o final do século XIX com base nas condições de colonização do nosso país, o que possibilitou o contato de falantes adultos de línguas européias com os de línguas indígenas e africanas, e também em função de estruturas diferenciadas do português europeu e o português brasileiro, principalmente em relação à enorme variação na concordância verbal e nominal, em especial a de número. Segundo eles, as condições sociais parecem evidentes, mas muito se tem questionado em função das semelhanças de características lingüísticas que são associados à criouliização no Brasil com o português não-padrão europeu. Citando estudos de Baxter e Lucchesi, de 1997²⁸, dentre outros, apresentam dados

²⁸ BAXTER, A. e LUCCHESI, D. (1997) A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, nº 19. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, p. 65 a 84.

que contestam a hipótese de crioulização. A partir daí, comparam traços característicos do PB, encontrados em comunidades rurais isoladas, com o PP considerado não-padrão, iniciando uma “garimpagem” nas teorias das origens da estrutura do PB. Scherre e Naro (2000) analisam três estruturas lingüísticas radicais encontradas na fala da comunidade afro-brasileira isolada de Helvécia, no Extremo Sul da Bahia, que são indicados como evidências de crioulização, como a ocorrência de sujeito pronominal de primeira pessoa do singular com verbo de terceira pessoa, variação na concordância de gênero e supressão de preposição, sendo que esses traços seriam encontrados também no PP não-padrão atual. Salientam também que os dois últimos são encontrados na fala de uma comunidade não-afro, de ascendência portuguesa, segundo observações de Isensee (1964)²⁹ e Callou (1998)³⁰. Com isso, mostram que existem semelhanças na linguagem de comunidades isoladas, afros e não-afros, do Brasil e comunidades de Portugal que utilizam o PP não-padrão.

Logo a seguir, vão enfatizar que a língua portuguesa padrão possui exemplos de neutralizações de 1ª e 3ª pessoas e que não são consideradas falta de concordância, como nos verbos regulares do pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e no modo subjuntivo e, também, em formas do pretérito perfeito de alguns verbos, como *trazer*, *caber* e *saber*. Scherre e Naro (2000) destacam, da mesma forma, a variação de concordância de gênero como sendo comum tanto no português não-padrão, brasileiro ou europeu, como em comunidades afros ou não-afros, questionando se esse traço poderia ser mesmo atribuído a processos de crioulização. E acrescentam a questão da supressão da preposição também como um fenômeno geral na língua portuguesa padrão ou não-padrão.

Scherre e Naro (2000) listam nove características apresentadas como indícios de crioulização no PB, mostrando que elas também são encontradas no PP, como o uso do pronome do caso reto em função de objeto direto; uso do pronome oblíquo em função de sujeito; uso de *se* para outras pessoas; alternância de preposições, uso do verbo *ter* indicando posse e existência; uso não freqüente de futuro e de condicional nas formas morfêmicas; redução ampla de modos e tempos verbais; uso

²⁹ ISENSEE, Dinah Maria. (1964) *O falar de Mato Grosso (Bahia): fonêmica – aspectos da morfo-sintaxe e do léxico*. Brasília: UnB. Dissertação de Mestrado.

³⁰ CALLOU, Dinah Maria Isensee. (1998) Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. Große, Sybille & Klaus Zimmermann (eds.) “*Substandard*” e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main: TFM, p. 255 a 272.

freqüente de coordenação e justaposição, com pouco uso de subordinação e uso freqüente de formas expletivas e outros processos de ênfase. A seguir, comentam a hipótese de Naro (1981)³¹, que afirma que a variação ocorrida na concordância de número do PB seria um processo de mudança lingüística lento e que estaria caminhando em direção a um sistema sem marcas, localizando esse processo nos ambientes de menor saliência fônica, principalmente, nos que a nasalização da desinência vocálica marcaria a diferença morfológica da relação singular/plural na concordância verbal. Isso indicaria, segundo a mesma hipótese, que esse processo se localizaria no componente fonológico, já que envolve também nomes, e teria se generalizado para outros ambientes, chegando a envolver toda a oposição desinencial. Mais adiante cita os estudos de Lapa (1991)³² que, em relação à concordância, indica fatos que vêm, segundo ele, desde o século XIV. Scherre e Naro (2000), rejeitam a posição de que o PB tem uma base crioula, semi-crioula ou uma crioula leve, afirmando que é uma interpretação equivocada o uso do termo crioula, já que não existem indícios de que existiu um *pidgin* prévio de base lexical portuguesa. Enfatizam, também, que a idéia de crioula leve ou semi-crioulo não acrescentaria nenhum significado lingüístico ao conjunto de teorias sobre a crioula.

Naro e Scherre (2001) falam sobre os fatos que indicariam a hipótese de que o português brasileiro apresentaria traços crioulos, como a situação de contato, existente durante o período da colonização do Brasil, entre falantes adultos de línguas indígenas, africanas e européias, estas de vários povos, como portugueses, franceses, holandeses e espanhóis, e a estrutura diferenciada do português do Brasil e o português da Europa, em relação à variação na concordância verbal e nominal, principalmente a de número. Eles buscam compreender se a crioula foi responsável pelas diferenças existentes entre o português europeu e o português brasileiro. Neste caso o português europeu teria fornecido os itens lexicais, servindo como língua de base, enquanto que as outras línguas, principalmente as africanas, entrariam com substrato, modificando as estruturas lingüísticas existentes. Defendendo essa hipótese de uma crioula prévia estariam vários estudiosos

³¹ NARO, Anthony J. (1981) The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, nº 57, p. 63 a 98.

³² LAPA, Manuel Rodrigues. (1991) *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes. 3.ed.

citados por Naro e Scherre (2001), como Silva Neto (1986)³³, Câmara Jr. (1975)³⁴, Ferreira (1994)³⁵, Jeroslow (1975)³⁶, Holm (1992)³⁷, Guy (1989)³⁸, Baxter e Lucchesi (1997)³⁹, Baxter (1998)⁴⁰ e também Mello (1997)⁴¹. Por outro lado, eles citam Tarallo (1993)⁴², Naro e Scherre (1993⁴³; 2000a⁴⁴; 2000b⁴⁵) que a contestam e argumentam que existem evidências que são contundentes, como os resultados da pesquisa sociolingüística laboviana baseada em dados do português do Brasil falado por muitas comunidades urbanas e rurais em todo o território nacional e também da pesquisa do português arcaico, além da pesquisa sociolingüística e dialetológica de comunidades isoladas no Brasil, sejam formadas ou não por afro-descendentes, e da pesquisa dialetológica européia.

A partir daí, eles direcionam o comentário para a focalização de três estruturas lingüísticas consideradas radicais, que foram identificadas em Helvécia, comunidade isolada afro-brasileira situada no Extremo Sul da Bahia, em estudos de Ferreira (1994)⁴⁶ e Baxter e Lucchesi (1997)⁴⁷, indicadas como indícios de criouliização e que, segundo Naro e Scherre (2001) são também encontrados no português moderno não-padrão da Europa, como: *eu foi* (1ª pessoa do singular/verbo de 3ª pessoa – Ferreira, 1994); *o meu sobrinha* (variação na concordância de gênero – Baxter e Lucchesi, 1997); e *eu num vô dizê o sinhô que*

³³ SILVA NETO, Serafim da. (1986) *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.

³⁴ CÂMARA Jr., J. Mattoso (1975) *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

³⁵ FERREIRA, Carlota da Silveira. (1994) Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Diversidade do Português do Brasil – Estudos da dialetologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, p. 21 a 32.

³⁶ JEROSLOW, Elizabeth Helen McKinney. (1975) *Creole characteristics in rural Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada em The International Conference on Pidgins and Creoles. University of Hawaii.

³⁷ HOLM, John. (1992) Vernacular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: *Actas do Colóquio sobre “crioulos de base lexical portuguesa”*, d’ANDRADE, E e KIHM, A. (eds.). Lisboa: Colibri, p. 37 a 66.

³⁸ op. cit.

³⁹ op. cit.

⁴⁰ BAXTER, Alan N. (1998) Morfossintaxe. In: PERL, Mattias e SCHWEGLER, Armim (eds.) *América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas e criollas*. *Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico*, p. 97 a 137.

⁴¹ MELLO, Heliana Ribeiro de. (1997) *The genesis and development of vernacular Portuguese*. Ph.D. Dissertation. City University of New York.

⁴² op. cit.

⁴³ NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta Pereira. (1993) *Sobre as origens do português popular do Brasil*. DELTA. São Paulo: Educ. n° 9, p. 437 a 454.

⁴⁴ NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta Pereira. (2000a) Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWHORTER, John. (ed.) *Language change and language contact in pidgins and creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 235 a 255.

⁴⁵ NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta Pereira. (2000b) *Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal*. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis: Tarciro – Produção de Cds Multimídia, p. 1259 a 1270.

⁴⁶ op. cit.

⁴⁷ op. cit.

não (supressão de preposição – Baxter e Lucchesi, 1997). Também eles argumentam, citando que, em Isensee (1964)⁴⁸ e Callou (1998)⁴⁹ também se encontrou a variação da concordância de gênero e a ausência da preposição na fala de uma comunidade isolada não-afro no Brasil. Esses dados mostram, segundo Naro e Scherre (2001), que esses traços considerados crioulizantes estão presentes tanto em comunidades brasileiras isoladas afro-descendentes ou não, como em comunidades portuguesas que falam o português europeu não-padrão. Eles também argumentam que a neutralização entre a primeira e terceira pessoas é comum na língua portuguesa, como em *eu amava / ele amava* (pretérito imperfeito), *eu amara / ele amara* (pretérito mais-que-perfeito), *que eu ame / que ele ame, que eu amasse / que ele amasse*, *quando eu amar / quando ele amar* (formas do subjuntivo). Naro e Scherre (2001) citam ainda as formas do pretérito perfeito dos verbos *trazer, caber e saber*, em que a oposição é que é estigmatizada, como em *eu trouxe / ele trouxe*, ou *eu sube / ele sobe*.

Eles listam também nove características que são consideradas exclusivas do português do Brasil e como evidências da crioulização na história lingüística brasileira, afirmando que elas também estão presentes no português europeu, como o uso do pronome de caso reto em função de objeto direto (*Bendi eles há muito ano*); uso do pronome oblíquo em função de sujeito (*... dá mim guardare*); uso de *se* para outras pessoas (*vou s'imbora*); alternância de preposições (*aquilo chegou na última miséra*); uso do verbo *ter* indicando posse e existência (*aqui no sítio tem muntos rapazes*); uso de formas perifrásticas (*Essa cana ago(ra) que vô rachar é pra paredi...*); futuro do condicional substituído pela forma perifrástica ou pelo presente do indicativo (*amanhã tou ou devo tar em Cascais / amanhã vamos a Sintra*); redução de modos e tempos verbais (*Se eu dezer isso*); uso freqüente de coordenação e justaposição, pouco uso de subordinação; uso de formas expletivas e outros processos de ênfase.

Naro e Scherre (2003) falam sobre o fato das variáveis semelhantes ao crioulo serem assumidas por estudos que indicam que estas são exclusividade brasileira, processo ocorrido durante a colonização do Brasil pelos portugueses, durante o período em que foi implantada a língua portuguesa, sendo que nenhum traço estrutural novo foi criado. Para eles não houve indícios de crescimento de

⁴⁸ op. cit.

⁴⁹ op. cit.

determinadas estruturas estigmatizadas, ou variação de concordância que já existiam em dialetos sem prestígio social usados sem muita importância em circunstância de maior prestígio. Comentam também sobre alguns traços, como artigos antes de possessivos ou a ocorrência de sujeito nulo, tidos como usados no período de colonização. Citam que foram pesquisados materiais da escrita medieval que continham traços de variações e também em dialetos rurais do português popular europeu atual. Segundo suas conclusões as variações existentes no português de Portugal foram trazidas para o Brasil. Dizem também que comparar os dialetos do português brasileiro com o português europeu padrão do século XVI não é possível. Isso porque as formas populares são variáveis, enquanto as formas padrão são mais normatizadas. Também as formas variáveis existem e sempre existiram tanto em Portugal como no Brasil, embora sem a mesma frequência de uso ou dispersão social e não haveria razão para dizer que os colonizadores portugueses falavam algo semelhante ao padrão.

São citadas algumas características que diferenciam o português do Brasil do de Portugal, como o uso pouco freqüente no Brasil da concordância de número e de sujeito nulo com aumento no uso de sujeito pronominal. Essas características, segundo Naro e Scherre (2003), são citadas por Lucchesi (2003) como traços da existência de um semi-crioulo no português brasileiro, durante o processo de transmissão irregular. Para eles, do ponto de vista formal parece óbvio assumir que o uso de sujeito cresceria na ordem para compensar o pouco uso de marcas correspondentes no verbo. Logo a seguir citam vários exemplos de pesquisas com falantes analfabetos do Rio de Janeiro e também em gravações realizadas pelo Censo com falantes alfabetizados. A conclusão é que, qualquer que tenha sido a motivação diacrônica para o uso com maior frequência do pronome em posição de sujeito, esse fato não está relacionado ao decréscimo do uso da desinência verbal explícita. Daí, segundo Naro e Scherre (2003), seria errônea a atribuição do uso da redução do sujeito nulo no Brasil à expansão de um semi-crioulo gramatical no português brasileiro, de modo que seria considerada fraca a idéia de que traços típicos do português não-padrão do Brasil sejam resultados de uma transmissão lingüística irregular, pois ela é baseada na concepção de que a língua é adquirida por uma nova geração de falantes na forma de língua nativa de uma geração mais velha. Isso seria insustentável já que crianças normalmente adquirem essa linguagem nativa de outras crianças, após a socialização.

Naro e Scherre (2003) ainda enfatizam que, no caso específico do português brasileiro, todas as estruturas variáveis agora em uso teriam existido na linguagem trazida de Portugal, só que não eram codificadas na língua padrão e não eram usadas em situações mais formais. A comunidade brasileira era formada, por toda parte, por uma população de origens diferenciadas, como africanos, europeus, indígenas e asiáticos e apesar disso temos uma linguagem uniforme em todo o território brasileiro. Afirmam que existem variações em toda parte, com algumas variações estruturais diferentes somente em proporção e extensão, que também existem em comunidades rurais isoladas formadas exclusivamente de imigrantes portugueses. Finalizando, citam que o português brasileiro é simplesmente português, sem o impedimento das normas tradicionais de uma comunidade lingüística estável, livre para usar as formas e estruturas não-padrão, sem prestígio.

Lucchesi (2003) aborda a questão do contato do espanhol, do inglês e do português na América colonizada pelos europeus, ressaltando a enorme quantidade de falantes de língua indígenas e africanas por um período bastante prolongado, dando origem a variedades populares dessas línguas européias em função desse contato. Apesar da proximidade dessas variedades lingüísticas, não seriam tipicamente consideradas *pidgins* e crioulas. Apresentando, então, o conceito de *transmissão lingüística irregular*, chama a atenção para a necessidade da crioulística vir a compreender esse processo, pois, demograficamente falando, seria de grande relevância. A *transmissão lingüística irregular* é, segundo Lucchesi (2003), resultado do contato prolongado entre línguas, sendo que a língua daqueles que estão no poder político é referência para aqueles que são dominados.

Em situações em que é necessária uma língua que venha a suprir as necessidades de comunicação para fins comerciais ou até mesmo em casos de sujeição a uma nova língua, numa população de adultos em grande quantidade e que são falantes de línguas diferenciadas, existe uma redução/simplificação na estrutura gramatical para que se possa estabelecer a comunicação entre os falantes, conservando-se apenas os elementos referenciais básicos. Essa redução, segundo Lucchesi (2003), é proporcionada pela dificuldade de acesso à língua alvo, tida como modelo pelos falantes das outras línguas, principalmente se a mesma possui quantidade inferior de falantes. Também devido ao fato desses falantes serem adultos e não existir uma norma, que oriente a aquisição da língua dominante pelos dominados. Essa língua emergencial, com o prolongamento do contato social, pode

vir a ser mais viável, tornando-se a primeira língua dos descendentes desses falantes de línguas diversas. Com a continuidade do contato com a língua alvo, principalmente se esta indica maior prestígio social, pode haver uma nova variedade dessa língua alvo, apresentando determinadas características resultantes das mudanças lingüísticas ocorridas através de um processo de nativização/socialização da mesma entre os falantes das outras línguas e seus descendentes. Essa origem de crioulos com maior proximidade com a língua alvo, ou criouliização variável, segundo Lucchesi (2003), foi explicitada por Baker (1982)⁵⁰ e Bickerton (1984)⁵¹.

A intensidade do processo de transmissão lingüística irregular é determinada pela erosão gramatical que acontece no início do contato. Se o acesso aos modelos da língua alvo for maior, menor será a erosão. Caso contrário, maior será a erosão e a reestruturação gramatical que ocorrerá num processo posterior. A formação de *pidgins* e crioulos, conduzidos pelos processos de transmissão lingüística irregular, de acordo com Lucchesi (2003) geralmente ocorrem em situações sócio-históricas em que há acesso restrito à língua alvo no contato inicial entre línguas e a pouca influência daquela nas fases seguintes de reestruturação da gramática. As formas da língua de superstrato podem continuar influenciando, mesmo após a consolidação da língua crioula, substituindo as estruturas tipicamente crioulas pelas da língua de superstrato, resultando num processo de descriouliização.

No português popular do Brasil, segundo Lucchesi (2003), os processos de transmissão lingüística irregular mais leves compreenderam uma fase inicial em que ocorreu uma variação mais ou menos intensa em relação ao uso dos mecanismos gramaticais e nas fases seguintes uma manutenção desse quadro de variação, o que resultou em um alto grau de heterogeneidade na fala dos diversos segmentos da sociedade brasileira. Lucchesi (2003), ao analisar os primeiros séculos da história sociolingüística do Brasil, afirma que existe um conjunto de estruturas do Português Brasileiro que podem ser relacionados ao intenso contato entre línguas, sendo que algumas atingiram inclusive a norma culta e outras se limitam ao português popular do Brasil, onde encontramos aquelas relacionadas às variedades rurais e que ficaram menos influenciadas pelos centros urbanos, mais normatizadores, e que são estruturas mais próximas da criouliização.

⁵⁰ BAKER, Philip. (1982) On the origins of the first Mauritian and of the creole languages of their descendants. In: BAKER, Philip e CORNE, Chris. *Isle de France Creole*. Ann Arbor: Karoma.

⁵¹ BICKERTON, Derek. (1997) The language bioprogram hypothesis. *Behavioural and Brain Sciences*, nº 7, p. 173 a 203.

Lucchesi (2003) comenta sobre a eliminação ocorrida na maior parte das regiões brasileiras das marcas morfológicas da 2ª pessoa da flexão verbal e também sobre a variação na concordância de número e na concordância entre o verbo e o sujeito, sendo que a concordância verbo-nominal chega a atingir todas as pessoas do verbo em algumas comunidades rurais afro-brasileiras. Lucchesi (2003) cita os estudos realizados por Baxter e Lucchesi (1993⁵² e 1995⁵³), que registraram a variação até na concordância verbal com a 1ª pessoa do singular, o que indica a profundidade da erosão da morfologia verbal que foi provocada pela transmissão lingüística irregular em comunidades que tiveram grande quantidade de mão-de-obra escrava. Lucchesi (2003) conclui que a perda da morfologia flexional durante a aquisição da língua alvo pelos falantes de outras línguas é o ponto de partida do processo de transmissão lingüística irregular. Esta é uma das características que se encontra na base de formação de todas as línguas *pidgins* e crioulas, sendo um aspecto que deve ser levado em conta para o entendimento da história lingüística brasileira e da maior parte da América.

Lucchesi (2004) nos fala sobre as buscas de evidências empíricas, na história do português do Brasil, com o intuito de mostrar a influência do contato entre línguas no período de sua formação. Essa busca tem acontecido através da análise da fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, sendo que algumas até provenientes de quilombos. Essas pesquisas acreditam ser possível a verificação de variação e mudança lingüísticas ocorridas nas línguas humanas em situações de intenso contato. Ele afirma que um dos poucos consensos seria com respeito à concordância que teria a sua mudança flexional bastante afetada. Isso seria resultado desse grande contato existente no Brasil do português com línguas indígenas e africanas, que ocorreu do século XVI até o século XIX. Temos então, segundo Lucchesi (2004), no português padrão do Brasil, *os meninos já chegaram*, enquanto no português não-padrão teríamos *os menino já chegou*. Ele cita Naro e Scherre (1993⁵⁴, 2000⁵⁵ e 2001) que explicam essa variação como resultado de uma deriva secular que sempre esteve presente na estrutura interna da língua, de acordo com o conceito de *deriva* proposto por Sapir em 1921. Lucchesi (2004) diz que, para

⁵² BAXTER, Alan N. e LUCCHESI, Dante. (1993) *Processo de Descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro*. Pávia, nº 2, p. 59 a 71.

⁵³ op. cit.

⁵⁴ op. cit.

⁵⁵ op. cit.

esses autores, esse processo teria origem no português arcaico e, através do contato com as línguas indígenas e africanas, encontrou condições mais propícias para essa mudança. Ele, entretanto, apresenta outro conceito para explicar as diferenças existentes entre o português europeu e o brasileiro, ocorrido através da aquisição do português europeu por falantes adultos indígenas e africanos, no Brasil, de maneira imperfeita, citando o ponto de vista de Baxter e Lucchesi (1997)⁵⁶ e Lucchesi (1998⁵⁷, 2003) que adotam o conceito de *transmissão lingüística irregular*. Isso teria levado à nativização desse modelo, transformando-se, posteriormente, numa segunda língua transmitida para o seus descendentes. Em contextos como esses, o processo de variação e mudança teria como característica a variação ou perda da morfologia flexional e também de palavras gramaticais no uso da língua. Também acrescenta, citando Bickerton (1999)⁵⁸ e Roberts (1997)⁵⁹, que, respectivamente, dizem que itens lexicais seriam gramaticalizados para ocupar as lacunas que existiriam na estrutura gramatical dessa nova variedade lingüística formada e os valores dos parâmetros sintáticos seriam alterados, levando-se em conta os valores não marcados.

De acordo com Lucchesi (2004), o contato entre línguas seria o principal responsável pelo processo de variação e mudança ocorrido no cenário lingüístico que envolve a língua portuguesa no Brasil, fornecendo evidências empíricas que favorecem essa hipótese. Em se tratando dos níveis diferenciados de variação, cita como exemplo a concordância verbal com a terceira pessoa do plural, *eles trabalham na roça/Eles trabalha na roça*, em que se observa um *continuum*, onde a sua ausência é de 84% em comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia, 62% em comunidades de pescadores analfabetos ou pouco escolarizados no norte do Rio de Janeiro, 52% em analfabetos da cidade do Rio de Janeiro e de 27 e 21% em falantes escolarizados das cidades do Rio de Janeiro e Florianópolis, respectivamente. Podemos observar claramente que a variação é maior nas comunidades rurais, áreas onde, segundo Lucchesi (2004), teria havido maior

⁵⁶ op. cit.

⁵⁷ LUCCHESI, Dante. (1998) A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudanças nas normas culta e popular. In: GROË, Sybille e ZIMMERMANN, Klaus (eds.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am main: TFM, p. 73 a 100.

⁵⁸ BICKERTON, Derek. (1999) How to Acquire Language without Positive Evidence: What Acquisitionists Can learn from Crioles? In: DEGRAF, Michel (org.). *Language Creation and Language Change – Creolization, Diachrony, and Development*. Cambridge: The MIT Press, p. 49 a 74.

⁵⁹ ROBERTS, Ian. (1997) *Creoles, markedness and the language Bioprogram Hypothesis*. Estudos Lingüísticos e Literários, nº 19. Salvador: EDUFBa, p. 11 a 24.

predominância do contato entre línguas no interior do Brasil, sendo maior ainda nas comunidades afro-brasileiras, entre o português com as línguas africanas. Lucchesi (2004) cita Scherre e Naro (1997)⁶⁰, que dizem haver, em relação à mudança, uma certa estabilidade nas comunidades urbanas, enquanto afirma que nas comunidades rurais há uma tendência para o desenvolvimento do uso da regra de concordância, sendo que os mais jovens são os que mais a utilizam, enquanto os mais velhos fazem pouco uso dela, como o demonstram os trabalhos de Vieira (1995)⁶¹ e Silva (2003)⁶². O contato entre línguas no início da formação do português brasileiro afetou, com bastante profundidade, a regra de concordância que estaria sendo reintroduzida nas comunidades rurais, através dos modelos urbanos, pois o deslocamento populacional, a expansão dos meios de comunicação e a massificação do ensino público teriam contribuído para que isso viesse a acontecer. Para Lucchesi (2004), isso negaria a hipótese de uma deriva secular, pois, nesse caso, haveria uma perda contínua e progressiva da morfologia flexional do verbo. Citando o exemplo de Helvécia, comunidade rural isolada afro-brasileira, situada no extremo sul da Bahia, ele comenta sobre a existência de uma variação de concordância verbal com a primeira pessoa (*Eu não trabalha mais não*), onde fica evidente que, na origem do dialeto daquela comunidade, o contato entre línguas afetou todo o paradigma de flexão verbal, tanto de pessoa, quanto de número. Isso não se observa, segundo Lucchesi (2004) em nenhuma outra variedade do português, nem na zona rural, a não ser que tenha uma relação direta com o contato entre línguas.

Estaremos no próximo capítulo abordando a Teoria de Princípios e Parâmetros, o parâmetro do sujeito nulo na Gramática Universal e o sujeito nulo no português do Brasil, outro tema considerado de extrema relevância para os nossos estudos.

⁶⁰ SCHERRE, Marta e NARO, Antony. (1997) *A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente*. In: Dermeval da Hora (org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, p. 93 a 114.

⁶¹ VIEIRA, Silvia. (1995) *Concordância verbal: Variação em Dialectos Populares do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado.

⁶² SILVA, Jorge Augusto Alves da. (2003) *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.

CAPÍTULO II

O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO

2.1 TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

A espécie humana possui capacidades que são inatas, afirma Lobato (1986) ao comentar a proposta de Chomsky (1981)⁶³ em considerar a faculdade da linguagem como sendo também uma das capacidades que fazem parte da herança genética do ser humano, assim como a visão, a audição etc. Ela, assim como as outras faculdades humanas, possui uma estrutura caracterizada por propriedades determinadas geneticamente, possibilitando a aprendizagem, que tem como ponto de partida o estado mental inicial da linguagem. Esse estado inicial passaria por vários estágios de desenvolvimento, sofrendo a influência do meio e das experiências pessoais, através de um processo de maturação que atingiria um estágio de estabilidade, o que não impede que modificações posteriores venham a ocorrer, apesar de serem, nesse caso, diferentes das que se processam entre a aquisição, no estado inicial e a estabilidade. Encontramos várias maneiras para se referir a esse estado mental inicial da linguagem, segundo Lobato (1986), mas a usada com maior frequência é a expressão *Gramática Universal* (GU), apesar de ser também usada como referência à teoria proposta para o estudo desse estado inicial. Também iremos encontrar o uso de outra expressão: *Dispositivo de Aquisição da Língua* (DAL). As duas expressões, portanto, são termos equivalentes.

Segundo Lobato (1986), a hipótese da determinação genética da faculdade da linguagem leva a um questionamento sobre a sua incompatibilidade com a diversidade de línguas existentes. No entanto, como nos diz Lobato (1986), Chomsky (1981) resolve essa questão, tornando a gramática universal compatível com o fato de termos diversas línguas, afirmando que existem, no interior da gramática universal, *parâmetros variáveis* como, por exemplo, naqueles relacionados com a ordem do Sujeito-Verbo-Objeto (SVO, SOV ou VSO) nas línguas existentes. Lobato (1986) também vai comentar sobre o que Chomsky (1981) denominou como sendo *gramática núcleo* ou *core grammar*, em inglês, que seria

⁶³ op. cit.

uma gramática particular idealizada, em função da heterogeneidade que existe em cada comunidade lingüística. A gramática núcleo gera uma determinada língua, interagindo com outros componentes do cérebro humano, como os sistemas cognitivos. A lingüística tem como objeto de estudo a gramática e não a língua, como nos diz Lobato (1986), sendo que a língua é o resultado da interação efetiva num alto nível abstrato de mecanismos neuronais distintos.

Portanto, a noção de língua é mais abstrata do que a de gramática, numa concepção chomskiana, de acordo com Lobato (1986). A *gramática núcleo* é produzida pelas propriedades reais da faculdade de linguagem, a partir de uma situação idealizada de uma experiência lingüística homogênea. Também a interação faz com que surjam outros sistemas mais complexos, o que determinará todo o nosso conhecimento lingüístico. Tudo isso é explicado, então, pela teoria da Gramática Universal, que caracterizaria o estado inicial pré-lingüístico, num processo de aquisição idealizado. Essa experiência serviria para fixar os parâmetros variáveis da Gramática Universal que levariam a uma *gramática núcleo*. Lobato (1986), no entanto, enfatiza que tudo isso aconteceria num processo *idealizado*, como afirma Chomsky (1982). O que acontece é que, na realidade, o conhecimento lingüístico mentalizado pelos indivíduos é sempre diferente da *gramática núcleo*, devido ao fato de que as comunidades lingüísticas reais são heterogêneas e também são incorporados, pelas línguas reais, vários outros elementos não nucleares, como os empréstimos, resquícios da história e criações, dentre outros. Lobato (1986) cita Chomsky que, em 1981, afirmou que existe uma “gramática núcleo”, mas também uma periferia de construções e de elementos marcados representados na mente do indivíduo. A *gramática núcleo* se oporia à *periferia*, pois esta se refere às individualidades de cada língua que seriam adquiridas posteriormente através do ensino explícito da mesma.

As diferentes línguas apresentam diversas opções de realizações. Lobato (1986), cita como exemplo, a ordem das palavras na estrutura oracional, em que há variação entre as diferentes línguas: algumas são SVO, como o português, o francês e o inglês, e outras SOV, como o alemão, e outras VSO, como o árabe clássico. Por isso os parâmetros permitem essa diversidade de realizações, mas existem outras diferenças na estrutura de base entre as diferentes línguas existentes. Lobato, então apresenta o exemplo do walbiri, que, segundo Hale citado por Chomsky em 1982, é uma língua australiana sem uma ordem básica necessária, onde basta ter uma

seqüência de palavras para se formar uma sentença. No entanto, o inglês, o francês e o português, têm uma ordem fixa de palavras na frase. Por isso, as línguas se dividem em: *configuracionais* - inglês, francês, português, por exemplo, e *não configuracionais* como o walbiri.

Já Raposo (1992) aborda a questão do modelo de Princípios e Parâmetros, comentando o que Chomsky propôs em 1981, incorporando resultados da *Teoria Standard Alargada*, e, segundo ele, também a maneira como organizou a gramática em subteorias independentes, cada uma com sua organização e seus princípios, objetivando domínios distintos da linguagem. Raposo (1992) afirma ainda que, de acordo com Chomsky, existe uma tendência para eliminar as regras, ficando a composição do modelo em princípios gerais, que serão distribuídos pelas várias componentes, com um alto grau de complexidade resultado da interação. Temos, então, segundo Raposo (1992), um modelo *de princípios*. Os componentes da gramática são bastante simples internamente, mantendo uma interação com todos os outros componentes.

No entanto, de acordo com Raposo (1992), esta organização modular tem uma concepção diferenciada da natureza dos princípios universais da Gramática Universal, tendo, então, dois tipos de princípios e qualquer gramática final terá de incorporar os princípios rígidos e invariáveis contidos tanto na Teoria Standard Alargada, quanto na Gramática Universal, como, por exemplo, o princípio da Projeção, o princípio de que as línguas humanas possuem orações com um NP (Noun Phrase) sujeito e um VP (Verbal Phrase) predicado e o princípio de que as regras de movimento movem constituintes sintáticos, que é também conhecido, segundo Raposo (1992), como Princípio de Dependência Estrutural.

Mas, por outro lado, existe, do mesmo modo um sistema de princípios abertos, chamados *parâmetros*. Raposo (1992) afirma que:

Estes são uma espécie de “comutadores lingüísticos” cujo valor final e definitivo apenas é atingido durante o processo de aquisição, através da sua fixação (ou ligação) numa de duas posições possíveis com base na informação obtida a partir do meio lingüístico ambiente. Neste modelo, a aquisição pela criança da gramática final da sua língua consiste essencialmente em dois aspectos: a aprendizagem das formas lexicais da língua, com as propriedades fonológicas, sintáticas e semânticas determinadas pelo “dicionário mental” e a atribuição aos vários parâmetros da Gramática Universal do valor que possuem nessa língua. (Raposo, 1992, p. 54 a 55)

A criança, então, como nos diz Raposo (1992) vai adquirir uma *gramática nuclear (core grammar)* e, a partir do momento em que todos os parâmetros estiverem ligados, será formada uma conexão entre os princípios universais e os parâmetros, determinando, desse modo, as propriedades individuais de cada língua. A Gramática Universal passa de um estado com parâmetros a serem fixados a um estado mais específico, com parâmetros fixados que funcionam, segundo Raposo (1992), formando uma espécie de sistema computacional, o que nos permite associar a aquisição ao crescimento e à maturação da Gramática Universal. Os dados lingüísticos primários simples ao alcance da criança é que determinam a ligação dos parâmetros. Ou seja, a informação lingüística contida nesses dados permite à criança decidir que posição atribuirá a cada parâmetro. Um dos exemplos citados por Raposo (1992) é o *parâmetro do sujeito nulo*, considerado um dos mais discutidos na teoria gerativista, que estaremos comentando a seguir.

2.2 PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NA GU

Lobato (1986) comenta sobre a gramática particular do português, dizendo que essa língua, por exemplo, fixa uma certa quantidade de parâmetros, admitindo a ausência do sujeito em orações. Nesse caso, denominamos línguas desse tipo como *+ sujeito nulo* ou *pro-drop*, sendo também uma língua SVO e que os complementos seguem o núcleo, seguindo uma ordem em que o objeto encontra-se após o verbo e o complemento nominal após o nome. Lobato (1986), então vai afirmar que o português é uma língua *configuracional*, mas também possui certas características próprias em relação à sua estrutura interna. O adjetivo, por exemplo, tanto pode vir antes ou depois do nome: *mares verdes / verdes mares*. O mesmo também acontece com o possessivo e o identificador: *meu outro / outro meu*. (cf. Lobato, 1986 p. 407). O modelo da regência e ligação permite que a teoria gramatical seja vista não só como um sistema de regras, mas como um *sistema de princípios*. Esses princípios são, de acordo com Lobato (1986), válidos para regras e representações de diferentes níveis ou componentes. O português faz uso, por exemplo, do *pronome lembrete*, como uma estratégia de que as línguas dispõem para evitar o deslocamento, onde um pronome é usado como cópia do elemento a que este se

refere, como nos exemplos seguintes citadas por Lobato: *Esse é o rapaz que a moça que ele beijou desmaiou. / Esse é o rapaz que a moça que o beijou desmaiou.* (cf. Lobato, 1989, p. 422) A teoria da regência, como nos fala Lobato (1986) indica a relação entre o núcleo e as categorias que dele dependem, cujo intuito é formalizar a noção de complementação. Ela irá determinar quais elementos poderão reger ou ser regidos, quais as condições para que isso ocorra e qual a condição estrutural para se dar regência.

Lobato (1986) também vai comentar sobre a questão do sujeito acessível e a razão da sua introdução na teoria gramatical. Segundo ela, refere-se a uma noção tradicional e abstrata de sujeito, cuja intenção é explicar o comportamento dos anafóricos e pronominais no interior de SNs. Ao flexionar, o verbo reflete traços do sujeito, concordando com ele em pessoa e número.

Ao comentar sobre o parâmetro *pro-drop*, Lobato (1986) diz que as línguas que têm uma morfologia verbal muito rica tornam dispensável a realização fonética do pronome sujeito, pois isso seria redundante. Essas línguas são chamadas *pro-drop* ou línguas com *sujeito nulo* ou *sujeito oculto*, por permitirem a não realização fonética do sujeito. Há, segundo Lobato (1986), várias construções em que o sujeito pode estar oculto. A flexão verbal funciona como um regente para a posição do sujeito nessas línguas. A partir daí, chegamos ao parâmetro *pro-drop* em que temos línguas que admitem e línguas que não admitem a flexão verbal como regente apropriado para a posição de sujeito. O que determina as propriedades que identificam e distinguem as línguas *pro-drop* são segundo Lobato (1986), o sujeito nulo, a inversão livre do sujeito, as violações aparentes do filtro, o movimento longo do sujeito, a partir da ilha QU e o pronome cópia vazio em orações subordinadas. Ela também afirma que o parâmetro *pro-drop* se relaciona com a flexão manifesta (CONC).

Já Raposo (1992) afirma que a posição não *pro-drop*, assumida no parâmetro do sujeito nulo, é um valor não-marcado, consequência direta do Princípio do Subconjunto. Também argumenta que a omissão do sujeito é opcional numa língua *pro-drop*, sendo que para cada frase de uma língua *não-pro-drop* corresponderiam duas frases numa língua *pro-drop*. No Inglês, por exemplo, segundo Raposo (1992), língua *não-pro-drop*, há somente uma opção de frase: *They arrived late*. Por outro lado, no Português, que é uma língua *pro-drop*, encontraríamos duas opções: (a) *Eles chegaram tarde* e (b) *Chegaram tarde*. (cf. Raposo, 1992, p.61). A língua *pro-*

drop oferece então mais opções do que uma língua *não-pro-drop*, como nos diz Raposo:

Qualquer língua *pro-drop* é assim “maior” que uma língua *não-pro-drop*, incluindo-a propriamente. Logo, o Princípio do Subconjunto determina que o valor inicial do parâmetro do sujeito nulo é a posição *não-pro-drop*, aquela que corresponde à linguagem “menor”. (Raposo, 1992, p. 61)

Raposo (1992) afirma que os parâmetros, na Teoria da Regência e Ligação (TRL), são propriedades abstratas da Gramática Universal, não se encontrando, portanto, em correspondência biunívoca com propriedades simples dos sistemas lingüísticos, que são diretamente observáveis. Quando falamos do parâmetro do sujeito nulo, devemos levar em conta que a formulação do parâmetro não se refere somente à omissão ou não omissão do sujeito, mas sim a uma propriedade que permite a possibilidade ou impossibilidade de omissão do sujeito, conforme salienta Raposo (1992). Por outro lado, a análise lingüística confirma que a omissão do sujeito é somente uma das propriedades concretas associadas à fixação do parâmetro *pro-drop*.

Ele também comenta a importância que o modelo abstrato da noção de parâmetro tem para os estudos desenvolvidos pela gramática comparativa e a gramática histórica. Em relação à gramática comparativa, permite a redução de diferenças superficiais entre dois sistemas lingüísticos fixando valores opostos num único parâmetro ou em número muito reduzido, enquanto que na gramática histórica, através da mudança do valor de um ou mais parâmetros num dado sistema lingüístico, é possível formar as mudanças verificadas na história.

Segundo Raposo (1992), existem construções em que um argumento lexicalmente selecionado não é realizado foneticamente na representação sintática. Inicialmente, ele vai falar do sujeito nulo no Português, no Espanhol e no Italiano, que são Românicas de sujeito nulo. Citando orações como *Comeram o bolo em dois segundos*, ele nos diz que a mesma contém um sujeito que estaria “subentendido”. Essa representação sintática conteria, então, a sua posição de sujeito preenchida por um argumento com propriedades idênticas às do pronome *eles*, como em *Eles comeram o bolo em dois segundos*, mas sem realização fonética. Este elemento

pronominal vazio é chamado de *pro* e, assim como um pronome que é realizado foneticamente, possui uma *matriz gramatical* especificando e distinguindo a maneira como é composto por propriedades como número, gênero, pessoa e Caso.

Raposo (1992) afirma que as categorias vazias são consideradas um dos aspectos que mais fascinam os estudos da linguagem humana e também são considerados um dos itens mais importantes da Gramática Universal. Ele também cita Chomsky (1981)⁶⁴ que afirma que as propriedades relacionadas a essas categorias não podem ser determinadas a partir de fenômenos visíveis, pois refletem recursos internos da mente humana. Como existem tipos diferentes de categorias vazias, cada uma com sua propriedade, isso nos mostra que elas são entidades lingüísticas reais, representando a linguagem na mente do falante/ouvinte. Novamente, Raposo (1992) afirma que uma categoria vazia não representa somente uma “ausência”, já que uma ausência não possui diferentes propriedades. Uma categoria vazia possui uma matriz gramatical, mesmo não possuindo matriz fonológica, e é uma categoria lingüística real.

Veremos a seguir o sujeito nulo no português do Brasil, nas normas culta e popular.

2.3 O SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

2.3.1 O sujeito nulo na norma culta

Perini (1976) nos apresenta uma análise da questão da pronominalização na língua portuguesa, que, segundo ele, é uma reprodução adaptada do trabalho de Ross de 1969. Ele afirma que o fenômeno necessita de estudos mais aprofundados que revelarão diferenças consideráveis, o que ele não levará em conta no seu trabalho, já que pretende somente dar um tratamento preliminar ao problema. No entanto, antes de entrar em detalhes sobre esse assunto, ele vai examinar a questão da supressão do sujeito pronominal. Para isso cita os exemplos: *nós vamos a Sabará hoje / vamos a Sabará hoje*. (cf. Perini, 1976, p. 226) Ele comenta que essas duas frases são sinônimas e se relacionam através de uma regra que suprime

⁶⁴ op. cit.

o sujeito pronominal *nós*, denominada por ele de Supressão de Sujeito Pronominal (SSP), onde encontramos um verbo em forma flexionada, sem sujeito expreso. Logo a seguir, cita outro exemplo (*meus patrões pensam que são donos do mundo*), onde o sujeito é *meus patrões*. O que acontece nesse caso é a pronominalização do SN, que depois é suprimido pela regra de SSP.

Há diferenças importantes entre a SSP e a Supressão do Sujeito Idêntico (SSI), de acordo com Perini (1976), pois a SSP não impede a concordância, sendo aplicada após a regra de Concordância Verbal, enquanto que a SSI é aplicada antes da Concordância Verbal. Outra diferença é que na SSI o sujeito a ser suprimido é obrigatoriamente idêntico a outro SN, presente na oração principal. Já na SSP não é obrigatório que a estrutura contenha algum SN idêntico a ele. Também a SSI é obrigatória, enquanto que a SSP é optativa.

Duarte (1995) comenta que está ocorrendo uma mudança no português do Brasil, que estaria se modificando de uma marcação positiva para uma marcação negativa dentro do parâmetro *pro-drop*. Ela também afirma que um dos tópicos que mais tem gerado discussões e contribuições dentro do quadro dos estudos da teoria gerativa é a relação existente entre riqueza flexional dos paradigmas verbais de uma língua e a omissão do sujeito em sentenças finitas. No caso do português do Brasil, essa mudança, segundo Duarte (1995), coincide com a significativa redução nos paradigmas flexionais.

A partir daí, Duarte (1995) vai falar sobre o parâmetro *pro-drop* proposto por Chomsky, em 1981, que foi o primeiro passo para explicar as diferenças entre línguas que apresentam ou não um sujeito nulo, sendo a concordância – AGR – o elemento principal para licenciar e permitir a recuperação do sujeito nulo em línguas com um sistema flexional rico, sendo citado o italiano como exemplo. Ele comenta também sobre o trabalho desenvolvido por Huang, em 1984⁶⁵, com o chinês, língua que, apesar de apresentar um paradigma verbal sem flexões, exibe o sujeito nulo. Logo a seguir à publicação desse trabalho, surgiu mais uma nova abordagem do parâmetro apresentado por Jaeggli e Safir no ano de 1987⁶⁶, como nos diz Duarte (1996), em que a principal condição para o licenciamento do sujeito nulo não estaria relacionada à riqueza do elemento AGR “mas a uniformidade morfológica dos

⁶⁵ HUANG, J. (1984) *On the distribution and reference of empty pronouns*. Linguistic Inquiry, nº 15, p. 531 a 575

⁶⁶ JAEGGLI, O E SAFIR, K. (1987) The null subject parameter and parametric theory. In: JAEGGLI, O. e SAFIR, K. (eds.) *The null subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer.

paradigmas verbais de uma língua” (Duarte, 1996 p. 108). Segundo esse estudo, para um paradigma ser considerado *morfologicamente uniforme* teria de estar constituído de formas derivadas (desinências de número, pessoa, tempo, modo, aspecto etc.) ou de formas não derivadas. O que identificaria o sujeito nulo, primeiramente, seria a presença de AGR, e, depois, a relação entre este e um elemento nominal em posição A ou A' que comandaria o sujeito. No caso de paradigmas mistos, que apresentam formas complexas, morfologicamente falando, que sejam divisíveis em radical e afixo e, ao mesmo tempo, formas simples, o sujeito nulo não seria licenciado. De acordo com Duarte (1996), o trabalho de Roberts, em 1993⁶⁷, contribuiu e muito para a formulação do parâmetro. Esse trabalho apresenta o resultado de uma análise do francês antigo, que era um língua de sujeito nulo.

Partindo para uma análise do português do Brasil, Duarte (1996) afirma que os paradigmas flexionais estão passando por uma crescente simplificação:

Como se vê, o português do Brasil evoluiu de um sistema com seis formas distintas, mais dois sincretismos – representados pela segunda pessoa indireta, que utiliza as formas verbais de terceira pessoa (Paradigma 1) – para um paradigma que apresenta quatro formas, graças à perda da segunda pessoa direta (Paradigma 2). Este paradigma, restrito hoje à língua escrita e à fala de uma geração situada numa faixa etária mais alta, coexiste com um terceiro, em que se vêem apenas três formas, em consequência da perda do pronome de primeira pessoa do plural *nós*, substituído na fala dos jovens e, cada vez mais, popular entre os falantes de faixas etárias mais altas, pela expressão *a gente*, que se combina com formas verbais de terceira pessoa do singular (paradigma 3). (Duarte, 1996, p.110)

Em sua pesquisa, Duarte (1996) analisou como variável a ocorrência do pronome pleno ou *pro*, cruzando com fatores morfossintáticos, como o traço sintático de número e pessoa em relação ao traço semântico designado (pessoa do discurso); o tempo e a forma verbal (simples ou composta); a presença de elementos antes do sujeito ou entre o sujeito e o verbo; o tipo sintático da oração; a existência de correferência entre o sujeito da principal e da subordinada e a função do referente do sujeito de 3ª pessoa. Segundo Duarte, foi observada uma grande preferência pelo sujeito nulo nos três primeiros períodos examinados, de 1845 a 1918, iniciando uma queda significativa nos dois últimos períodos, o que vai resultar numa inversão

⁶⁷ ROBERTS, I. (1993) *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Kluwer.

de freqüência de sujeitos nulos e plenos no texto de 1992. De acordo com Duarte (1996), durante os três primeiros períodos estudados, funciona o Paradigma 1, em vigor no português europeu, em que há, na língua coloquial, a opção pelo sujeito nulo com ocorrências superiores a 50% em todas as pessoas. Duarte já fizera essa observação em seu trabalho de 1991. Caiu o uso da 2ª pessoa direta, a partir dos outros três períodos seguintes. O sujeito nulo prevaleceu, no Paradigma 1, com as formas *tu* e *vós*, referindo-se a uma *segunda pessoa direta*, com uma morfologia própria e distintiva e também as formas de tratamento que se referem a uma *segunda pessoa indireta*, que tomam emprestadas as formas verbais da 3ª pessoa. Duarte (1995) constatou que o índice referente à queda de sujeitos nulos foi de 69% em 1918 e de 25% em 1937, coincidindo com a perda da *segunda pessoa direta*.

Essa curva descendente teria se iniciado em 1918 e só na segunda metade do século XX o uso do sujeito pleno de 1ª pessoa superou o do sujeito nulo, de acordo com o que afirma Duarte (1996). A 1ª pessoa, tanto no plural quanto no singular, manteve desinências exclusivas no Paradigma 2, o que não foi suficiente para que ocorresse o uso do sujeito nulo, corroborando a tese de Roberts, como cita Duarte (1996), em que quatro formas distintivas comprometem a riqueza funcional de um paradigma flexional. Apesar de uma ligeira queda na segunda metade do século XX, o sujeito nulo continua sendo a opção preferida, criando uma assimetria: de um lado, os sujeitos de 1ª e 2ª pessoas representados com mais freqüência pelo pronome lexical e do outro, o sujeito de 3ª pessoa, que usufrui da opção permitida às línguas “pro-drop”. A possibilidade de sujeito nulo na 3ª pessoa, numa língua “pro-drop” está limitada a certas restrições. Duarte comenta sobre a atenção dispensada por Calabrese, em um trabalho de 1986 à complementaridade que existe entre o uso do pronome pleno e do pronome nulo da 3ª pessoa em italiano:

Quando o referente é esperado, usa-se o pronome nulo; caso contrário, o pronome pleno. E o que faz um referente ser fortemente esperado é o fato de ser ele o sujeito de uma predicação, termo o qual Calabrese prefere referir-se como TEMA, usando uma terminologia tradicional. Este é o referente disponível para um pronome nulo numa matriz ou numa subordinada a ele ligada. Só uma barreira entre o pronome o TEMA rompe a necessária adjacência sintática, forçando o uso do pronome pleno. Embora sem o caráter obrigatório do italiano, isto é o que ocorre nos trechos analisados. (Duarte, 1996, p. 116 a 117)

Duarte (1996) afirma que várias questões são levantadas em relação à aquisição e também ao parâmetro *pro-drop* no português brasileiro. Ao considerar o *corpus* analisado em seu trabalho, ela observou que havia uma ocorrência expressiva de sujeitos nulos em 1845. Essa ocorrência vai cair e muito em 1992, o que indicaria uma tendência para a redução ainda maior de ocorrências de sujeito nulo no português do Brasil. Para Duarte (1996), o português do Brasil apresentava antes de 1937, características de língua *pro-drop*, mas a redução no quadro de desinências verbais alterou essa condição. Segundo ela, o que ocorreu no português do Brasil, aconteceu também em relação ao francês medieval. O português do Brasil estaria passando por uma fase de transição de língua *pro-drop* para língua não *pro-drop*, através da perda de sua riqueza funcional. Fatos como fazem parte de um conjunto de mudanças sintáticas que nos permitem perceber o desenvolvimento de uma gramática brasileira.

2.3.2 O sujeito nulo no português afro-brasileiro

Aplicando a mesma metodologia utilizada por Duarte (1996), Lucchesi (2004) vai mostrar a questão referente à realização fonética do sujeito pronominal em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. Para isso aborda o enfoque do parâmetro do sujeito nulo, que se encontra na Teoria dos Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa. Baseando-se nos estudos de Chomsky (1981 e 1986), Lucchesi (2004) explica como esse parâmetro se manifesta nas línguas humanas. Ele também aborda o comportamento das línguas formadas em situações de contato em relação a esse parâmetro da Gramática Universal. Para isso, utiliza-se da metodologia da sociolingüística variacionista, difundida por William Labov, ao colher amostras de fala vernácula em três comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior da Bahia: Helvécia, no litoral sul do estado; Cinzento, na região do semi-árido, e Barra e Bananal, comunidades do município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, verificando a realização ou não do sujeito pronominal de referência definida. Também ele comenta sobre as evidências de que Cinzento e as comunidades de Rio de Contas tenham se originado de quilombos, local onde se agrupavam os escravos foragidos.

Ao abordar o parâmetro do sujeito nulo, denominado parâmetro *pro-drop*, Lucchesi (2004) diz que, nessa teoria, Chomsky (1981⁶⁸ e 1986⁶⁹) afirmou que cada língua particular tem sub-especificada os princípios da Gramática Universal (GU) que se encontra na mente de todo ser humano. O fato de umas línguas usarem foneticamente, e outras não, o sujeito pronominal, dá início à proposição do parâmetro do sujeito nulo. O espanhol e o italiano, por exemplo, não realizam foneticamente o sujeito pronominal, enquanto que o inglês e o francês possuem a obrigatoriedade da sua realização. O paradigma flexional de pessoa e número do verbo, nas línguas *pro-drop*, indica a referência do sujeito, o que favorece o sujeito nulo, uma categoria vazia *pro*. Sendo assim, a ausência de flexão verbal, onde não seria possível recuperar a referência do sujeito, torna a realização obrigatória do sujeito pronominal. As línguas se dividiriam, segundo Lucchesi (2004), entre aquelas em que haveria a realização fonética obrigatória do sujeito e aquelas em que esse sujeito pronominal seria uma categoria vazia, ou *pro-drop*, que seria rica em flexão verbal de número e pessoa.

Citando Kato (2002)⁷⁰, Lucchesi (2004) comenta sobre os parâmetros da variação interlingüística na Gramática Universal que poderiam estar presentes [+ ou 1] ou ausentes [- ou Ø]. Então, teríamos os valores marcados que são fixados durante a aquisição da língua materna dependendo de estímulos-gatilho, e os valores não-marcados, sem a presença desses estímulos, os valores *default*, que já estariam previstos, sendo inatos ou bioprogramados na mente humana. Também ele cita Derek Bickerton (1981⁷¹, 1984⁷² e 1988⁷³), que afirma que as línguas crioulas exibiram uma grande quantidade de valores *default* durante a fixação de seus parâmetros. Teríamos, então, segundo Lucchesi (2004), reforçada a hipótese de que o sujeito nulo, ou *pro-drop*, está diretamente relacionado a uma morfologia flexional de pessoa e número do verbo. Desse modo, é de se esperar que no Brasil encontremos uma diminuição na frequência dos sujeitos referenciais nulos, já que apresenta situações de contato entre línguas, num grau mais leve do que nas

⁶⁸ CHOMSKY, Noam. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

⁶⁹ CHOMSKY, Noam. (1986) *Knowledge of Language: Its Origin, Nature and Use*. New York: Praeger.

⁷⁰ KATO, Mary. (2002) *A evolução da noção de parâmetros*. D.E.L.T.A., São Paulo, 18:2, p. 309 a 338.

⁷¹ BICKERTON, Derek. (1981) *Roots of Language*. Ann Arbor: Karoma.

⁷² BICKERTON, Derek. (1984) *The Language Bioprogram Hypothesis*. Behavioural and Brain Sciences, n° 7, p. 173 a 203.

⁷³ BICKERTON, Derek. (1988) Creole Languages and the Bioprogram. In: NEWMAYER, Frederick (org.). *Linguistics: The Cambridge survey*. Vol. 2. Cambridge University Press, p. 268 a 284.

línguas crioulas de base lexical portuguesa na África. Citando Duarte (1993⁷⁴ e 1995), Lucchesi (2004) comenta que a língua portuguesa no Brasil perdeu a característica de língua *pro-drop*.

Lucchesi (2004) insinua que parece existir um resultado semelhante em relação à marcação paramétrica gramatical entre a norma urbana culta e a fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, que teria sido afetada pelo contato entre línguas. Ele propõe, então, duas vertentes evolutivas do português brasileiro. Na norma culta, a ausência do sujeito pronominal nulo partiu de uma reorganização da estrutura lingüística, originada pela substituição dos pronomes *tu* e *nós* por *você* e *a gente*, diretamente relacionada à queda da flexão de morfologia verbal de pessoa e número, enquanto que na norma vernácula seria um reflexo diretamente associado ao processo de transmissão lingüística irregular, que atuou mais intensamente durante a formação do português popular do Brasil. Ele também lembra a proposição de Naro e Scherre (1993)⁷⁵ sobre a chamada “confluência de motivos” para argumentar que é preciso verificar onde o desenvolvimento sociolingüístico foi afetado pelo contato entre línguas e onde isso ocorreu por pressões na estrutura do sistema lingüístico. Lucchesi (2004) apresenta quatro variáveis explanatórias ao analisar a variação do sujeito pronominal nulo na fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como a pessoa do discurso, a marca de pessoa e número na forma verbal, o traço semântico animacidade do sujeito e o paralelismo formal. Ele afirma que o sujeito pronominal tem maior ocorrência na terceira pessoa, tendo, logo a seguir, a primeira pessoa. A segunda pessoa seria menos favorável ao sujeito nulo, já que não se observa, normalmente, uma correferência e não dispõe de morfemas flexionais específicos no português brasileiro. Quanto ao morfema flexional, o que mais favorece o sujeito pronominal nulo é o *-mos* da primeira pessoa do plural, sendo o mais saliente, de acordo com a proposição do princípio da saliência fônica de Naro e Lemle (1976)⁷⁶, citado por Lucchesi (2004), ficando o morfema de terceira pessoa do plural e o *-m* final num nível intermediário.

⁷⁴ DUARTE, Maria Eugênia L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.) *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 107 a 128.

⁷⁵ op. cit.

⁷⁶ NARO, Anthony e LEMLE (1976) Syntactic Diffusion. In: STEEVER, S. B. et alli (eds.). *Papers from the Possession on Diachronic Syntax*. Chicago Linguistics Society, p. 221 a 241.

Referindo-se à variação no preenchimento do sujeito pronominal nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, Lucchesi (2004) afirma que, inicialmente, a hipótese seria que devido à grande erosão da morfologia flexional do verbo, no processo de formação dessas comunidades, foi reduzida em grande parte a possibilidade de sujeito pronominal nulo, mas a partir do século XX teria havido uma recomposição da morfologia flexional do verbo, favorecendo a implementação do sujeito nulo na gramática dessas comunidades. Os resultados das análises apresentadas por Lucchesi (2004) revelam uma semelhança entre essa variação nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas e na variedade encontrada no português culto brasileiro, em que, tanto em um quanto em outro caso, a presença de um morfema flexional verbal favorece a ocorrência do sujeito nulo. Os padrões cultos do português brasileiro estariam, então, se aproximando, parametricamente da variedade vernácula, explicando as tendências diferenciadoras da mudança. O português popular do Brasil, por outro lado, estaria sofrendo um incremento do sujeito nulo. Desse modo, aponta-se para uma relação empírica entre a perda do sujeito nulo e a perda da morfologia flexional verbal.

No capítulo 3, a seguir, estaremos abordando a variação lingüística, as teorias e métodos utilizados para explicá-la, de tão grande importância para a compreensão das diferentes línguas humanas, desde o surgimento da Dialetologia até a Sociolingüística nos dias atuais. Também falaremos sobre a comunidade lingüística por nós estudada e as amostras de fala analisadas.

CAPÍTULO III

TEORIA E MÉTODOS

3.1 LÍNGUA E DIALETO

Língua e dialeto estão diretamente relacionados. Os dialetos são estudados pela *Dialetologia*. Os dialetos, como dizem Chambers e Trudgill (1994) tanto podem ser vistos como uma forma de língua não-padrão, associada geralmente ao meio rural, à classe trabalhadora e a grupos desprestigiados socialmente, como também se referem a línguas faladas em lugares isolados, sem nenhuma tradição escrita. No entanto, nenhum dialeto é superior a outro, lingüisticamente falando, e eles sempre estarão associados a uma língua. Chambers e Trudgill (1994) afirmam que uma língua não está associada somente a fatores lingüísticos, mas também a fatores extralingüísticos, como questões políticas, históricas, geográficas, sociológicas e culturais:

Tenemos que reconocer, lo cual resulta bastante paradójico, que “lengua” no es en absoluto una noción particularmente lingüística. Obviamente intervienen factores lingüísticos, pero resulta claro que consideramos el noruego, el danés, el sueco y al alemán como lenguas individuales tanto por razones políticas, geograficas históricas, sociológicas y culturales. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 21 e 22)⁷⁷

Assim sendo, existem diferenças lingüísticas que nos mostram as distinções entre um povo e outro e a separação geográfica implicará na dificuldade de compreensão, quanto maior for essa separação entre esses povos. Essa situação é chamada de *continuum geolectal*. Também essa diferença pode ser social, em que há distinções de acordo com a escala social que os autores chamaram de *continuum sociolectal*. Chambers e Trudgill (1994) citam o caso da Jamaica, em que o inglês era a língua de prestígio, falada pelos britânicos, das classes sociais mais altas, enquanto que as classes mais baixas, socialmente falando, faziam uso do crioulo jamaicano, que foi considerado como uma utilização errada e inferior do inglês. Essa

⁷⁷ As traduções para o espanhol das citações de Chambers e Trudgill foram feitas por Carmen Morán González.

escala, do inglês britânico, considerado puro, até o crioulo jamaicano constituiria o *continuum sociolectal*. Os conceitos de *autonomia* e *heteronomia* são analisados por esses autores como sendo fundamentais, em se tratando do que está relacionado aos conceitos de *língua* e *continuum dialectal*. Como exemplo, citam o caso dos dialetos holandeses e o holandês *standard*, e também dos dialetos alemães e do alemão *standard*, onde os falantes dos referidos dialetos achavam que falavam, liam e escreviam no *standard* de cada uma delas. A heteronomia e a autonomia são passíveis a mudanças, sendo influenciadas mais pela questão política e cultural do que por fatores lingüísticos. Como no caso, analisado pelos autores, do Sul da Suécia, que até 1658, pertencia à Dinamarca e possuía um dialeto dinamarquês, mas uma vez voltando a ser conquistado pela Suécia surgiram heterônimos relacionados ao sueco *standard*.

A língua, segundo Chambers e Trudgill (1994), é autônoma, mas convive com variedades que são dependentes, chamadas de heterônomas. Essas variedades ocorrem influenciadas por mudanças sociais, como questões políticas, por exemplo, em que uma nação se torna independente. Chambers e Trudgill também afirmam que:

También es posible que la autonomía se pierda, y que variedades que antes eran independientes pasen a ser heterónomas con respecto a otras variedades. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 31)

Ao observarmos as línguas naturais percebemos que estão sujeitas ao fenômeno da variação. O momento histórico, o espaço geográfico, sociocultural e o canal lingüístico escolhido para a comunicação, contribuem para que as línguas variem, fenômeno explicado tanto pela Dialectologia quanto pela Sociolingüística. A diferença é que os dialetólogos selecionam uma determinada área geográfica para estudo, fazendo levantamento dos dados e anotando-os em cartas com a finalidade de constituir um Atlas Lingüístico, enquanto os sociolingüistas preferem um estudo vertical de uma única comunidade com pequena extensão territorial, observando-se a influência de fatores como sexo, a idade e o nível sociocultural no sistema lingüístico, de acordo com a Teoria da Variação e Mudança de William Labov.

Ao falarmos de língua e de seu uso pelo falante, devemos considerar o conceito de norma lingüística que estaremos abordando a seguir.

3.2 A NORMA LINGÜÍSTICA

Ao abordar a questão da norma, Cunha (1985) diz que *lei*, *regra* e *norma* estão relacionadas a uma determinada direção social:

Lei (do latim *lex*) contém um sema imperativo: é aquilo que deve ser obedecido, não importando, como acontece algumas vezes, que ela seja arbitrária, iníqua. *Regra* e *norma* são, de origem, modelos geométricos. A primeira provém do latim *regula*, uma “reta materializada que permite criar outras retas”. Norma é um latinismo que traduz o grego *gnomon* “esquadro”, e “desempenha o mesmo papel em relação ao ângulo”, encontro de retas. Em tempos modernos, os dois termos sinonimizaram-se na “representação do que deve ser realizado”, finalidade com implicação de valor. (Cunha, 1985, p. 42)

Os três termos, como nos diz Cunha (1985) foram aplicados à lingüística, sendo *lei* o menos usado, apesar da importância dada pelos neogramáticos à *lei fonética*. O termo *regra* sempre acompanhou a gramática, tendo o seu emprego expandido com o surgimento do gerativismo transformacional.

Já *norma* – noção lingüisticamente mais ambígua, transmigrou do conceito de “bom”, “justo”, “desejável” para o de “habitual”, “frequente”, “usual”, semas pertinentes às definições que lhe dão lingüistas como Hjelmslev, Coseriu e, em parte, Klaus Heger. (Cunha, 1985, p. 42 a 43)

O ingresso no francês do adjetivo *normal* e do termo derivado dele, *normalisé* (normalizado), segundo Cunha (1985) contribuiu para essa mudança de sentido decisivamente. Aos poucos eles vão, no campo lingüístico, assumir o sentido contrário de *anómalos* (anômalo), significando “não liso”, “irregular”, ou seja, um desvio em relação à média.

Cunha (1985) afirma que uma norma social pressupõe um modelo ao qual deve ser equiparada. Por isso as gramáticas prescritivas instituem um modelo através do qual se corrigem os desvios, as diferenças do padrão estabelecido. A norma passa, então, a ser identificada com o “bom uso” da língua. A partir daí surgem os estigmas de que “não sabemos falar português”, ou o que é o português “correto” ou “errado”. Essa postura é refletida na escola e no padrão lingüístico adotado por ela. Ele cita Labov (1978)⁷⁸ para afirmar que a escola deve mudar, pois:

O dialeto por ela prestigiado é o de uma classe minoritária que detém o poder das decisões, e que o seu domínio não é, por si, índice de maior capacidade de aprendizagem. (Cunha, 1985, p. 46)

Para Cunha (1985) o poder repressivo do professor, ao considerar ilegítimas as normas que não fazem parte do padrão, origina restrições na progressão social do indivíduo que não o utiliza. Sendo assim, deveriam ser propiciadas ao educando condições para que tenha acesso ao dialeto de prestígio, mas sem desorganizar ou destruir o seu vernáculo, do qual se servirá nas situações mais íntimas de comunicação.

Cunha (1985) fala que, até os dias atuais, a palavra *norma* continua sendo empregada com dois sentidos distintos. Um corresponde a uma situação objetiva e estatística, resultado de uma observação. O outro se relaciona à subjetividade, envolvida em um sistema de valores. A partir daí, ele vai comentar sobre o conceito de norma de Eugênio Coseriu e da substituição da dicotomia saussuriana de *língua* e *discurso* (*langue* e *parole*) por uma nova divisão tripartida em *sistema*, *norma* e *fala* (*sistema*, *norma* e *habla*). Ele definiu *sistema* como uma entidade abstrata, composta por um conjunto de funções distintivas. Essas estruturas em oposição são realizadas de acordo com formas determinadas socialmente, sendo mais ou menos constantes, o que seria configurado como *norma*, que seria uma atuação coletiva do sistema. Esses dois conceitos substituem a noção saussuriana de *langue*. O conceito saussuriano de *parole* corresponde à fala, que é a norma realizada individualmente, de forma concreta, de acordo com a expressão original de cada

⁷⁸ LABOV, William. (1978) *Le parler ordinaire; la langue dans les ghettos noirs des États-Unis*. Traduit de l'américain par Alain Kihm. Paris: Minuit, Volume I, p. 111 a 158.

locutor. O *sistema* admite diferentes possibilidades de realizações sem alterar as condições de funcionamento da língua. Já a *norma* é imposta ao indivíduo, o que limita as possibilidades que são oferecidas pelo sistema e, como afirma Cunha (1985), “não corresponde ao que se pode dizer, mas sim àquilo que habitualmente se diz” (Cunha, 1985, p. 54). Isso difere do conceito de norma presente na “gramática normativa”, que considera apenas o uso culto da língua e as obras literárias do passado como sendo normais.

Essas diferentes possibilidades de realização da língua sempre foram discutidas desde que surgiram os primeiros estudos sobre a variação lingüística, o que estaremos vendo adiante.

3.3 O ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

. Segundo Chambers e Trudgill (1994), provavelmente as diferenças dialetais são discutidas desde que se iniciou a comunicação através da língua. No Antigo Testamento, por exemplo, no Livro dos Juízes (12,6), é citado um relato em que a pronúncia da palavra *shibboleth* (espiga de milho) foi usada para identificar os efraimitas que queriam se passar por aliados dos galaaditas no Jordão, em período de combate entre esses povos, pois estes pronunciavam *sibboleth*, sendo agarrados e degolados. Existem outros casos, mas só a partir da segunda metade do século XIX são iniciados os estudos dialetais de forma sistemática, sendo que antes disso o trabalho é feito intuitivamente. Foram os Neogramáticos os primeiros a iniciar essa busca por princípios gerais das mudanças lingüísticas, através de investigações que levaram à Lei de Verner e à Lei de Grimm, conduzindo à hipótese de que existe uma regra governando as mudanças fonéticas, quando foi estabelecido o princípio de que as mudanças fonéticas não admitiam exceções. A partir daí, surgiu a Geografia Lingüística, também chamada de Dialetologia, que é composta de métodos para reunir, sistematicamente, demonstrações de diferenças dialetais. A seguir veremos como surgiram os primeiros trabalhos dialetológicos e como a dialetologia se desenvolveu até os dias atuais.

3.3.1 A Dialetoлогия

Chambers e Trudgill (1994) lembram que mais de um século se passou e vários projetos foram realizados utilizando essa metodologia, tanto em pequenas comunidades, quanto em grandes centros urbanos. Os primeiros trabalhos foram iniciados em 1876 por Georg Wenker, que enviou listas contendo determinadas palavras a professores do norte da Alemanha para serem devolvidas com a transcrição referente ao dialeto de cada local pesquisado. Durante dez anos, de 1877 a 1887, foram enviados vários outros chegando a cobrir todo o país. Foram 50.000 listas enviadas, sendo que 90% foram devolvidas. Em 1981, ele publicou o *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, cobrindo o norte e o centro da Alemanha, que é o primeiro Atlas lingüístico a ser publicado. Os trabalhos de Wenker foram, mais tarde, em 1926, editados por Ferdinand Wrede que lançou o *Deutschen Sprachatlas*. W. Mitzka, completou as fichas de Wenker, já que posteriormente foi questionada a quantidade de variantes léxicas obtidas, ao enviar para 50.000 escolas listas com aproximadamente 200 unidades léxicas da língua alemã *standard*. Também na Dinamarca, Marius Kristensen iniciou um projeto que durou quinze anos, sendo finalizado em 1912. Na França, em 1896, Jules Gilliéron aperfeiçoou os métodos de Wenker, isolando unidades específicas das que podiam ter uniformidade nos resultados obtidos. Ele escolheu um entrevistador chamado Edmond Edmont, que fez o percurso de bicicleta pelos campos franceses de 1896 a 1900, conseguindo recolher 700 entrevistas realizadas em 639 locais diferentes. O resultado foi publicado em 1902, num total de 13 volumes que se encerrou em 1910. Essas entrevistas realizadas por Gilliéron influenciaram bastante os estudos dialetológicos, devido à seriedade e qualidade dos trabalhos realizados e dos resultados obtidos. Tanto é que seus seguidores, Karl Jaberg e Jakob Jud dirigiram, posteriormente, projetos sobre dialetos italianos no sul da Itália e na Suíça, lançando o *Sprach-und Sachatlas des Italien und der Südschweiz*, iniciado em 1931 e finalizado em 1940.

Em 1931 eles, juntamente com Paul Scheurmeier se deslocaram para os Estados Unidos com o objetivo de treinar entrevistadores para o Atlas Lingüístico dos Estados Unidos e Canadá, iniciado em 1930. Gilliéron esteve também associado a vários projetos dialetais na Espanha, România, Inglaterra e em várias regiões da Europa. O *Atlas Lingüístico de Nova Inglaterra* foi publicado entre 1939 e 1943, contendo um manual discutindo e analisando os mapas, sendo coordenado por

Hans Kurath. Ele publicou, em 1949, *Word Geography of the Eastern United States* e, em 1953, *A Survey of Verb Forms in the Eastern United States*. Em 1961, juntamente com Raven I. McDavis Jr., ele publicou *The Pronunciation of English in the Atlantic States*. No entanto, a publicação do *The Linguistic Atlas of the Upper Midwest*, publicado entre 1973 e 1976 é uma exceção em relação à análise irregular e a ausência de publicações que se igualem ao projeto original. A partir de 1948 se iniciou a *Pesquisa de Dialectos Ingleses (SED)*, cujos trabalhos de campo foram realizados entre 1950 e 1961 e publicados no período de 1962 a 1978 em vários volumes. O *SED* publicou volumes interpretativos, como: em 1964, *Phonological Atlas of the Northern Region de Edouard Kolb*; em 1974, *A Word Geography of England*, de Orton e Nathalia Wright; em 1978, *The linguistic Atlas of England*, de Orton, Stewart Sanderson e John Widdowson. Atualmente, a investigação dialetal tomou rumos diferentes, focalizando mais a dialetologia urbana do que a rural e, também, são analisadas tanto as variáveis independentes quanto as variáveis lingüísticas.

O que busca a geografia lingüística? Segundo Chambers e Trudgill (1994), busca a criação de uma base empírica, através da qual extrairá conclusões acerca da existência ou não de variedades lingüísticas ocorridas em determinado lugar. Uma vez recolhidos, os dados são analisados de acordo com determinada teoria lingüística, com características afins com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica, utilizando-se um questionário *direto*, como o fez Gilliéron, ou *indireto*, uma inovação de Jaberg e Jud em suas pesquisas em áreas de falantes italianos, possibilitando respostas mais naturais. Também a entrevista pode ser *formal*, onde se segue um questionário ou lista de palavras ou *informal*, em que o entrevistador deixa um pouco de lado o questionário e fica livre para perguntar de maneira mais natural, contanto que obtenha a resposta desejada. Eugen Dieth e Harold Orton criaram o questionário e também elaboraram as diferentes formas de se fazer perguntas indiretas, chamadas por eles, segundo Chambers e Trudgill (1994), de *naming*, que busca uma resposta através da adivinhação do falante, como no exemplo: “*O que tenho no bolso?* [mostrando o bolso vazio] (*nada*)”. Temos também um subtipo deste que é chamado *talking* no caso de perguntas que podem obter mais de uma resposta, como: “*O que se pode tirar do leite?* (manteiga, queijo). Encontramos também os chamados *reverse*, em que o entrevistados buscam uma resposta mais extensa para que se possa obter a palavra desejada: “*Para que serve*

o *celeiro e onde está?*” Por outro lado, temos as perguntas chamadas *completing* que deixam um espaço para que o informante preencha: “*Você adoça o chá com.....? (açúcar)*” e também as *converting* em que aparecem frases com espaços vazios para serem preenchidos: “*Um alfaiate é um homem que..... trajas. (faz)*”.⁷⁹ Uma vez concluídas essas entrevistas, são feitas as tabelas com as respostas para a posterior publicação de mapas lingüísticos, que podem ser: *expositivos*, onde serão apenas mostrados dados concretos organizando as informações em uma perspectiva geográfica; ou *interpretativos*, em que tentam ser mais abrangente, observando a distribuição das variantes em outras regiões. Tanto o mapa expositivo, quanto o interpretativo, não são completos, nem os mais adequados. O ideal seria que tivéssemos ambos os resultados, pois uma informação estaria complementando a outra. O que sempre foi comum, no entanto, em todos esses projetos de geografia lingüística é a característica do falante, o que se denominou de *NORMs (nonmobile, older, rural males)*. Isso porque era preciso que a sua fala refletisse a fala da localidade onde vivia, por isso deveria ser alguém que não tivesse se ausentado durante um longo período da região; e também a fala de uma época passada, por isso eram escolhidos os mais idosos, além do que as comunidades da zona rural mantêm pouca mobilidade e um fluxo muito baixo, ao contrário das zonas urbanas. Chambers e Trudgill (1994), comentam que:

Quizás el rasgo más característico compartido por todos los grandes proyectos de geografía lingüística sea do tipo de informante seleccionado. Independientemente de la diversidad de culturas, de las discrepancias socioeconómicas y de la variedad topográfica, la mayoría de los informantes ha sido en todos los casos constituida por *varones rurales, mayores y sedentarios*. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 56 e 57)

Chambers e Trudgill (1994) citam os trabalhos de Wenker sobre os dialetos alemães, que fora influenciado pelos estudos da história das línguas sobre a regularidade das mudanças fonéticas, que indicavam que o que se dava numa mudança fonética se daria em outra. Esse trabalho mostrou que isso era mais complexo do que se pensava, pois havia alguns dialetos que não demonstravam essa regularidade. Atualmente, a lingüística tem influenciado bastante a dialetologia,

⁷⁹ Traduções feitas por mim do espanhol.

como, por exemplo, o fato de que esta tinha como tendência tratar as formas lingüísticas isoladamente e não como parte de um sistema ou estrutura. Isso foi enfatizado por William G. Moulton, citado por Chambers e Trudgill (1994), que afirmou que os investigadores dialetais deveriam reconhecer o sistema existente nas variedades lingüísticas.

Em 1954 se iniciou a sistematização das diferenças dialetais, através da *Dialetologia Estrutural*, de certo modo influenciada pelo artigo publicado por Uriel Weinreich, intitulado *Is a structural dialectology possible?*. Ele mostrou que a comparação seria significativa e também reveladora ao construir um sistema que incorporasse mais de dois sistemas dialetais, chamado por ele de *diassistema*, onde as diferenças e semelhanças parciais das variedades relacionadas são mostradas, assim como a correspondência entre elas em sua natureza sistemática. Segundo Chambers e Trudgill (1994):

Se puede considerar el diasistema simplemente como um modo de presentación, un sistema com el que el lingüista puede presentar los hechos concernientes a la relación entre las variedades. Alternativamente, se puede hacer aún otra afirmación, y ésta es que el diasistema tiene algún tipo de realidad em el sentido de que los hablantes y los oyentes pueden conocer y usar este tipo de sistema en su producción y/o en su comprensión. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 66)

Há ainda a possibilidade do conhecimento desses sistemas pelos falantes e ouvintes e a utilização destes durante a sua produção e ou compreensão. Como experiência, temos o caso dos falantes bilíngües e com o *sistema fundido* encontrado no contato entre línguas, podendo ser construídos também diassistemas gramaticais e léxicos. As variedades, de acordo com Chambers e Trudgill (1994), podem distinguir-se em relação ao *inventário* fonêmico, ou seja, quantos e quais são os fonemas que possuem. Também podem distinguir-se quanto a sua *distribuição* fonológica, em que mesmo possuindo um mesmo inventário, diferem no meio fonológico em que podem acontecer certos fonemas. A *incidência* é outra maneira pela qual as variedades se distinguem, mesmo compartilhando o mesmo inventário, diferem na incidência de uns fonemas determinados nos conjuntos de palavras. Chambers e Trudgill (1994) também comentam sobre a *dialetologia gerativa* que é uma alternativa para resolver o problema da dialetologia estrutural em relação à

dificuldade que esta tem com as diferenças de incidência e de distribuição, aplicando conceitos e descobertas da gramática gerativa transformacional. A conclusão a que se chega é que todos os falantes entendem muitos mais dialetos do que aqueles que falam, sendo assim bidialetais, fato este que fez com que fosse re-elaborada a dialetologia gerativa e fosse proposta a construção de uma gramática polidialetal, incorporando mais de uma variedade. Na verdade, é do conhecimento do falante e estes têm interiorizado uma espécie de gramática diassistêmica.

Para Chambers e Trudgill (1994):

Al mismo tiempo que la dialectología empezaba a dejarse influir directamente (aunque sólo ligeramente) por la lingüística, también empezaba a dejarse influir indirectamente por las ciencias sociales. Algunos dialectólogos empezaron a reconocer que se había puesto mucho énfasis en la dimensión espacial de la variación lingüística, excluyendo la dimensión social en cambio. Gradualmente esto supuso un lastre para algunos estudiosos, ya que la variación social en la lengua es tan común e importante como la variación espacial. Todos los dialectos son tanto espaciales como sociales, puesto que todos los hablantes tienen un entorno social igual que una localización espacial. La concentración del trabajo sobre la lengua del campesinado y de la clase trabajadora, como se vio entonces, había llevado a una ignorancia considerable sobre los dialectos hablados por otros grupos sociales. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 81 e 82)

O *Linguistic Atlas of The United States and Canada* foi o primeiro estudo dialetal que levou em conta fatores sociais, o que foi um passo de grande importância, pois a escolha dos informantes era feita de forma subjetiva. De fato, a forma como a dialetologia tradicional se limitou aos dialetos rurais, acabou levando praticamente ao esquecimento a maneira como se usava a fala pelos que viviam nas cidades. A complexidade social e o tamanho das comunidades urbanas torna mais difícil a um indivíduo ter noção de que formas de fala são “típicas”, pois o que funciona em pequenas comunidades rurais não funciona na cidade e os contatos pessoais, como forma de obter e fazer a seleção dos informantes, não são muito confiáveis. Por isso se selecionam ao acaso para que os falantes investigados sejam representativos de toda a população. No entanto, não é suficiente somente conseguir falantes representativos, mas obter também uma fala representativa, ou seja, típica do modo como realmente falam. As entrevistas dialetais urbanas utilizam

perguntas em que pode ser obtida uma grande quantidade de fala, recolhendo fragmentos gravados de conversações de seus informantes.

O desenvolvimento da dialetologia urbana permitiu aos lingüistas determinar até que ponto grupos sociais que estão à frente de uma inovação concreta e, também, contrastar as variáveis lingüísticas com variedades independentes como a idade, sexo, classe social, grupo étnico e região geográfica. Chambers e Trudgill (1994) comentam que, muitas vezes, as variáveis independentes se combinam ou podem prevalecer sobre as outras, quando fatores como o sexo se sobressai mais do que os outros fatores como idade e classe social, ou em casos onde a idade é mais importante, independente do sexo, classe social etc. Outros estudos surgiram e, dentre eles, os relacionados à relação entre língua e sociedade, que iremos tratar a seguir.

3.3.2 Língua e sociedade

Enquanto ciência, a lingüística não é diferente de nenhuma outra ciência social e também enfrenta dificuldades na colheita dos dados fundamentais da língua. No entanto, a lingüística atualmente está muito mais desenvolvida no campo de estudo do comportamento social. Isso se deve a excelência peculiar de sua estratégia. Faz-se necessário ampliar a perspectiva para alcançarmos uma solução decisiva. Labov (1983), afirma que:

El análisis del lenguaje fuera de su contexto continuará sin duda como vía autónoma; como hasta ahora encontraremos lingüistas que emplean su tiempo en analizar sus propias intuiciones sobre el lenguaje, en tanto que otros trabajan con textos o experimentan en laboratorio. Mi propio punto de vista es que esta actividad recobraré estimación como preliminar necesaria de la investigación lingüística. Pero la teoría lingüística no puede seguir ignorando la conducta social de los hablantes de una lengua del mismo modo que la teoría química no puede ignorar las propiedades observadas en los elementos. (Labov, 1983, p. 323 a 324)

Há três questões relevantes que devemos levar em conta, segundo Labov (1983), quando examinamos as relações entre a lingüística e a sociedade:

la de si las funciones directivas y expresiva da lenguaje son determinantes importantes del cambio; las de sí las reglas abstractas de la gramática pueden verse afectadas por las fuerzas sociales; y la de si la evolución lingüística es completamente disfuncional o no. (Labov, 1983, p.325)

A estrutura lingüística em si está associada com a homogeneidade e elas podem servir como base para que se desenvolvam as teorias lingüísticas. No entanto, a variação lingüística também é importante, pois os dados, que se referem a ela, sob um ponto de vista prático e aplicado, são necessários para a teoria lingüística e serão mais bem entendidos quando a teoria da competência se desenvolver completamente. O fato é que os falantes têm acesso à organização da língua e dão conta dela. A lingüística não pode ser definida de maneira que exclua o estudo do comportamento social da língua.

No começo do século XX surge a concepção saussuriana de língua. Ferdinand de Saussure estabeleceu a distinção entre língua, fala e linguagem. A língua, então passou a ser concebida como parte social da linguagem. Ela não existe senão em função do contato entre os membros de uma comunidade. Nesse sentido, para a realização de um determinado estudo lingüístico, deve-se analisar a língua na comunidade em que ela está inserida, como ela é utilizada no dia a dia do falante, no interior da sua vida social. Daí vem o paradoxo de que todos possuímos conhecimento da estrutura da língua, a gramática presente em cada cérebro, mas não podemos obter dados somente a partir de um falante ou de nós mesmos. Necessitamos uma análise do comportamento dos indivíduos ao utilizar a língua.

Así pues, nos encontramos con la *paradoja saussureana*; el aspecto social del lenguaje es estudiado observando a cada individuo, pero el aspecto individual sólo se capta observando el lenguaje en su contexto social. (Labov, 1983, p.238)

A língua é um fato social, nisso concordam todos os lingüistas, mas nem todos falam no mesmo tom sobre esse assunto. Encontramos níveis muito distintos, quando lemos o que foi escrito sobre a mudança lingüística, em relação à forma de entender o contexto social em que a mudança acontece. Enquanto alguns incluem uma variedade de feitos sobre os falantes e o seu comportamento extralingüístico,

outros excluem ao máximo possível esse enfoque. Isso se define a partir do direcionamento que um autor dá ao seu trabalho, à medida que trate dos fatores sociais na mudança lingüística. Aqueles que se direcionam para a comunicação de informações cognitivas ou referenciais estão mais relacionados ao indivíduo, ao passo que aqueles que se ocupam dos usos práticos e afetivos da língua, referem-se aos aspectos sociais. Labov (1983) cita Whitney (1901)⁸⁰ que afirmou que a fala não é um bem pessoal, ele não pertence ao indivíduo, mas a todos os membros da sociedade. Ele destaca, então, a função comunicativa no sentido social. O homem fala para comunicar seu pensamento, ele é forçado a falar, devido a suas necessidades sociais. Já Paul (1889)⁸¹, segundo Labov (1983), cujas teorias a respeito da mudança lingüística refletem uma perspectiva individualista, afirma que a língua da comunidade é uma fusão das falas corretas individuais. A partir daí, ele vai explicar a diversificação da língua como sendo algo óbvio, em que o fato de que cada indivíduo tem a sua língua e que cada uma dessas línguas tem sua própria história, isso indicaria a multiplicação de variações. A função da língua consistiria, então, em organizar grupos de idéias, processo particular em cada indivíduo. Labov (1983) também cita Sweet (1900)⁸² que disse que a principal função da língua é a expressão das idéias, o que torna todos os princípios gerais da língua subordinados a essa função. Ele define a língua sem nenhuma referência ao contexto social.

Também Bloomfield (1933)⁸³, segundo Labov (1983), apresenta a língua como pertencente ao indivíduo e afirma que a mudança que nela ocorre é um processo regular que não pode ser observado somente concentrando-se no interior da norma lingüística. Labov (1983) também fala sobre as posições de Halle (1962)⁸⁴ e Chomsky (1965)⁸⁵, dizendo que eles continuam a trabalhar tendo como base os modelos individuais e a relação entre o falante e o ouvinte. Chomsky queria separar qualquer esquema de variação social de mudança da lingüística, enquanto que Halle apresentou um modelo de mudança lingüística em que a criança reestruturaria a fala de seus pais individualmente. Por outro lado, segundo Labov (1983), apesar das idéias em torno da perspectiva individualista de Paul pelas principais correntes lingüísticas, houve uma oposição, principalmente entre os seguidores de Whitney em

⁸⁰ WHITNEY, W. D. (1901) *Language and the study of language*. Nova York: Scribner's.

⁸¹ PAUL, H. (1889) *Principles of the history of language*. Trad. inglesa H. A. Strong. Nova York: Macmillan.

⁸² SWEET, Henry. (1900) *The history of language*. Londres: J. M. DENT.

⁸³ BLOOMFIELD, L. (1933) *Language*. Nova York: Henry Holt.

⁸⁴ HALLE, M. (1962) *Phonology in generative grammar*. Word, nº 18, p. 67 a 72.

⁸⁵ CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: Mass/MIT Press.

relação ao contexto social da língua e sua variedade de funções sociais. Uma dessas posições seria a de Meillet (1921)⁸⁶ que, como nos diz Labov (1983), afirmou que a língua é uma instituição social, a lingüística é uma ciência social e que para entendermos a mudança lingüística, temos que recorrer à variável da mudança social, da qual as variações da língua são simplesmente conseqüências. A língua seria, então, o resultado do contato social e é uma das maneiras mais importantes para a unificação das sociedades. Ela se desenvolveu como conseqüência do surgimento do grupo social. Labov (1983) também cita Sturtevant (1947)⁸⁷ que afirmou ser a língua um sistema de símbolos vocais arbitrários, através dos quais os falantes de um grupo social se ajudam e se interagem, colocando num posto de grande importância os valores afetivos e sociais em suas explicações sobre o mecanismo da mudança lingüística. Outra posição citada por Labov (1983) é a de Kurylowics (1964)⁸⁸, que afirma que ao abandonarmos a linguagem *stricto sensu* e apelarmos para os fatores extralingüísticos, estaremos perdendo uma delimitação clara dos nossos estudos a respeito da língua. Os aspectos fisiológicos, como a articulação, pode ser conseqüência dos fatores sociais, causados por fatos como conquistas, migrações (situações de bilingüismo), de caráter político ou econômico. A explicação lingüística deve se restringir ao aspecto lingüístico da mudança estudada, ao seu estado de sistema que existe antes e depois da mudança. Como nos diz Labov (1983), segundo Kurylowicz (1964), para se alcançar uma base conceitual mais alta é preciso deixar de lado a geografia dialetológica, a fonética, a psicologia e a antropologia cultural na reconstrução da história da língua.

Podemos, então perceber que os lingüistas se dividem então em dois grupos, como afirma Labov (1983). Um *grupo social* que explica a mudança de acordo com os fatores sociais, levando em consideração as funções expressivas e diretivas da língua, diretamente relacionadas com a comunidade estudada. Ele também vai estudar a mudança que está ocorrendo e o seu reflexo nos mapas dialetais, enfatizando a importância da diversidade lingüística, as línguas em contato e o modelo de diversidades lingüísticas. Já os lingüistas do *grupo associativo*, ao explicar a mudança não levam em conta a relação social da língua, mas centraliza seus interesses nos fatores estruturais e psicológicos, que são somente internos. Nesse

⁸⁶ MEILLET, A. (1921) *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: La société linguistique de Paris.

⁸⁷ STURTEVANT, E. (1947) *An introduction to linguistic science*. New Haven: Yale University Press

⁸⁸ KURYLOWICZ, J. (1964) On the methods of internal reconstruction. In: LUNT, H. G. (ed.) *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguistic*. La Haya: Mouton.

caso a comunicação afetiva e social fica separada da comunicação de idéias. Para eles a mudança fonética não pode ser estudada diretamente, no decorrer de sua realização, e o estudo de mapas dialetais ou de comunidades só mostram resultados de empréstimos dialetais. Trabalham com o modelo de evolução lingüística, tomando a comunidade lingüística homogênea e monolingüe como objeto próprio. No entanto, não podemos dizer que os lingüistas do *grupo associat* depreciem completamente os fatores sociais ao explicar a mudança. Eles definem a influência da sociedade como sendo distante às operações próprias da linguagem, considerando a influência dos fatores sociais como uma interferência sem nenhuma função no desenvolvimento normal, sendo considerados fatos raros e assistemáticos. Labov (1983) cita Martinet (1964)⁸⁹ que afirma que há modificações extraordinárias que perturbariam o equilíbrio lingüístico, o que aconteceria em intervalos raros. Isso resultaria numa grande quantidade de reajustes, sendo que a sucessão de mudanças seria governada durante anos, séculos e milênios pelos fatores internos.

Com o passar do tempo, a influência da lingüística sobre a dialetologia foi aumentando e esta foi, cada vez mais, deixando se influenciar indiretamente pelas ciências sociais, como veremos a seguir.

3.3.3 A contribuição da Sociolingüística

Enquanto a Dialetologia deixava-se influenciar pela lingüística, era também influenciada de forma indireta pelas ciências sociais, revelando a dimensão social da variação lingüística, visto que todos os falantes têm uma influência social no espaço em que vivem. Labov (1983) vai discorrer sobre a contribuição dada por Uriel Weinreich a esses estudos, quando, em 1966, propôs a Marvin Herzog, e ao próprio Labov, elaborar um documento conjunto sobre as bases empíricas para uma teoria da mudança na linguagem, que foi preparado para uma conferência na Universidade do Texas. Os pontos de vista expressados por Weinreich estão presentes em *The social stratification of English in New York City*, escrito por Labov em 1966, onde ele apresenta uma visão geral dos problemas, descobertas e perspectivas de uma lingüística que seja social.

⁸⁹ MARTINET, A. (1964) Elements of general linguistics. Trad. S. Palmer. Chicago: University of Chicago Press.

Ao tratar a definição da sociolingüística e a metodologia a ser empregada nas pesquisas com esse caráter, Silva-Corvalán (1988), nos apresenta a distinção entre a sociolingüística e a sociologia da linguagem, mostrando que enquanto a sociolingüística estuda fenômenos lingüísticos no contexto social, a sociologia da linguagem estuda os fenômenos sociais relacionados com o uso de uma língua. Segundo ela, a dialetologia tem incorporado em seu trabalho alguns aspectos da sociolingüística moderna, como a observação dos fatos sociais em relação às variáveis. Ela define a sociolingüística relacionando-a com fatores sociais, através de uma análise política, econômica, social e geográfica. Também inclui outros fatores sociais relacionados ao indivíduo, mas que têm influência na sociedade de um modo geral, como idade, sexo, nível de educação, etnia, a história e a própria situação de interação no momento imediato. A sociolingüística, desenvolvida nos Estados Unidos e no Canadá na década de 60, preocupa-se, segundo Silva-Corvalán (1988), com o *contexto externo* aos fatos lingüísticos, e tem como objeto de estudo a variação lingüística e o modo como ela se inter-relaciona no meio social, além do papel desempenhado por ela nos processos de mudança lingüística. Labov (1983), um dos difusores da sociolingüística, não via a possibilidade de se fazer lingüística sem referência ao social. Ele tinha resistência em empregar o termo sociolingüística, dizendo que não haveria uma teoria ou prática lingüística que não fosse social. Para ele, o termo sociolingüística seria redundante. Labov (1983) também afirma que todo o conhecimento intersubjetivo da formação lingüística do indivíduo está relacionado à linguagem falada no seu dia-a-dia, quando realiza as suas atividades diárias, conversando e discutindo com sua esposa e seus amigos. Desse modo, deve-se levar em conta a valorização social das variantes lingüísticas. Ele é usado para designar pesquisas lingüísticas, tendo como objeto de estudo a maneira que a língua é empregada dentro de uma comunidade lingüística. A partir daí, constrói-se uma teoria lingüística baseada nos dados observados. A língua faz parte do meio social. Se crescêssemos isolados não a utilizaríamos. A língua é usada para que o ser humano possa comunicar as suas necessidades, o que pensa, suas emoções no contexto social em que vive. Citando Vigotsky, Labov (1983) diz que quando a criança conversa sozinha, por exemplo, acontece depois dela já ter feito uso social da língua. Isso também não é uma prática muito comum entre as pessoas. Há questionamentos sobre as frases que não comunicam nada a ninguém, como

fazendo parte ou não da língua. Desse modo, seria a sociolingüística uma outra ciência, separada da lingüística?

A sociologia da linguagem é uma das áreas de pesquisa que foi incluída dentro da sociolingüística. Ela se refere aos grandes fatores sociais e como estes interagem com as línguas e os dialetos. Há muitas questões a serem respondidas e muitos problemas práticos neste campo, que estão associados à decadência e à assimilação das línguas minoritárias, o desenvolvimento de línguas e o planejamento do desenvolvimento lingüístico das novas nações, como afirma Labov (1983). Outra área de estudos costuma também ser incluída na sociolingüística. Ela se ocupa dos detalhes da língua de forma mais direta e como esta é utilizada. Segundo Labov (1983), Hymes designou essa área, em 1962⁹⁰, como sendo a *etnografia da fala*. A descrição e a análise das normas de uso de línguas e dialetos numa determinada cultura está diretamente relacionada com outros fatores:

Hay en este campo un gran tarea por hacer en cuanto a la descripción y análisis de las pautas de uso de lenguajes y dialectos dentro de una cultura específica: las formas o acontecimiento de habla: las reglas para selección adecuada de los hablantes; las interrelaciones entre el hablante, el receptor, la ausencia, el tema, el canal y el marco; así como las formas en que los hablantes utilizan los recursos de su lengua para realizar determinadas funciones. Este estudio funcional se concibe como complementario del estudio de la estructura lingüística. (Labov, 1983, p. 236)

A seguir, falaremos sobre a variável sociolingüística e a sua correlação com variáveis não lingüísticas no contexto social.

3.3.3.1 A variável sociolingüística

Ao contrário do que se dizia no passado, uma variação não é livre e sim condicionada a fatores sociais e ou lingüísticos. Esse conceito surgiu da noção de *variável*, que é uma unidade lingüística que possui duas ou mais variantes numa relação de co-variação com outras variáveis, tanto sociais quanto lingüísticas.

⁹⁰ HYMES, D. (1962) The ethnography of speaking. In: GLADWIN, T e STURTEVANT, W. C. (eds.) *Anthropology and human behavior*. Washington D. C.: Anthropological Society of Washington.

Chambers e Trudgill (1994) citam o fenômeno da *negação múltipla* dos dialetos ingleses onde encontramos variações como de *I don't want none* e *He didn't do nothing* em alternância com *I don't want any* e *He didn't do anything*, que é um tipo de variável gramatical. Também a variabilidade fonológica da variável lingüística (r), estudada por Labov, em 1966, na cidade de Nova York, onde a maior parte dos falantes, às vezes, usam um r em palavras como *car* e *cart* e em outras vezes não usam.

Podemos definir uma variável sociolingüística como sendo aquela que mantém uma correlação com variáveis não-lingüísticas do contexto social, como o falante, o receptor, o público, etc. Labov (1983) diz que existem traços lingüísticos, chamados de *indicadores*, que apresentam distribuição regular em relação aos grupos socioeconômicos, étnicos ou de idade, sendo utilizados praticamente do mesmo modo pelos indivíduos em todos os contextos. Os indicadores estão *estratificados* quando os contextos citados podem ser ordenados hierarquicamente (idade, nível socioeconômico). Já os *marcadores* apresentam tanto uma distribuição social, quanto estilística. De acordo com a atenção prestada na fala do indivíduo, podemos perceber como o contexto estilístico está ordenado, sendo que assim como temos uma estratificação social, temos uma estratificação lingüística. A relação entre os determinantes internos e externos na estrutura e na mudança lingüística, tendo como base sólida os marcadores sociolingüísticos estáveis, nos permite perceber questões mais abstratas, como as que nos diz Labov (1983):

el contraste entre cambio y estabilidad, entre rasgos fonológicos y gramaticales, entre estratificación fuerte y fina, entre reglas abstractas de nivel superior y pautas fonéticas de nivel inferior; el papel de la función referencial vs. la información sociolingüística expresiva; la interacción sexo-clase social-estatus étnico; las pautas de hipercorrección del segundo grupo por arriba en la escalas de estatus; y muchas otras cuestiones que presupone todas ellas haber establecido la orientación sociolingüística básica de la comunidad mediante marcadores sociolingüísticos estables. (Labov, 1983, p.305)

Quando a variável não pertence a nenhuma forma de variação estilística na fala de quem a utiliza e ela afeta a todos os itens de uma classe determinada de palavras, então essa variável lingüística é um *indicador*. Quando todos os moradores desta

comunidade reagem uniformemente ao seu uso, mesmo não estando consciente disso, a variável passa a ser um *marcador*, pois se inicia a variação estilística.

Para Labov (1983), a quantificação da dimensão estilística é o problema mais urgente para se compreender a estrutura sociolingüística. Alguns marcadores sociolingüísticos entram na consciência social do falante e se convertem em *estereótipos*. Tais estereótipos sociais nos mostram uma imagem que é somente esboçada e também é uma visão assistemática da estrutura lingüística. A correção social que é exercida pelo discurso abertamente é irregular, pois se centra somente nos itens léxicos mais freqüentes, enquanto que a evolução lingüística na realidade é sistemática. Desse modo, percebemos a importância da fala vernácula, em que o falante tenha a mínima atenção ao seu discurso, proporcionando uma perspectiva mais sistemática da estrutura lingüística. Por outro lado, devemos lembrar que as relações subjetivas do discurso não estão reduzidas somente aos estereótipos de que a sociedade tem consciência.

Ao falar do papel dos fatores sociais na mudança lingüística, Labov (1983) afirma que devemos levar em consideração a importância do contato, que não deve ser subestimada, incluindo aí também a relação entre os valores sociais e a estrutura da linguagem. Ele também nos diz que as estruturas lingüísticas e sociais não são co-extensivas, pois a maioria das regras lingüísticas está muito distante de qualquer valor social. Elas são, na verdade, muito mais parte do sistema elaborado pelo falante para traduzir o seu complexo conjunto de significados e intenções de uma forma linear. Para ele, as regras dos quantificadores e a negação antes exposta, por exemplo, estão num nível muito inferior ao das observações sociais. As variáveis que são freqüentemente o objeto de atenção social estão mais próximas da estrutura referencial. Só quando existe variação, os valores sociais são atribuídos às regras lingüísticas. Segundo Labov (1983):

Los hablantes no aceptan fácilmente el hecho de que dos expresiones diferentes signifiquen de un hecho lo mismo y existe una fuerte tendencia a atribuirle significados diferentes. (Labov, 1983, p. 315)

Se uma determinada variante é utilizada por um determinado grupo de falantes, geralmente são transferidos os valores sociais desde grupo à variável lingüística.

Sturtevant propôs em 1947⁹¹, como afirma Labov (1983), um modelo geral de mudança lingüística em que apresenta o uso de duas formas para uma mesma opção, cada uma delas amparada por um grupo social. Quando uma das duas formas se torna de uso geral, desaparece o valor social ligado a ela. Levando-se em conta o aspecto sincrônico da estrutura lingüística, é considerado errôneo que os fatores sejam enfatizados em demasia. Ao desenvolver as relações invariantes no interior da sua estrutura, apesar de sua completa separação do contexto social da língua, a gramática gerativa fez grandes progressos. Apesar da utilidade das regras variáveis da língua para se obter provas decisivas em relação às questões da estrutura lingüística, e também do seu lugar na estrutura sociolingüística e de seu papel na evolução da língua, devemos ter em conta que um grande número de regras lingüísticas não são variáveis em absoluto.

3.3.3.2 Variação e mudança

O estudo da variação e mudança lingüística é abordado por Silva-Corvalán (1988) a partir de questionamentos sobre a mudança dos padrões lingüísticos, a maneira como eles acontecem, a possibilidade de ocorrerem mudanças numa língua natural e o que contribui ou detém uma mudança dentro do sistema lingüístico ou social. Para os neogramáticos, que realizaram estudos sobre as línguas indo-européias, a mudança lingüística estava controlada pela regularidade da mudança fonética e pela analogia. Dentro da história da lingüística, segundo eles, havia uma tendência a considerar que a língua não era variável. Chambers e Trudgill (1994) citam Edward Sapir que afirmou, em 1925, que todo mundo sabia que a língua era variável. Houve uma tendência para a abstração de dados variáveis encontrados pelos lingüistas para analisar uma forma mais homogênea. Essa tendência se remonta ao fundador da lingüística moderna Ferdinand de Saussure. Também as regras que regulam a mudança fonética não admitiam exceções, e independem da função morfológica, sintática e semântica. Importantes modificações teóricas e metodológicas no estudo da mudança lingüística foram causadas pelo conceito

⁹¹ op. cit.

estruturalista, tendo como principal difusor Ferdinand de Saussure, sendo ampliada e modificada por outros importantes lingüistas em diferentes partes do mundo.

Atualmente, há uma quantidade, cada vez maior, de lingüistas que começam a perceber a importância da variabilidade, sendo que também ela pode estar integrada à teoria lingüística, ajustando-se perfeitamente a esta.

Solo muy recientemente ha surgido un movimiento importante favorable al análisis de la variabilidad en si misma, y cada vez un número mayor de lingüistas empiezan a ver que la variabilidad no sólo es interesante en sí misma, sino que también puede tratarse e integrarse en la teoría lingüística. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 185)

A explicação das mudanças ocorridas na língua, segundo Labov (1983), deve estar relacionada ao estudo das origens das variações lingüísticas e à extensão e propagação das mudanças lingüísticas. Quanto às variações, ele diz que elas podem acontecer através dos processos de assimilação e diferenciação. Também podem ocorrer por outros processos:

Estas variaciones pueden ser inducidas mediante los procesos de asimilación o diferenciación, por analogía, préstamo, fusión, contaminación, variación casual, o cualquier tipo de procesos en que el sistema lingüístico interacciona con las características filosóficas o psicológicas del individuo. La mayoría de estas variaciones ocurren sólo una vez y se extinguen tan pronto como surgen. Sin embargo, unas pocas vuelven a producirse y, en una segunda fase, pueden ser imitadas más o menos ampliamente, y pueden extenderse hasta el punto de que las nuevas formas entran en contraste con las formas más antiguas en un amplio frente. (Labov, 1983, p. 30)

Assim, em uma fase posterior, uma forma se impõe no geral sobre outra e a regularidade se completa. Labov (1983) afirma que nem todas as mudanças têm uma estrutura perfeita e também não ocorrem fora do contexto social em que estão inseridas, sendo que a mais sistemática mudança no sistema da fala se produz em condições de tempo e lugar específicas que devem ser explicadas. Ao falar sobre a natureza social da linguagem, ele cita o argumento de Whitney (1901)⁹² que tenta

⁹² op. cit.

demonstrar que os acontecimentos externos são o fator mais importante da mudança lingüística. Também ele comenta sobre o procedimento diacrônico usual e a utilização dos estágios intermediários para explorar o mecanismo da mudança. Na medida em que o intervalo entre os estágios que estamos estudando é menor, é possível ter uma descrição mais precisa do mecanismo de mudança. Novamente, Labov (1983) comenta sobre a impossibilidade de compreensão do desenvolvimento de uma língua fora da vida social da comunidade em que ela é usada, pois as pressões sociais operam constantemente sobre a língua, desde o passado até o presente.

Falando sobre a intersecção entre as estruturas sociais e lingüísticas, Labov (1983) relaciona, no esquema reproduzido abaixo, a sua explicação sobre essa mudança lingüística em particular:

1. Cualquier rasgo lingüístico utilizado por un grupo A resulta marcado por contraste con otro dialecto lingüístico.
2. El grupo A es adoptado como grupo de referencia por el grupo B y el rasgo se adopta y se exagera como signo de identidad social por reacción a presiones exteriores.
3. La hipercorrección por efecto de una presión acrecentada, combinada con la fuerza de simetría estructural, conduce a una generalización del rasgo en otras unidades del grupo B.
4. A medida que se completa el proceso de generalización se establece una nueva norma.
5. Esta nueva norma es adoptada por los grupos vecinos y sucesores, para los que el grupo B sirve de grupo de referencia. (Labov, 1983, p. 72)

Logo a seguir ele vai questionar sobre como as pressões e atitudes sociais podem influenciar nas estruturas lingüísticas, citando o caso de Martha's Vineyard em que as variantes mais altas são características dos falantes nativos que habitam a parte mais alta da ilha, enquanto que as variantes mais baixas e mais abertas são características dos falantes das partes baixas que são influenciadas pelo continente, concluindo que o estilo de articular sofre uma influência social, onde as variações sociais interagem com as estruturas lingüísticas. Essa investigação deixou clara, segundo Labov (1983), a existência de um mecanismo de interação sociolingüística.

Falando sobre os tradicionais estudos sobre os dialetos regionais nos Estados Unidos, Labov (1983) chega à conclusão de que o isolamento conduz à diversidade lingüística e a mistura de pessoas leva à uniformidade. Todavia, ao observarmos a

língua em zonas metropolitanas, considerando as suas diferenças, encontramos uma situação nova e diferente:

En lugar de una diferenciación horizontal, espacial, tenemos una corte vertical que no presupone aislamiento alguno entre los diversos estratos. Al contrario: grupo que viven en estrecho contacto pueden participar en cambios lingüísticos rápidos que tienen a incrementar la diversidad, más que la uniformidad. (Labov, 1983, p.189)

Os principais problemas da evolução lingüística foram sintetizados por Labov (1983) em cinco questões:

1. ¿Hay una dirección genérica en la evolución lingüística?
 2. ¿Cuáles son los determinantes universales de cambio lingüístico?
 3. ¿Cuáles son las causas del surgimiento continuo de nuevos cambio lingüístico?
 4. ¿Cuáles son los mecanismos de este cambio?
 5. ¿La evolución lingüística tiene una función adaptativa?
- (Labov, 1983, p. 210)

Logo a seguir ele nos apresenta uma estratégia para a mudança lingüística em curso. Primeiramente, ele trata do problema da *transição*, que consiste em encontrar a mudança pelo caminho através do qual a mudança evolui de uma etapa anterior a uma posterior. Necessário se faz traçar os passos que foram dados de forma eficiente, eliminando todas as principais alternativas. Quanto ao problema da *inserção*, ele nos mostra que é preciso encontrar a matriz do comportamento social e lingüístico em que a mudança lingüística acontece. A solução está, então, nas relações existentes entre os elementos lingüísticos entre si e com o sistema não lingüístico, com o comportamento social do indivíduo. Por último ele trata do problema da *avaliação*, em que temos que encontrar as correlações subjetivas ou ocultas das mudanças objetivas ou expostas que estão sendo observadas.

Uma mudança lingüística se origina a partir do momento que um determinado grupo passa por pressões externas. A forma lingüística, então, se diferencia, demonstrando ser uma marca de status regional, mas com uma distribuição irregular na comunidade. Nesses casos, a forma é uma variável lingüística considerada

indefinida. A mudança começa com generalizações da forma lingüística que se estendem a todos os membros do subgrupo, que acontece num nível mais baixo da escala social e depois se espalham entre a classe imediatamente superior. Labov (1983) nos mostra que as mudanças ocorrem conforme os diferentes grupos de idade, área e grupos sociais, assim como ele observou em seu trabalho realizado na ilha de Martha's Vineyard. O que origina a mudança lingüística são os numerosos efeitos que estão fora desse processo e que não têm significação lingüística. Essas variáveis, ao receberem uma significação social, passam a ser imitadas e a desempenhar um papel na linguagem. Ele cita Sturtevant (1947)⁹³ para comentar que a regularidade deve ser investigada no resultado final do processo lingüístico e não em seu início e que ao aceitarmos a evidência que temos a nosso alcance como sendo adequada quantitativamente, confiável e válida, temos ainda que decidir se este caso particular é ou não um exemplo de mudança em relação ao modo de falar de uma comunidade.

Ao tratar da variação social e estilística da língua, Labov (1983) questiona se elas desempenham ou não um papel importante na mudança lingüística. Para ele, devem ser entendidos como social, os traços lingüísticos que são características de subgrupos distintos numa sociedade heterogênea, e estilístico, as modificações adotadas por um falante em relação à sua língua no momento exato em que ocorre o ato da fala. A variação social e estilística está relacionada a um comportamento expressivo, que reflete o modo como um determinado indivíduo fala a um ouvinte sobre si mesmo, sua forma de pensar e sua informação sobre o que representa o mundo à sua volta. O que nos proporciona essa possibilidade de poder dizer o mesmo de muitas maneiras diferentes é a variação social e estilística. As variantes são iguais em relação ao valor referencial, mas são opostas em seu significado social ou expressivo. Labov (1983), também fala sobre o *princípio da uniformidade*, em que as forças que contribuem para a mudança lingüística atualmente são as mesmas que atuaram há muitos milênios atrás. Essas influências exerceriam hoje a mesma influência do passado. Não podemos observar a mudança em seu sentido literal no momento em que é utilizada pelo falante. O investigador utiliza-se do tempo aparente, através das diferenças de comportamento em níveis de idade distintos.

⁹³ op. cit.

Quais são os aspectos do contexto social que mantêm uma relação mais direta com a mudança lingüística? A resposta está na observação das relações estabelecidas entre os falantes, os receptores, o público de um modo geral, além dos grupos sociais, como escola, igreja, trabalho e família, para citar alguns. Labov (1983) questiona se as mudanças lingüísticas refletiriam mudanças nas relações entre os membros desses grupos. O fato é que hoje dispomos de meios tecnológicos, cada vez mais avançados, para poder analisar o comportamento lingüístico e relacionar as observações obtidas com a língua que é empregada na interação social, no cotidiano dos falantes. Podemos, então, comparar os nossos dados lingüísticos com outras posições sociais ou de comportamento suscetíveis de serem repetidos em outros momentos por outros indivíduos. O comportamento lingüístico também está associado às medidas de status social dos falantes. A mudança da expressão lingüística pode registrar mudanças de atitudes sociais, que envolvem religião, etnia, classe, sexo, família, educação, renda, ocupação etc. O que determina o status social do indivíduo são as relações subjetivas dos outros membros da sociedade. Um observador de fora pode empregar, com mais facilidade, indicadores sociais e econômicos objetivos para que possa se aproximar de um determinado indivíduo.

A variação social é de grande importância nos estudos sociolingüísticos, como veremos a seguir.

3.3.3.2.1 Variação social

Outro ponto abordado por Labov (1983) diz respeito aos reflexos dos processos sociais nas estruturas lingüísticas. Isso é observado ao percebermos a diferença entre os falantes e o seu status social. Esse assunto interessa àqueles que estudam os aspectos mais sistemáticos e quantitativos do sistema estratificado em classes. Nessa perspectiva sociolingüística, considera-se, de forma geral, todos os aspectos referentes à interação entre a língua e o comportamento social do indivíduo. A língua está relacionada a um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, essas normas foram consideradas invariáveis, mas estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é utilizada mostram que a maioria dos elementos da estrutura lingüística está relacionada à uma variação sistemática,

refletindo, ao mesmo tempo, tanto uma mudança temporal como processos sociais extralingüísticos. A língua, como nos diz Labov (1983), enquanto um modo de comportamento social, é de grande interesse para os sociólogos e pode ser um indicador de muitos outros processos sociais:

Como forma de comportamiento social, el lenguaje interesa naturalmente a los sociólogos. Pero el lenguaje puede ser de especial utilidad para los sociólogos como un índice sensible de muchos otros procesos. La variación en el comportamiento lingüístico no ejerce por si misma un influjo poderoso en el desarrollo social, ni afecta, drásticamente a las condiciones de vida de un individuo; por el contrario, la forma del comportamiento lingüístico cambia con rapidez cuando cambia la posición social del hablantes. Esta maleabilidad del lenguaje refuerza su gran utilidad como indicador del cambio social. (Labov, 1983, p.155)

O primeiro passo para estudar a variação social consiste numa definição e isolamento de uma variedade de estilos contextuais na entrevista lingüística. Os lingüistas e os estudiosos da etnologia da fala são os principais interessados no estudo da variação estilística. Ela reflete a estrutura da estratificação social que indica muitos aspectos das sociedades urbanas. As normas da variação estilística e da variação social pertencem a uma estrutura complexa e regular. Como indicadores econômicos, por exemplo, a profissão, a educação e a renda familiar.

El índice socioeconómico está basada en tres indicadores equivalentes del estatuto productivo: la profesión (del que mantiene a la familia), la educación (del informante) y la renta (familiar). (Labov, 1983, p.158)

Labov (1983) afirma que as variantes lingüísticas ao serem relacionadas com os indicadores sociais individuais de status produtivos, como emprego, educação e renda, vem nos mostrar que nenhum indicador isolado está em relação tão estreita com o comportamento lingüístico quando estão todos eles combinados.

A exposição da língua às atividades sociais de um indivíduo nos mostra que grande parte do comportamento lingüístico é considerada como um reflexo dos processos sociais. Ou seja, há um grande número de ganhos na interação das

investigações sociológicas e lingüísticas, que podem ser classificados em três partes, divididas por Labov (1983), que vão da menor à maior generalização.

1. Los índices lingüísticos nos proporcionan un corpus amplio de datos cuantitativo que refleje las influencias de muchas variables independientes. Nada parece impedir que datos, grabados magnetofónicamente, de este tipo sean recogidos y analizados por científicos sociales que no sean primordialmente lingüistas. Una vez determinada la significación social de una variante lingüística determinada, con la ayuda de métodos tales como los expuestos, esta variable puede servir como índice para medir otras formas de comportamiento social: aspiraciones de mejora social, movilidad e inseguridad social, cambio en la estratificación y segregación social.

2. Muchos de los conceptos fundamentales de la sociología están ejemplificados en los resultados de estos estudios sobre la variación lingüística. La comunidad de habla no está definida por ningún acuerdo marcado en cuanto al uso de los elementos del lenguaje sino principalmente por la participación en un conjunto de normas establecidas; estas normas pueden ser observadas en tipos claros de comportamiento evaluativo, y en la uniformidad de esquemas abstractos de variación que son invariantes respecto a los niveles particulares de uso. De forma similar, a través de las observaciones del comportamiento lingüístico es posible realizar estudios detallados sobre la estructura de la estratificación en clases de una comunidad determinada. Pensamos que hay algunas variables lingüísticas correlacionadas con la medida abstracta de la posición de clase, derivada de la combinación de indicadores no isomórficos, de tal modo que para medidas menos abstractas puede hallarse igualmente una serie adecuada de correlaciones.

3. Si consideramos seriamente el concepto de lenguaje como forma de comportamiento social, es evidente que todo avance teórico en análisis del mecanismo de la evolución lingüística contribuirá directamente a la teoría general de la evolución social. A este respecto, es necesario para los lingüistas refinar y ampliar los métodos de análisis estructural del uso del lenguaje en las sociedades complejas urbanas. Para lograrlos, pueden en la actualidad apoyarse en las técnicas empleadas en las encuestas sociológicas; y, lo que es más importante, muchas de las tareas teóricas de los lingüistas pueden ser reinterpretadas a la luz de los conceptos más generales del comportamiento social desarrollados por otras ciencias sociales. Así, los principales logros de la ciencia lingüística, que pueden haber aparecido como remotos e irrelevantes para muchos sociólogos, pueden eventualmente ser considerados como coherentes con las directrices actuales de la sociología, y como estimables para la comprensión de la función y el cambio sociales. (Labov, 1983, p. 165 a 166)

Labov (1983) afirma que uma boa parte dos estudos sobre a língua têm tido como objeto a “el descubrimiento de las unidades funcionales así como las estructuras igualmente invariantes que relacionan estas unidades con otras”. (Labov, 1983, p. 167) Em muitas áreas que são investigadas tem-se conseguido um progresso considerável utilizando estes métodos de análises. No entanto, em outras áreas, ao direcionar-se sobre os traços variáveis da linguagem, chegou-se a pontos

que exigem uma mudança de perspectiva, pois foram deixados de lados os traços constantes. A estrutura lingüística, como nos mostra o estudo empírico das variantes lingüísticas, não se reduz às unidades funcionais invariantes como os fonemas, morfemas ou gramemas. Ao contrário, há um nível de estrutura variável que relaciona sistemas completos de unidades funcionais, que regem a distribuição das variantes subfuncionais no centro de cada unidade funcional. De acordo com Labov (1983, p. 167), este tipo de estrutura se transforma em um novo tipo de invariantes, numa observação mais detalhada.

A variação social da linguagem e o seu estudo são simplesmente um dos muitos aspectos do estudo relacionado às estruturas variáveis. O fato de elas proporcionarem uma prova empírica para resolver a variação das análises estruturais, por meio das descobertas de soluções empíricas aos problemas que, de outra forma não são resolvidos, é uma das motivações dos lingüistas para estudar tais estruturas. As estruturas variáveis são definidas com a ajuda de métodos quantitativos que permitirão estudos detalhados sobre a mudança lingüística. A dinâmica da interação social possui um papel importante no mecanismo da mudança lingüística. Labov (1983), apresenta o processo da mudança lingüística dividida em três etapas:

El proceso del cambio lingüístico puede ser considerado como un proceso en tres fases (cfr. Sturtevent, 1947: cap. 8) en el origen del cambio se trata de una de las innumerables variaciones posibles cuyo uso está restringido a un pequeño grupo. En la fase de propagación, hay un número más amplio de hablantes que lo adoptan y comienza a consolidarse en contraste con la antigua forma en un amplio marco de la interacción social. La comprensión del cambio, alcanza su regularidad mediante la eliminación de las variables que compiten con ella. En esta exposición vamos a tratar prioritariamente de la segunda de estas fases: en ella aparece con claridad el hecho de que la significación social está inevitablemente asociada a la variante y en oposición a la antigua forma. (Labov, 1983, p. 168)

Há duas forças sociais que influenciam nas formas lingüísticas, denominadas de pressões *para baixo* e pressões *para cima*. Ao tratar do outro tipo de mudança lingüística, a *mudança para baixo*, em que a mudança se origina não no nível mais elevado da escala social, sendo, inclusive, afastada pelos membros de maior status na comunidade lingüística, principalmente ao utilizarem o controle exercido pelas redes de comunicação. Labov (1983) afirma que, ao afastar, inicialmente, através

dessa *mudança para baixo*, através de correções ocasionais e irregulares das formas que passaram por mudança, a intenção é conduzi-las de acordo com o modelo do grupo de maior prestígio social, que é guiado pelo que os falantes empregam no dia a dia e ouvem a si mesmo durante esse processo, dirigindo o controle auditivo da amostra falada. Nesse caso, encontramos aí uma estratificação estilística regular paralela a uma estratificação social que se apresenta através da variável lingüística. Isso porque o modelo que controla o discurso casual é oposto ao modelo de controle auditivo nos discursos com estilo mais cuidado. Pode ocorrer, também, um segundo tipo de *hipercorreção*, quando o modelo de prestígio do grupo superior não é correspondente ao utilizado por outros grupos de outras classes sociais. Esses grupos modificam seu discurso, a ponto de superar o nível que está sendo imposto por um grupo de maior prestígio, originando um fenômeno chamado de *hipercorreção para baixo*. Se alguma forma for bastante estigmatizada, pode se tornar algo rejeitado socialmente, chegando, então, a se tornar um *estereótipo*, que será sempre estranho no uso cotidiano. Quando a mudança tem origem no grupo mais alto da escala social, geralmente se transforma em modelo de prestígio para todos os outros membros, como nos afirma Labov (1983):

si el cambio se origina en el grupo de mayor estatus, este se convierte en modelo de prestigio para todos los miembros de la comunidad. La forma modificada es adoptada entonces en los modos de discurso más cuidados por otros grupos en la medida en que mantienen contacto con los usuarios de dicho modelo de prestigio, y en menor medida es adoptada también en el discurso causal. (Labov, 1983, p. 231 a 232)

Labov (1983) cita Meillet (1905)⁹⁴, que caracterizou a sociedade como um elemento em contínua variação, que pode ser lenta ou rápida, mas jamais interrompida. Qual o lugar da variação social na história da mudança lingüística? A variação social representa um papel importante na mudança lingüística, pois ao analisarmos a evolução da mudança lingüística podemos perceber que é incoerente não associá-la à mudança social. A mudança inicia-se como um traço característico de um determinado subgrupo que não é conhecido em nada e, ao se estender pelo interior, passa, posteriormente, para o exterior do grupo, se expandindo entre os

⁹⁴ MEILLET, A. (1921). *Linguistique historique et linuistique générale*, Paris: La société linguistique de Paris.

grupos mais vinculados ao grupo original. O traço lingüístico estará relacionado com características destes grupos, como o prestígio ou o valor social que é atribuído a eles pelos outros membros da comunidade lingüística. Labov (1983) afirma que não se pode dizer com certeza se basta esta associação para que compreendamos a difusão exterior. A área afetada pela mudança lingüística pode ser detida tanto por fatores lingüísticos quanto sociais e também descontinuidades históricas ou ainda por um prestígio negativo do grupo em sua totalidade. O traço lingüístico pode indicar a idade e a distância social em relação ao grupo de origem. Quando o traço lingüístico se desenvolve dentro do grupo original de falantes, ele se generaliza, podendo afetar outras subclasses. Essa generalização estrutural nos sistemas lingüísticos trata-se de um lento processo, durante um grande período de tempo, podendo transcorrer até várias décadas, com as mudanças sociais que ocorrem associadas a ela:

A medida que lo cambio originario adquiere mayor complejidad, amplitud y perspectiva, va adquiriendo un valor social más sistemático, y es restringido o corregido en el discurso formal (es entonces un *marcador*). Eventualmente, puede ser etiquetado como estereotipo, discutido y comentado por todos. Sus perspectivas de futuro dependen de la suerte que corra en grupo que está asociado con él. Si el grupo se introduce en las corrientes principales de la sociedad, y adquiere respectos y preeminencia, entonces la nueva regla puede no ser corregida sino incorporada al dialecto dominante a expensas de la antigua forma. Si grupo, por el contrario, es marginal o su prestigio decae, la forma o la regla lingüística será estigmatizada, corregida o incluso extinguida. (Labov, 1983, p. 394)

Chambers e Trudgill (1994) também vai nos mostrar que grupos étnicos diferentes que falam a mesma língua apresentam variações no uso de determinadas variáveis, como veremos a seguir.

3.3.3.2.2 *Variações da língua em diferentes grupos étnicos*

Chambers e Trudgill (1994) citam que grupos étnicos diferentes que falam a mesma língua apresentam diferenciações no uso de determinada variável. Como exemplo, eles citam as diferenças entre o inglês dos falantes negros e de brancos

nos Estados Unidos. Também, a partir daí, é comentada a influência do grupo social a que pertence o falante, onde aqueles que estão mais integrados a um determinado grupo podem ter características lingüísticas diferentes daqueles que se encontram mais afastados desse convívio.

Se pueden considerar las diferencias por grupo étnico en la lengua como un ejemplo concreto del papel de las redes sociales sobre el comportamiento lingüístico. Parece ser que la gente está mucho más influida, lingüísticamente hablando, como era de esperar, por los miembros de la red social a que pertenecen que por cualquier otra persona. Incluso la gente que está bien intergrada en un grupo social en particular puede tener características lingüísticas diferentes de aquéllos que pertenecen al grupo de un modo mais periférico, porque la influencia del grupo será menos fuerte y regular en los miembros periféricos. (Chambers e Trudgill, 1994, p.107)

Outro exemplo parecido e mostrado pelos autores é o caso dos porto-riquenhos em Nova York que são falantes do inglês, sendo comparados ao inglês dos negros que vivem na mesma área. Como exemplo, citam a monotongação da vogal /ai/ em palavras como *try*, em que é muito mais utilizada a variável [a'] em relação a [ai] que é ditongada. Esses estudos revelam que os porto-riquenhos que convivem com os negros são influenciados significativamente por eles. A monotongação se verificava na fala de 77% dos negros e de 70% dos falantes porto-riquenhos que mantinham contatos com negros, enquanto que em outros falantes porto-riquenhos esse resultado era de apenas 40%, demonstrando, neste caso, a forte influência lingüística dos negros sobre os porto-riquenhos que com eles mantêm uma relação social.

Ao tratar dos tipos de discurso, Labov (1983) nos fala da variação estilística, que estaremos abordando a seguir.

3.3.3.2.3 *Variação estilística*

Labov (1983) considera os seus trabalhos realizados em Martha's Vineyard como o primeiro passo em relação aos estudos da linguagem em seu contexto social. Segundo ele, os lingüistas nunca foram inconscientes dos problemas da

variação estilística. O normal é deixar de lado, por serem considerados sem importância, ou então porque pensavam que as técnicas não bastavam para tratá-la, não eram apropriadas. Para Labov (1983), a análise correta da variável lingüística é o passo mais importante de um estudo sociolingüístico. A quantidade de variantes usadas por cada grupo está relacionada à idade, ao sexo, ao estilo, à classe social e aos grupos étnicos.

Segundo a técnica laboviana, podemos encontrar cinco diferentes estilos: *casual* (conversa o livre), *cuidado* (conversa o dirigida), *leitura de texto*, *leitura de palavras*, *leitura de pares mínimos*, sendo que os três tipos de leitura se referem aos diferentes graus de formalidade. As entrevistas necessitam ser formais e estruturadas, mas isso define um contexto em que somente aparecerá um estilo de fala, através de um *discurso cuidado*. Nos momentos em que desvia a aten o de seu discurso, numa situa o de entrevista, sentindo-se mais relaxado, o seu estilo se modificar , passando para um *discurso espontâneo*, mais informal. Segundo Labov (1983) o *discurso cuidado* ocorre quando o entrevistado responde às perguntas formalmente, como participante de uma entrevista. De um modo geral, ao ser informado que se trata de uma entrevista que tem a língua como objeto de estudo, cria-se um ambiente formal em torno do entrevistado, mas o contrário acontecerá numa conversa o espontânea entre amigos ou membros de uma mesma família. Há uma enorme varia o em rela o às respostas dos entrevistados, variando de um grau de espontaneidade a um tom mais cuidado. No entanto, a mudança do discurso cuidado para os discurso de contextos menos formais   muito constante numa situa o de entrevista. Essas entrevistas devem durar de meia a uma hora. Após isso, pode-se pedir ao informante que leia dois textos *standard*, para se observar o estilo de leitura. Em um dos textos podemos concentrar as principais variantes em parágrafos sucessivos e no outro justapor pares mínimos dessas variantes dentro do próprio texto. Também pode ser empregada a lista de palavras, em que   feita a leitura de palavras isoladas.

O problema do discurso casual   outro aspecto tratado por Labov (1983) sobre a questão das entrevistas.   necessário sempre prestar aten o   forma como o falante utiliza a língua no seu dia a dia, ao discurso que o informante utiliza quando o entrevistador não está mais presente, ao conversar com sua mulher, ao repreender seus filhos ou passar o tempo com seus amigos. O importante   reconhecermos, de algum modo, qual o momento certo para ocorrer uma entrevista

mais informal, um discurso espontâneo. Podemos considerar a conduta de nossos informantes como um discurso espontâneo, quando o seu discurso acontece repentinamente, sua maneira de utilizar a língua é o mais espontâneo possível. Isso ocorre, geralmente, quando a observação é anônima, não-dirigida. O discurso casual é a fala utilizada em situações informais, é a fala do cotidiano, sem uma preocupação com o uso da língua. As situações de excitação ou de emoção, por exemplo, são situações favoráveis para que ocorra um discurso espontâneo, pois as tensões de uma situação formal desaparecem. Numa entrevista sociolinguística os contextos podem ser *formais* ou *informais*. Os estilos podem ser *casual* ou *cuidado/espontâneo*.

Ao tratar dos tipos de discursos, Labov (1983) afirma que existem contextos em que a entrevista não se limita a uma entrevista formal. Esse contexto seria, então, favorável a um discurso casual. Isso acontece nos momentos anteriores à entrevista, em que o entrevistado faz comentários sobre a sua casa, a sua família ou se dirige ao entrevistador. Mesmo que esse contexto não seja o mais freqüente para observarmos um discurso casual, o entrevistador não deve se apressar para impor uma maneira mais formal, quando existe uma situação de intercâmbio como essa.

En muchos casos mientras la mujer se dedicaba a lavar los platos o la familia acababa de comer, el entrevistador ha podido detectar una buena cantidad de formas del discurso casual. (Labov, 1983, p. 125)

É natural que ocorram interrupções durante a entrevista. Geralmente, aparecem pessoas que entram e saem por algum motivo. Um vizinho, um parente, alguém da família, também quando o entrevistado oferece algo a alguém: “cuando el informante ofrece un vaso de cerveza o una taza de café”. Labov (1983, p. 125) Outra situação favorável para que ocorra o discurso casual é o momento, durante a entrevista, em que o entrevistado se refere a uma terceira pessoa. Labov relaciona dois diferentes estilos para duas situações, num contexto formal e num contexto informal: “Entre estilos fuertes, relajado, controlado al hablar con el entrevistador y el estilo fuerte, agudo que emplea al hablar con sus hijos.” (Labov, 1983, p. 125)

O entrevistador não é um agente passivo. Ele pode contribuir e muito para o desenvolvimento de uma entrevista, podendo conduzi-la, propiciando um ambiente

de informalidade ou ajudando para que surja um discurso casual. Quando concluir a entrevista pode deixar de lado o seu papel de entrevistador e comportar-se como uma pessoa qualquer sentido cansaço, calor ou sono ao acabar o seu trabalho e conversar com o entrevistado informalmente. Uma outra situação que contribui também para que ocorra um discurso casual é a interrupção causada para atender ao telefone no momento em que se realiza a entrevista. O entrevistado passa a se dirigir a um outro interlocutor, geralmente alguém que já conheça, o que leva a contexto informal. Alguns indivíduos, por exemplo, mostram-se propensos a falar livremente. Não devemos, pois, interrompê-lo ou não deixá-lo se manifestar, pois é uma das oportunidades para a realização de um discurso mais natural. Uma maneira de proporcionar um contexto favorável ao discurso espontâneo está relacionada à lembrança, pelo falante, de rimas infantis e tradicionais. Através de perguntas que o remetam pouco a pouco à sua infância e às cantigas e rimas infantis, das brincadeiras e das lutas, além de outros aspectos relacionados à língua que foram conservados desde a pré-adolescência, quando as crianças não participavam dos mesmos contextos que os adultos numa determinada sociedade. O perigo de morte é outra situação que, ao ser explorada pelo entrevistador, sempre leva a um discurso espontâneo, o que é percebido pela respiração do falante, que fica difícil e irregular, a voz se estremece e o suor aparece em sua face. Às vezes, o discurso é interrompido por soluços, choro ou por risos demonstrando um estado de nervosismo.

Ao falar da estrutura de uma variação estilística, Labov (1983, p. 151) cita uma definição do *Webster's New Internacional Dictionary*, em que a estrutura é definida como a interação de partes dominadas pelo caráter geral do todo. No entanto, independente de considerarmos ou não a variação estilística como um *continuum* ou um tipo de alternância discreta, devemos estudá-la segundo métodos quantitativos. Para Labov (1983), os métodos para diminuir as tensões numa situação de entrevista são as maneiras mais adequadas para se obter um discurso casual, mas não são definitivos.

Ao estudar uma determinada comunidade, Labov (1983) encontrou situações em que a classe média baixa, por exemplo, superava o grupo com maior *status* social, numa tendência a usar as formas que eram consideradas como corretas, se aproximando do estilo mais formal. Visando descrever esse fenômeno, Labov (1983), emprega o termo *hipercorreção*. Apresentando uma grande flutuação

da variação estilística, a classe média baixa, com a sua hipersensibilidade diante das formas relegadas usadas por eles mesmos, percebe os erros de seu próprio discurso, o que comprova como é alto o grau de insegurança lingüística dos falantes da classe média baixa. Ao se referir ao discurso da maioria dos indivíduos, Labov (1983) argumenta que os métodos de análise quantitativa servem para definir a estrutura lingüística de toda uma comunidade em oposição ao discurso do indivíduo isoladamente. Isso porque o discurso da maioria dos indivíduos possui inúmeras oscilações, contradições que são inexplicáveis, enquanto idioleto particular e, na maioria das vezes, não é composto por um discurso coerente.

Já na classe média baixa, que é o grupo imediatamente inferior à classe média alta, teremos uma situação contrária, tanto em relação ao tempo quanto à segurança lingüística. A grande insegurança lingüística da classe média baixa faz com que seus habitantes utilizem-se de formas muito variáveis nos contextos formais, chegando, inclusive, a adotar as marcas de prestígio dos mais jovens da classe superior, ao chegar na idade adulta, superando até os mais jovens de sua classe, por estes não estarem tão expostos à estrutura de estratificação social. Os membros da classe média baixa, ao chegar na idade adulta, tendem a adotar a norma dos falantes jovens da classe superior à sua:

Hemos visto que sus miembros, al llegar a la edad adulta, tienen tendencia a adoptar las formas cuidadas de discurso de los hablantes jóvenes de la clase superior. Así pues, una tendencia semejante, engendra un mecanismo de retroacción, potencialmente capaz de acelerar a la introducción de cualquier forma de prestigio, de llevar a un ritmo nuevo por complejo el proceso de difusión que, de otro modo, no podría ser sino gradual, de generación en generación, desde de la clase más elevada a la más baja. (Labov, 1983, p. 187)

Labov (1983) afirma que se poderia dizer que os pais da classe média baixa usam somente o discurso casual quando falam com seus filhos. No entanto, ele contesta dizendo que já ouviu muitos pais reunir os seus filhos usando um estilo mais cuidado. Sucessivas gerações de um mesmo subgrupo, segundo Labov (1983), quando são submetidas sempre às mesmas pressões sociais, originam um processo de mudança lingüística que vai além do modelo estabelecido por seus pais. Nesse caso também temos uma *hipercorreção para cima*. Ele nos diz também que a

hipercorreção é mais forte entre as mulheres, sendo a mãe e a professora os principais agentes da mudança lingüística. Todas essas observações nos ajudam a esclarecer nossas dúvidas a respeito de um problema muitíssimo importante: o mecanismo de mudança lingüística.

Abordaremos, a seguir, as redes sociais e a sua importância num estudo sociolingüístico.

3.3.3.3 Redes sociais

Para Silva-Corvalán (1988), dentre todos os parâmetros sociais o nível educacional é o que melhor prediz as características lingüísticas, pois a constante exposição à língua *standard* facilita a autocorreção e a supressão de regionalismos. Também o estereótipo contribui para isso, pois o falante evita determinado traço lingüístico que define o indivíduo como membro de uma classe social baixa e/ou de origem rural e é muito utilizado por escritores e comediantes. Por outro lado, o desejo e também a pressão social de identificação com um grupo parece favorecer a manutenção de variantes *não-standard* e a avaliação positiva delas. Desse modo, temos a integração à rede social, através de símbolos que permitem ao falante identificar-se com seu grupo.

Para Chambers e Trudgill (1994), em relação à língua e às redes sociais, pode ser considerado o estudo mais interessante como sendo o do inglês falado em Belfast, onde foram investigadas três comunidades da classe trabalhadora, através de um membro que estivesse integrado à cada comunidade. Muitas diferenças existiam entre elas. The Hammer, que ficava ao norte de Belfast, era protestante e perdera sua indústria tradicional, tinha muito desemprego e se encontrava num processo de industrialização, o que fazia com que as redes estivessem desintegradas. Já Clonard ficava a oeste, era católica, também perdera sua indústria e tinha um alto índice de desemprego, mas as mulheres, por possuírem um emprego comum, faziam parte de uma rede praticamente homogênea. Ballymacarrett ficava a leste, também era protestante, mantinha a sua rede social e conservava a sua tradicional indústria local. A variável /æ/ de *bag*, *hat*, *man* foi uma das estudadas em Belfast, levando-se em conta o sexo, a idade e o estilo. Em Ballymacarrett, que é uma área mais estável, percebeu-se, segundo Chambers e Trudgill (1994, p. 110 e

111) uma diferenciação clara e regular de sexo e estilo, que é menor nas outras áreas, que são menos estáveis. Em Clonard, a diferenciação entre sexo funcionava ao contrário, pois nos falantes com idade mais avançada, prevaleciam os homens, mas entre os mais jovens essa situação se revertia. Já em Hammer a variação de sexo era menos significativa. A conclusão é que em Ballymacarrett a mudança lingüística estava mais avançada e em Clonard, devido às intensas relações de rede social das mulheres jovens, estas também possuíam um avanço significativo.

Existem também as diferenciações individuais que podem conduzir a diferenças no comportamento lingüístico. Para Chambers e Trudgill (1994):

Es evidente que los individuos diferem también de muchos otros modos, y que estas diferencias a menudo pueden conducir a diferencias em el comportamiento lingüístico de gente que objetivamente podría parecer que pertenece a la misma categoría social. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 111)

A seguir trataremos da atitude do falante em relação ao seu comportamento lingüístico.

3.3.3.4 Atitude

Ao abordar a questão da atitude do falante em relação ao seu comportamento lingüístico, Chambers e Trudgill (1994) citam o inglês falado por três grupos de adolescentes em Reading, Inglaterra. Através da determinação de um *índice de cultura vernácula* se mediu até onde a cultura da rua influenciaria em relação à cultura mais convencional da maioria da população, onde se observou um fenômeno gramatical que acontece no oeste da Inglaterra o uso de *-s não-standard* no presente, como nos exemplos citados pelos autores: *I wants, they goes, you knows*. O resultado foi que a identificação com a cultura de rua pelos garotos influencia o uso de formas gramaticais *não-standard*.

A *ambição social* é um dos traços investigados em um estudo do inglês falado em Articlave, povoado próximo de Corelaine na Irlanda do Norte, onde foi investigada a fala de dez indivíduos em relação ao uso de (ng), que caía

consideravelmente de acordo com o aumento do grau de ambição. Esses estudos nos mostram que as variações lingüísticas, em suas correspondências sociais, tanto podem depender de fatores como a idade, o sexo, a classe social e o grupo étnico, como da ambição individual, que é um fator mais sutil.

Nos estilos mais formais, todos os grupos sociais tendem a alterar sua fala. As variantes usadas pelas classes mais altas são consideradas pelos falantes como de maior status ou prestígio em relação aos tipos de variação, o que leva a uma maior incidência quando estes dirigem a atenção para a fala, sendo pronunciadas as que são mais valorizadas socialmente. A variação estilística seria, então, um resultado direto da variação de classe social. Como sabemos, a língua está diretamente relacionada à questão social. Ela foi criada, transformada pelo homem e desenvolve diferenças internas que caracterizam os diferentes grupos que constituem o sistema social. O contexto físico e as características sociais influenciam no uso da língua pelo falante. Silva-Corvalán (1988) nos apresenta três tipos de categorias sociolingüísticas ligadas à atitude e à avaliação social da variação lingüística: os *indicadores*, que nos mostram um perfil regular de distribuição entre os vários subgrupos de uma comunidade; os *marcadores*, que podem estratificar-se tanto estilística como socialmente; e os *estereótipos*, que são marcadores sociais que a comunidade reconhece como tal, mas que não corresponde à atuação lingüística real dos falantes. Também ela salienta que o efeito observado sobre uma variável, em relação a um determinado fator social, não se pode predizer com base no efeito que tem sobre outras variáveis na mesma comunidade. Chambers e Trudgill (1994) também comentam sobre essas variáveis, enfatizando que, no entanto, nem todas as variáveis que são associadas à diferenciação de classe apresentam variação estilística. Aquelas que, além de possuírem as variações de sexo, idade e classe, possuem também a variação estilística, são denominadas *marcadores*. As que não apresentam variação estilística são denominadas de *indicadores*. Na comunidade em que há ocorrência da variável marcadora, há uma maior importância nas diferenças de classe existentes. O contrário ocorre naquelas em que ocorre a variável que é indicadora. Segundo Chambers e Trudgill (1994), os falantes são mais conscientes da variedade que é um marcador, sendo que o mesmo não acontece com a variável que é indicador:

Surge en este punto la cuestión de por qué algunas variables son marcadores y otras son indicadores. Parece claro que, si una variable es meramente un indicador en una comunidad de habla concreta, juega entonces un papel menos importante para caracterizar diferencias de clase en esa comunidad de lo que lo hace una variable que es un marcador. En otras palabras, los hablante parecen ter menos conscientes de la variable que es indicador que de la que es marcador. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 117)

Também enfatizam que devemos considerar fatores como a pronúncia, a ortografia, a mudança lingüística e a diferenciação fonológica para compreender porque os falantes são mais influenciados por fatores sociais de uma variável do que de outra. Citam ainda que quando uma variável torna-se estigmatizada pela comunidade, através de comentários desfavoráveis, é um sinal claro de que é um marcador e não um indicador. A mudança lingüística, segundo Chambers e Trudgill (1994) é outro fator que influencia para que uma variável torne-se um marcador na comunidade e, quando ocorre, torna os falantes mais conscientes do valor social das mudanças lingüísticas que estão ocorrendo dentro da vizinhança ou mesmo nas famílias. O contraste fonológico indica outro marcador que não é alvo de comentários nem acontece por causa de uma mudança lingüística. Como em Norwich, em que existe uma variável que conserva variação estilística, indicando que é marcador, mas não sofre comentários desfavoráveis e não indica ser resultante de uma mudança lingüística. No entanto é um marcador porque possui variantes que atraem a atenção.

De acordo com Chambers e Trudgill (1994), a variável lingüística pode mudar, passando de uma categoria para a outra, de indicador para marcador e vice-versa. Isso depende do nível de consciência do falante, mais alto ou mais baixo, em relação às variáveis lingüísticas. Essa mudança pode ser de baixo para cima ou de cima para baixo. A *mudança de baixo* acontece quando, a princípio, a mudança passa despercebida dos falantes, até emergir para o conhecimento consciente, sendo evidenciada a diferenciação de classe, passando o indicador, desse modo, a se tornar marcador. Em alguns casos, a consciência dos falantes em relação às variantes é muito grande, e estes têm um conhecimento acerca delas e também de suas conotações sociais e regionais sem dificuldade. Nesse caso, temos o que os autores denominam um *estereótipo*. Quando formas que são muito estigmatizadas se estereotipam, tendem a desaparecer, fazendo o percurso contrário, e a *mudança*

de cima acontece numa direção inversa à original da mudança lingüística. Essas mudanças podem ser melhor investigadas através do tempo real, ou ainda utilizando-se o tempo aparente para que se verifique como ela se processa, como veremos a seguir.

3.3.3.5 Tempo real x tempo aparente

Para melhor analisar essas mudanças, tanto *de baixo*, quando *de cima*, devemos então investigar uma determinada comunidade e retornar cerca de 20 anos depois para uma nova investigação para comparar com a anterior, estudando a mudança lingüística em *tempo real*. Podemos também estudar a mudança lingüística em *tempo aparente*, onde não precisaremos esperar tanto tempo, mas podemos comparar, numa determinada comunidade, a fala dos mais jovens com os mais idosos, analisando as diferenças encontradas como sendo mudanças lingüísticas. Quanto maior é o número de informantes, mais clara é a informação encontrada nos estudos relacionados à mudança lingüística em tempo aparente. Para Silva-Corvalán (1988) é muito importante também o conceito de *tempo aparente*, em que são comparadas falas de gerações, estratificadas em vários grupos segundo a idade, onde a fala de um indivíduo de 70 anos hoje estaria representando a fala dos de 20 anos, cinquenta anos atrás. Por outro lado, temos o estudo em *tempo real*, comparando a fala dos mesmos indivíduos ou de uma comunidade a cada período de anos. Esses estudos em tempo aparente e real se complementam entre si. Chambers e Trudgil (1994) chamam a atenção para o fato de que no intervalo entre esses anos poderão ocorrer alterações, como: ascensão social ou mudança da localidade pesquisada. Raramente é possível se efetuar uma pesquisa em tempo real, pois também há falta de disposição do informante para participar pela segunda vez, emigração de alguns ou a impossibilidade de localizar alguns membros. Podemos determinar que subgrupos inovam mais, que elementos lingüísticos mantêm a inovação e quais as regiões, dentro da área investigada, é mais importante para a ocorrência da variação, se tivermos uma correlação dos dados com as maiores discrepâncias e também das variáveis independentes.

Labov (1983) também observou a questão relacionada à distribuição em função da idade e do tempo, o que demonstrou um aumento regular de acordo com

os sucessivos níveis de idade. Citando a investigação de Gauchat (1905) sobre o dialeto de Charmey na Suíça de fala francesa, realizado em 1905, ele relata que foram observados e codificados seis traços fundamentais na fala de três gerações (abaixo de 30, entre 30 e 60 e acima de 60 anos), sendo que Hermann retornou ao local, após passada uma geração, em 1929, com o intuito de investigar quatro destes traços, confirmando os dados de Gauchat em que haviam avançado na mesma direção proposta por ele, mostrando a importância do tempo real por permitir uma idéia exata, pois o quarto traço estudado não havia sofrido mudanças desde 1903 e era falado, apesar das influências contrárias ao mesmo. Quando distribuímos o comportamento lingüístico, de acordo com a idade da população, formamos uma dimensão temporal considerada aparente, em oposição ao tempo real. Para Labov (1983), as relações entre tempo real e tempo aparente podem ser percebidas observando-se, por exemplo, uma marca de prestígio em processo de mudança. Em seus estudos, ele percebeu que os grupos que estão na parte mais alta da escala apresentam um maior grau de segurança lingüística. Estas duas dimensões temporais (*tempo real x tempo aparente*) estão estritamente relacionadas entre si. Labov (1983) também percebeu que os falantes mais velhos da classe média alta geralmente mantêm as antigas formas de prestígio, guardada para sempre de uma época prematura de sua vida, enquanto que os mais jovens estão mais abertos às formas mais novas que vão surgindo. Labov (1983) afirma que a solução referente ao problema da transição tem uma relação de dependência com a análise precisa da distribuição das formas lingüísticas em *tempo aparente*, durante o transcorrer da vida dos grupos de idade da população atual. Isso só é possível através da descrição original da mudança em *tempo real*, que nos permite distinguir os graus da mudança lingüística na idade de uma determinada população e quais os efeitos dessa mudança. A regularidade da mudança lingüística pode ser analisada e observada no decorrer de gerações.

Quanto à questão da idade dos falantes, estudos apontam para as seguintes interpretações, como a identidade do grupo, autocorreção durante o período de mais atividade na vida pública e a questão da mudança lingüística em progresso, sendo que o grupo que está mais propenso à diferenciação lingüística é o de adolescentes por meio de vocabulário e expressões próprias. Silva-Corvalán (1988) cita os exemplos em Madri e no vale de São Francisco, na Califórnia. Analisando a relação das variáveis lingüísticas de acordo com a idade, classe social

e estilo, Chambers e Trudgill (1994) retomam a pesquisa de Norwich com a variável (ng), segundo a variação de estilo e de idade. O que pode ser observado é que os mais jovens e os mais idosos possuem uma maior incidência de uso desta variável e os falantes de meia idade têm uma incidência mais baixa. Os mais jovens adotam geralmente a linguagem de seus companheiros de onde precedem as pressões sociais mais importantes, sendo mais influenciados pelo seu grupo do que por qualquer outro. Os mais idosos tornam-se menos pressionados socialmente, já obtiveram êxito e são reduzidas as redes sociais. Supõe-se, então, que os mais jovens e os mais idosos estão muito mais livres das pressões sociais do que aqueles que estão na meia idade e têm que trabalhar se movendo entre outras redes sociais e adotando os valores da maioria, pois necessitam obter êxito e progredir econômica e socialmente, por isso se deixam influenciar mais pela língua *standard*. No entanto, isso não indica que a co-variação de idade observada em Norwich seja algo que aconteça também em outras partes, pois podem acontecer casos que envolvam condições sociais diferentes. Como exemplo, é citado um estudo realizado em Washington D.C. sobre o inglês falado pelos negros. Os quarenta e sete informantes foram divididos em três grupos por faixa etária, sendo crianças, adolescentes e adultos. Nesse caso, as formas de pouco prestígio decresciam, à medida que o falante caminhava para vida adulta.

Labov, por exemplo, é citado por Chambers e Trudgill (1994), pois em sua investigação na cidade de Nova York usou somente uma vez os dados antigos comparativamente. Uma alternativa seria o estudo das difusões das inovações em tempo aparente, revisando as diferenças existentes na fala de pessoas em diferentes épocas, sendo mantidas, no entanto, as outras variedades independentes como o sexo, a classe social e uma determinada região. Podemos, então, nos apoiar sobre a hipótese da comparação da fala de gerações diferentes, em que a fala de pessoas de 40 anos refletiria diretamente a fala dos falantes de 20 anos atrás. As diferenças entre uma e outra se deveriam ao progresso ocorrido entre as duas gerações. No entanto, não podemos dizer que o tempo aparente pode ser equiparado com o tempo real e a relação entre ambos é muito mais complexa do que imaginamos. Ao estudar a linguagem dos filhos de seus informantes de Nova York, Labov, segundo Chambers e Trudgill (1994), vai mostrar a existência de um processo contínuo de aculturação sofrida pela fala dos filhos, de tal modo que a fala dos filhos maiores se aproximava mais da fala de seus pais. Esse processo continua

mesmo muito após a aquisição da língua ter sido concluída, sendo que as diferenças devem-se ao processo de aculturação entre os dois grupos de idade, não representando, portanto, a difusão de uma inovação na comunidade. Nesse caso, quanto mais os filhos se aproximavam da maturidade, a sua fala assemelhava-se à fala de seus pais. Os estudos em tempo aparente têm também a desvantagem de limitar o intervalo entre os grupos que estão sendo comparados, tendo necessariamente de ser formados por contemporâneos, mas também têm várias vantagens, como por exemplo, comparar fatores como metodologia, transcrição e análise, já que a mesma pessoa é o investigador de ambos os grupos que estão sendo comparados. Por outro lado, os dados se vêm limitados de um modo artificial, já que o investigador pode voltar e colher mais, se houver necessidade.

A diferenciação entre sexos é outro aspecto que deve ser considerado num estudo sociolingüístico, conforme veremos a seguir.

3.3.3.6 Diferenciação entre sexos

Em relação à diferença da fala feminina em relação à fala masculina, os estudos sociolingüísticos têm comprovado, segundo Silva-Corvalán (1988), que certas variáveis lingüísticas covariam de acordo com o sexo dos falantes. Na verdade, não há uma só resposta ou explicação universalmente aceita às questões levantadas em relação às diferenciações sexuais na língua, na maneira como a fala feminina se diferencia da fala masculina ou qual o efeito dessa diferenciação na mudança lingüística. No entanto, alguns estudos concordam em algumas observações e conclusões, como o fato de que as mulheres usam as variantes lingüísticas de maior prestígio com mais freqüência que os homens, que a fala feminina é mais conservadora que a masculina e que há uma tendência geral a que os homens rompam as regras e que as mulheres não sejam impulsionadoras da mudança, a não ser em casos, como o observado por Labov, em que essa mudança caminha em direção ao dialeto *standard*. Segundo Chambers e Trudgill (1994), o sexo do falante é mais uma característica social relacionada à diferenciação lingüística. Eles citam a pesquisa feita por Labov em Norwich, em 1966, em que foi percebido que as mulheres geralmente usavam variantes de um prestígio mais elevado do que os homens. Estes, por sua vez, utilizavam com maior freqüência que

as mulheres a variante de menor prestígio social. Isso também é observado na fala das crianças. Quanto à diferenciação lingüística influenciada pelo fator sexo, Chambers e Trudgill (1994) afirmam que não existe uma explicação única para a difusão lingüística distinta existente entre homem e mulher, mas são indicados vários fatores que contribuem para isso, como o fato de que as mulheres têm menos oportunidades para vencer e conseguir êxito na vida social, marcando seu status pela aparência, o que também ocorre no contexto lingüístico. Outro fator relacionado a esse fator é que, devido às poucas oportunidades das mulheres no contexto social, estas tendem a permanecer no lugar onde vivem, participando de redes sociais em menor escala, ficando menos sujeitas às pressões de convivência com vários grupos, experimentada pelos homens, acostumadas a situações mais formais, por não conhecerem as pessoas com quem falam, surgindo, então os estilos formais da fala. Também o fato de que as mulheres têm uma grande importância na socialização dos filhos, contribui para que sejam mais sensíveis às normas de maior aceitação. Existem muito mais pressões sobre as mulheres do que sobre os homens para que elas adotem formas consideradas mais corretas. Também contribui, de acordo com Chambers e Trudgill (1994) o fato de que a fala masculina demonstra mais rudeza, dureza e os homens, mais inclinação para romper as regras. Há também o comportamento distinto entre homem e mulher no uso de palavras consideradas vulgares, por exemplo.

O papel das mulheres no mecanismo de mudança lingüística pode ser de grande importância. Labov (1983) fala sobre a influência dos pais no momento de aquisição da língua, sendo que a das mulheres é muito maior, já que elas têm um contato por mais tempo com os filhos pequenos do que os homens, tendo uma influência mais direta, principalmente durante os anos em que as crianças estão formando as suas normas lingüísticas. Isso, no entanto, não indica que as mulheres sempre são as responsáveis pelas mudanças lingüísticas, mas não restam dúvidas que a diferenciação sexual da fala desempenha um importante papel no mecanismo de evolução lingüística. A diferenciação sexual depende, é claro, das normas de interação social da vida cotidiana, existem também fatores sociais, que são convenções que estão implicados na diferenciação da fala masculina e feminina. Os estudos acerca da aquisição da língua, como afirma Labov (1983), têm a interação mãe-filho como o principal contexto social de aprendizagem da língua. Mas devemos considerar também a influência de outras crianças e amigos fora do círculo familiar.

O modelo da mudança lingüística está centrado na interação pais-filhos, sendo que o pai ou a mãe acrescenta novas regras à sua gramática posteriormente. A criança forma, então, uma nova gramática que incorpora esta estrutura mais complexa em outra mais simples.

A seguir abordaremos a questão do prestígio, verificando que a sociedade muda e com ela os valores e que esses influenciam os falantes na utilização da língua.

3.3.3.7 Prestígio

Chambers e Trudgill (1994) vão tratar do conceito de *prestígio*, que é considerado geralmente como o reflexo dos valores aceitos pela maioria e também do *prestígio encoberto*, conceito que foi introduzido por Labov (1983), quando mostrou que mesmo aqueles falantes que usavam uma grande quantidade de formas lingüísticas consideradas estigmatizadas reconheciam e acreditavam que essas formas eram erradas e inferiores. O fato é que a sociedade muda, os valores também e com eles o comportamento lingüístico. Numa análise de variáveis do norueguês falado em Trondheim, o resultado surpreendeu, pois mostra que as mulheres mais jovens atingem quase o mesmo índice dos homens da mesma idade, mostrando nesse caso uma mudança de comportamento lingüístico das mulheres, o que se supõe seja também em função de uma mudança de valores e atitudes, o que pode vir a acontecer também em outras comunidades lingüísticas. Ao falar das diferenças entre homens e mulheres, Labov (1983) afirma que, em um discurso mais cuidado, as mulheres utilizam menos forma estigmatizada que os homens e são menos influenciadas que eles em relação à norma de prestígio.

O movimento de mudanças lingüísticas, tanto pode se produzir do grupo de maior prestígio para o de menor prestígio social, quanto o contrário também pode acontecer. Algumas mudanças são resultantes de um processo que se inicia na classe de menor prestígio e cresce até atingir as de maior prestígio social. Quando à relação de idade, Labov (1983) diz que encontrou em um dos seus trabalhos em que entre os grupos de classe trabalhadora, tanto os falantes maiores, quanto os mais jovens mantinham-se igualmente nas mesmas formas, enquanto que o grupo de idade média entre os dois outros grupos adotava as novas normas de prestígio. Ao

tratar da diferença entre uma mudança em curso e uma mudança que já esteja em estado avançado, Labov (1983) afirma que:

La diferencia entre un cambio en curso y un cambio ya en estadio avanzado puede aparecer con claridad en la pauta de su distribución social. Un cambio puede iniciarse en un grupo social situado en cualquier lugar de la jerarquía social. A medida que se desarrolla y se difunde, se observa la estructura piramidal a lo largo de los diferentes niveles de edad, con valores más elevados en los hablantes más jóvenes del grupo de origen. Pero cuando el cambio alcanza un estudio avanzado y afecta a todas las clases sociales, a menudo es estigmatizados, y la corrección del habla formal comienza a oscurecer la pauta original. En este caso tenemos una distribución lineal, con una menor presencia del rasgo censurado en la conversación ordinaria de la clase más alta. (Labov, 1983, p. 362 a 363)

Quando um novo elemento lingüístico se associa a um grupo social inferior, geralmente é estigmatizado. Seu emprego cai em proporção inversa ao *status* social. A mudança lingüística, de acordo com Labov (1983) é um tipo de estrutura social do sistema socioeconômico de classes diferenciadas. Ele também afirma que a língua não pode ser descrita como propriedade de uma comunidade, mas devemos descrever somente a fala de uma classe, já que a comunidade está dividida em classes e há possibilidade de pegarmos grupos homogêneos e descrever a sua língua. Ele também fala sobre a identidade local, uma categoria de grande importância, afirmando que as comunidades desenvolvem categorias mais concretas em relação ao contexto em que se encontra o indivíduo, como no caso das comunidades rurais ou dos bairros nos centros urbanos. Labov (1983) cita o exemplo de seu trabalho realizado na ilha de Martha's Vineyard, dizendo que lá era essa rede de categorias sociais que apresentava uma maior correlação com a mudança lingüística em curso, sendo mais importante do que a profissão, a educação, o sexo etc. Na verdade, a mudança fonética estudada mantinha uma correlação com a afirmação "Yo soy un vineyardés" (Labov, 1983, p. 369).

Veremos, a seguir, as isoglossas, que são linhas traçadas entre regiões indicando áreas que coincidem em algum aspecto lingüístico numa pesquisa lingüística.

3.3.3.8 Isoglossas

Os limites entre duas regiões que diferem em algum traço lingüístico são denominados *isoglossas*, termo que foi usado pela primeira vez por J.G.A. Bielenstein, em 1892, para mostrar uma linha traçada através de uma região, indicando duas áreas em que coincide algum aspecto lingüístico em cada uma delas, mas que as diferenciam uma da outra. Cada isoglossa representaria um único traço lingüístico.

El termo *isoglosa* lo usó por primera vez J.G.A. Bielenstein, un dialectólogo letón, en 1892. Al parecer acuñó el neologismo basándose en el término meteorológico *isotermo*, la línea que divide dos lugares con la misma temperatura media. Isoglosa significa literalmente "igual lengua" (iso + glosa). (Chambers e Trudgill, 1994, p. 139)

No entanto, segundo Chambers e Trudgill (1994), algumas isoglossas são mais significativas que outras, por marcarem diferenças culturalmente importantes, apesar de não existir um princípio que indique os fatores que determinem quais isoglossas seriam consideradas superiores a outras. Várias tentativas foram feitas pelos estudiosos da geografia lingüística para se tentar uma hierarquização das isoglossas, até que estudiosos franceses criaram o termo *dialetometria* para determinar a distância dialetal entre um falante e outro, porém não houve muita utilidade. Uma outra forma de caracterizar as isoglossas é classificá-las de acordo com o traço lingüístico que descrevem para depois ordená-las de acordo com as observações empíricas verificadas ou o nosso conhecimento lingüístico. Chambers e Trudgill (1994) nos apresentam uma hierarquização com níveis de estrutura lingüística mais abstratos, de acordo com estudos lingüísticos mais atuais, e que é dividida em sete categorias: *isoglossas léxicas* em que se verifica as diferenças entre palavras utilizadas por diferentes falantes designando o mesmo objeto; *isoglossas de pronúncia*, que assim como a primeira estão diretamente ligadas ao léxico, só que enquanto aquela revela diferença nos elementos de formação dos dois dialetos, esta mostra um contraste na representação fonêmica. A fonologia também apresenta dois tipos de isoglossas. Primeiramente, temos a *isoglossa fonética*, que se refere aos contrastes na produção fonética de duas regiões, resultando na aplicação de uma regra mais geral ou adicional a uma delas. O

contrário nos dá como resultado uma isoglossa fonêmica, onde os dialetos diferem em seus inventários fonêmicos. As isoglossas gramaticais também são agrupadas em: *isoglossas morfológicas*, que indicam as diferenças paradigmáticas, flexivas e derivativas entre duas regiões; *isoglossa sintática*, que demonstra alguns aspectos da construção das orações; e a *isoglossa semântica*, que está relacionada às diferenças de significado de uma região a outra. A isoglossa é considerada pelos autores como um aspecto da cultura de cada região que estas delimitam, criando um sentido de comunidade quando indica uma fala regional distintiva.

A dialetologia, como comenta Chambers e Trudgill (1994), estava atraindo, cada vez menos, os estudiosos, sendo considerada, lingüisticamente falando, pouco interessante em relação às outras áreas. Esse interesse, no entanto, foi renovado a partir do surgimento da dialetologia urbana. O surgimento da geografia lingüística, através de um teste prático da hipótese neogramática em relação à regularidade das leis fonéticas, ao contrário do que se esperava veio, na verdade, rebater essa hipótese, já que descobriu uma riqueza, até então nunca imaginada, de variabilidade lingüística. Então teve de se distanciar da postura neogramática e buscar outras bases intelectuais, o que poderia resultar no desenvolvimento de novas hipóteses sobre a variação lingüística. O que aconteceu, no entanto, foi a preocupação com particularidades atóricas, em que cada isoglossa, de determinado traço lingüístico, era tratada como um fato isolado, esquecendo-se que faziam parte de um sistema lingüístico. Chambers e Trudgill (1994) levantam algumas questões sobre como as áreas dialetais se limitam entre si. Eles questionam, por exemplo, a existência ou não de limites nos tipos de variação entre um falante e seu vizinho e qual seria esse limite; como seria a adaptação dos vizinhos entre si numa fronteira lingüística e até que ponto essa fronteira seria real. Questionam, também, como os assuntos cotidianos da região e o comportamento lingüístico dos membros de uma comunidade falante seriam influenciados por essa fronteira e de que modo, se com maior ou menor consciência. A resposta tradicional a esses questionamentos sempre foi a isoglossa. O fato é que a isoglossa, por outro lado, como construção teórica, implica que a variação é abrupta, geograficamente falando. Isso fica evidenciado pelo fato de que uma variável dá lugar a outra num ponto do espaço considerado concreto. Também se representa por uma linha simples e outra dupla e é descrita em uma lista da variável em cada lado e, às vezes, cita somente uma variável. No entanto, segundo Chambers e Trudgill (1994), uma parte do

conhecimento filológico afirma que a variação não acontece abruptamente, ela se dá num contínuo e que isto está sendo visto, por exemplo, no estudo da língua em comunidades crioulas e também em comunidades urbanas, em estudos sobre grupos socioeconômicos. Sendo assim, a maioria dos dialetólogos concorda que a variação na fala é progressiva.

As variações, no entanto, estão associadas a condicionamentos lingüísticos e sociais, como veremos a seguir.

3.3.3.9 Condicionamentos

A variabilidade tem sido categorizada como produto de uma *fusão dialetal*: o elemento variável da fala de uma pessoa seria resultado da coexistência de dois ou mais dialetos dominados pelo falante; ou então seria uma *variação livre*: os elementos variáveis da fala se referem a aparições de traços lingüísticos, que são imprescindíveis e têm duas ou mais realizações possíveis. Segundo Chambers e Trudgill (1994), as variáveis que foram estudadas sugerem que não existe a variação *livre*, pois os traços variam por estarem condicionados, na maioria das vezes, por fatores lingüísticos e sociais. O mais significativo em relação a uma variável não é o fato de acontecer em determinado lugar, mas sim a freqüência com que este se dá, como no caso visto sobre o contraste entre os dialetos rurais e *standard*. Uma variável pode ter mais de um fator condicionante, que são chamados *restrições da variável*. Elas podem ser classificadas como “mais forte”, quando as variantes acontecem com maior freqüência ou “mais fracas”, quando ocorre o contrário. Em estudos realizados sobre a fala vernácula nas cidades de Nova York e Detroit e também com as falas vernáculas rurais do norte da Inglaterra, citados por Chambers e Trudgill (1994), verificou-se que uma consoante está mais propensa à supressão quando a seguir vem outra consoante, do que quando vem uma vogal. Enfatizam, também, que outras restrições da variável, além destas, podem ser ordenadas para determinar a freqüência da variabilidade. Se as restrições da variável participam na determinação da variabilidade lingüística, fica, então, refutada a hipótese de que a variabilidade seja “livre”. Do mesmo modo, temos o estilo e a classe que também afetam à variabilidade da língua. Ou seja, o estudo da variabilidade combina tanto elementos lingüísticos quanto não-lingüísticos e, segundo Chambers e Trudgill

(1994), se pode ordenar através de escalas implicativas de um modo determinado. Para comprovar a afirmação de que a variabilidade é implicativa, eles citam estudos sobre o crioulo jamaicano e sobre o inglês falado no Texas. Também comentam que, qualquer que seja a comunidade lingüística, alguns traços estarão mais estigmatizados que outros.

Outro assunto considerado importante para o avanço das inovações na língua é a difusão, que estaremos abordando a seguir.

3.3.3.10 A difusão

Outro tema importante para o estudo do avanço das inovações lingüísticas, segundo Chambers e Trudgill (1994), é o da difusão. Os autores examinam então várias hipóteses relacionadas à difusão. Quem são os inovadores? Essa resposta seria diferente de acordo com as circunstâncias sociais. Vários estudos de dialetologia urbana esclarecem sobre o fator social que existe por trás do padrão da difusão. Quem são os elementos lingüísticos veículos da inovação? Como se estendem, geograficamente falando, as inovações? Qualquer estudo sobre a difusão de uma inovação lingüística será necessariamente comparativo. O ideal seria ter os resultados de uma investigação para obter uma determinada variável em um momento concreto e depois uma réplica da mesma investigação dessa população depois de transcorridos vários anos. Assim pode-se estudar o mecanismo da difusão. O investigador que pretende determinar o progresso de uma variável deve, portanto, extrair todos os dados que puder das investigações anteriores e tentar montar sua própria investigação para obter os mesmos dados ou outros parecidos no mesmo contexto estilístico.

Sin embargo, es posible hacer una comparación de los datos para una población en tiempo real rebajando de algun modo los niveles com respecto a la situación ideal antes citada. Si no podemos localizar a la misma población, sí es en cambio posible localizam em el area de la encuesta a una población que sea comparable a ésta. Así podemos controlar las variables independientes seleccionando una muestra con el mismo número de varones y mujeres que en la muestra original, el mismo entorno étnico y social, e incluso la misma ocupación, todo exactamente en la misma área de encuesta. Podemos después comparar los resultados obtenidos en este grupo con los resultados obtenidos en el grupo original

con un nivel bastante aceptabel de confianza de que cualquier discrepancia significativa entre ambos será el resultado de un cambio lingüístico que se está dando. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 208)

Segundo Silva-Corvalán (1988) também a classe social, em estudos sociolingüísticos de populações urbanas, como o realizado por Labov (1966), é um fator de grande relevância em relação à variação lingüística. A ocupação dos membros, o nível de educação do falante e a renda familiar são estratificados de acordo com o uso de determinadas variáveis, como conseqüência de uma barreira social. Essa questão é conhecida mesmo antes do desenvolvimento da sociolingüística e existe em todos os níveis de análise lingüística: fonológico, morfológico, léxico e sintático, apesar de que nem todos os traços lingüísticos são sensíveis aos parâmetros socioeconômicos. Labov (1983) mostra que a percepção de um traço lingüístico de prestígio muda através do tempo e do espaço.

Existem também difusões que ocorrem na estrutura da língua, como mostrado a seguir.

3.3.3.10.1 Difusão na estrutura da língua

Ao correlacionarmos a inovação lingüística com as variáveis sociológicas, iremos obter, segundo Chambers e Trudgill (1994), uma informação importante sobre os aspectos sociolingüísticos da difusão. Uma das questões levantadas referente à difusão lingüística é como as inovações se incorporaram à gramática dos falantes de uma língua. Os estruturalistas dizem que a mudança lingüística se caracteriza pela afirmação de que os fonemas mudam, enquanto que para os gerativistas ela se contempla como uma adição de regras, mas ambos questionam como a mudança acontece. Tentando responder a essas questões temos a *difusão lexical*, teoria que afirma que uma mudança lingüística se estende de forma gradual em torno do léxico, de um morfema a outro. Os dialetólogos afirmam que a teoria da difusão lexical foi criada para enfrentar as hipóteses estruturalistas e gerativistas, já que a difusão lexical dá um status teórico ao tipo de variação freqüente nas pesquisas dialetais. Outra questão seria como a difusão lexical avança ao largo do léxico.

Segundo Labov (1983) a variante se define de acordo com o grupo e o nível de idade dos informantes. Os valores originados por um subgrupo podem ser adotados por outros grupos de uma mesma comunidade, a mudança lingüística é um valor que está associado a um determinado grupo e que acontece em outros grupos que a adotam. Em cada nova etapa é definida a que grupo passa a pertencer. Os limites da difusão de uma mudança lingüística coincidem com os da comunidade lingüística, que é um grupo que possui um mesmo conjunto de valores normativos referentes à língua que utiliza. A partir do momento em que a mudança lingüística e os seus valores se expandem, a variante lingüística passa a ser uma norma, definindo a comunidade de fala a que está relacionada. Os subgrupos que porventura vierem fazer parte da comunidade lingüística adotam a velha mudança no primeiro estágio de contato, como uma norma comum. Isso vai resultar na continuidade das novas mudanças que se formam. Posteriormente, uma outra mudança lingüística pode ser levada adiante por um novo grupo, indo além do nível que o primeiro alcançou.

A difusão pode ocorrer, também, de um espaço para outro sendo chamada de difusão espacial, como veremos a seguir.

3.3.3.10.2 Difusão espacial

Assim como as mudanças lingüísticas podem ocorrer através de uma difusão sociolingüística, que ocorre de um grupo a outro, e da difusão lingüística, que ocorre de um meio lingüístico a outro, podem também ocorrer de um espaço para outro, recebendo o nome de difusão espacial, que, a princípio, constituiria um reflexo de outros tipos de difusão. De acordo com Chambers e Trudgill (1994), é importante estudar a difusão geográfica das formas lingüísticas com mais detalhe do que o seu aspecto social e lingüístico e, para isso, precisamos desenvolver técnicas cartográficas e uma metodologia específica para elas. Com o nome de Neolingüística, inicialmente, a Lingüística espacial se desenvolveu na Itália, nos anos vinte, e possuía três normas consideradas verdadeiramente geográficas, em relação à forma lingüística considerada mais antiga. Isso seria identificado nas formas lingüísticas encontradas em áreas mais isoladas, em áreas mais periféricas e em áreas mais amplas, em oposição à área mais acessíveis, mais centrais e áreas

menos amplas. Também existem inovações lingüísticas originadas de um dialeto que se estendem depois a variedades mais próximas, independentemente dos limites lingüísticos, o que é conhecido como *efeito de vizinhança* e acontece provavelmente através de indivíduos bilíngües. Os centros urbanos são, também, muito importantes na expansão das inovações lingüísticas, por isso é necessário que os mapas dialetais sejam suficientemente detalhados, dando a informação social detalhada. A intenção de melhorar os resultados fez com que os geógrafos lingüísticos desenvolvessem técnicas quantitativas semelhantes às usadas pelos geógrafos e sociolingüistas.

No entanto, há um acordo geral a respeito da influência de determinadas mudanças sociais violentas no comportamento lingüístico. Labov (1983) cita a importância de certos acontecimentos:

Nada puede negar la importancia de conquistas, invasiones y de las emigraciones masivas, con las consiguientes extinciones, superposiciones o mezclas de lenguaje enteros. (Labov, 1983, p. 331)

Labov (1983) cita a classificação de Lehmann (1963)⁹⁵, que afirmou existirem três situações diferentes. A linguagem do povo conquistado pode desaparecer por completo durante uma invasão. Os conquistadores podem adotar a língua dos conquistados, numa situação de conquista, sendo que o vocabulário estratificado segundo as classes sociais é, em consequência, modificado. Já numa situação de invasão pode ocorrer uma mistura das duas populações, resultando em empréstimo do vocabulário e das funções dos termos. Nesses casos, podemos perceber as condições para que as variantes sociais interfiram nas variantes lingüísticas. Numa perspectiva sociolingüística, o problema é, nesses casos, de caráter histórico e político. Não é a questão de se dar importância ou não aos fatores sociais, mas saber se estes estão, de alguma forma, envolvidos nos processos mais sistemáticos da mudança lingüística. Ao falar sobre a influência ou não dos fatores sociais na língua, Labov (1983) questiona:

⁹⁵ LEHMANN, W. P. (1963) *Historical Linguistics: na introduction*. Nueva York: Holt, Rinehart and Winston.

¿Son estos cambios sensibles a la estratificación estilística y social del discurso, y a la información expresiva que conllevan la variación social y la estilística? ¿Hemos de tener en cuenta estos factores para entender las regularidades observadas en cambio lingüístico? (Labov, 1983, p. 332)

Um dos fatores sociais que exercem uma importante influência na mudança lingüística é a classe social, que estaremos abordando a seguir.

3.3.3.11 A classe social

A classe social constitui a variável independente que mais covaria com a inovação lingüística. Se levarmos em conta a estratificação social, em que exista uma classe trabalhadora e uma classe média, segundo Chambers e Trudgill (1994), os indivíduos dos grupos mais próximos ao centro são os que geralmente têm maior mobilidade, enquanto que os que se encontram em qualquer um dos extremos são, geralmente mais estáveis e conservadores. Num estudo realizado em Norwich sobre classe social e inovação lingüística, se verificou que os grupos mais móveis eram a Classe Trabalhadora Alta (CTA) e a Classe Média Baixa (CMB), isso porque esses grupos estariam mais interessados em mudar a sua posição social. Em estudos realizados por Labov com pescadores na ilha de Martha's Vineyard, descobriu-se que eles foram os pioneiros em uma inovação que se referia à centralização de ditongos, enquanto que o resto da população permanente da ilha adotou este traço lingüístico como marca de distinção frente à enorme quantidade de turistas que invadiam a ilha a cada verão. Já num estudo realizado em Ballymacarrett, distrito de Belfast, em que se observou a inovação lingüística baseada em sexo, tanto os homens jovens quanto os mais idosos tinham um índice muito alto em ambas as variáveis do que as mulheres, sendo que todos eram da classe trabalhadora e a variável parecia demonstrar um crescimento entre os falantes masculinos. Isso acontecia porque os homens cresciam e freqüentavam os mesmos lugares que os pais, como os distritos industriais, participando de uma interação social, onde freqüentavam os mesmos bares e clubes. Por outro lado, as mulheres eram mais reservadas, trabalhavam limpando oficinas dentro do próprio distrito. Já em estudos

realizados em Nova York, baseado na idade, nos anos quarenta foi verificado que a variável [3l] aparecia praticamente em todos os grupos sociais e todas as gerações.

A seguir, estaremos falando sobre a metodologia utilizada num estudo sociolinguístico, abordando a seleção de um variável lingüística, dos informantes, a gravação das entrevistas e, também, o paradoxo do observador.

3.3.4 Metodologia

Como seria feita a seleção de uma variável lingüística? De acordo com Labov (1983), devemos observar quais são as propriedades de uma variável lingüística que aparecem com mais freqüência para que possa ser utilizada como foco principal do estudo de uma comunidade lingüística. Para isso, é necessário que ocorra uma conversa espontânea, num contexto informal. Também se deve observar a estratificação social do traço a ser estudado. É preciso considerar os diferentes fatores sociais, mas também devemos levar em conta a influência do contexto em que o falante está inserido e a realidade lingüística que está à sua volta. Quanto ao tipo de entrevista, ele afirma que em seus estudos realizados em Lower East Side, baseados em uma mostra aleatória secundária, a partir de uma entrevista denominada *Mobilization for Youth*, trazia uma informação completa de cada informante. Essas entrevistas foram registradas num gravador, o que permitiu melhores resultados. Já os seus estudos realizados em grandes lojas de Nova York houve uma problemática maior de erros, pois foram colhidos poucos dados referentes aos informantes, utilizando-se o método da anotação. Era preciso, então, ter uma boa memória, pois o gravador não era usado durante a coleta de dados. Até a idade do informante não era um dado confiável, pois se baseava numa estimativa feita com base em observações do entrevistador. Tudo isso fazia com que o método utilizado possuísse inúmeros erros.

Apesar de constituírem uma fonte valiosa de informação da estrutura sociolinguística de uma comunidade de fala, os estudos breves e anônimos, como o realizado por Labov em grandes lojas de Nova York, trazem um método de repetição que é limitado, não permitindo uma maior diversidade de estilos, o que já foi possível em seus estudos em Lower East Side, onde ele empregou a leitura de textos, lista de palavras e de pares mínimos. Através dos resultados promissores, bastaria

somente aperfeiçoar e submeter à prova os métodos, que foram utilizados por ele, em outros contextos. Para Labov (1983) é razoável a escolha de grandes instituições, como grandes lojas, mas isso não significa que devemos nos limitar à entrevistas breves e anônimas e também à área de vendedores ou instituições desse tipo. Qualquer agrupamento de indivíduos de uma determinada classe social, que seja fixa e acessível à interação com o público, como policiais, carteiros, secretários, juízes, guias, motoristas de táxis, manifestantes, mendigos, operários etc. Labov (1983) também diz que os grupos públicos que se concentram na base da escala social têm, geralmente, uma identidade mais clara. Os vendedores do comércio ocupam postos mais altos, mas podemos procurar um público mais amplo, como compradores, freqüentadores de estádios, desfiles, exposições, os apreciadores de plantas e jardins, os que passeiam pelos parques, os transeuntes de um modo geral. O tipo de bairro também possui uma função diferenciadora. Por outro lado, devemos nos lembrar que muitos profissionais de um nível mais elevado socialmente também têm uma interação com o público, como, por exemplo, professores, médicos e advogados, como nos cita Labov (1983). Também acontecimentos como processos judiciais e audiências públicas nos permitem controlar os discursos de uma grande variedade de indivíduos distintos e de diferentes posições sociais. A partir do momento em que esses grupos mantêm um maior contato com o público, eles influenciam mais diretamente na mudança lingüística e no sistema sociolingüístico.

As informações extralingüísticas são muito importantes no estudo da língua de uma determinada comunidade, principalmente a vida em sociedade e a atividade profissional do entrevistado. Labov (1983) nos apresenta o tipo mais homogêneo em seu estudo em Martha's Vineyard, onde todos os falantes são *yankees*, que descendem dos primeiros habitantes da ilha. Eles mantêm relações, inclusive familiares e têm a mesma atitude em relação à vida na ilha, são de origem rural e trabalham como carpinteiros ou pescadores. Em oposição, temos os turistas que freqüentam a ilha no verão. Há o desemprego na ilha e o trabalho no continente, o contato entre diferentes grupos étnicos e diferentes atividades profissionais etc. Esses dados foram correlacionados com dados informados por líderes da comunidade e também por anotações históricas sobre as variantes lingüísticas. Vários foram observados, como a situação sócio-econômica, o sexo e outros e depois elaborado um estudo quantitativo dessas relações.

Ao tratar do estudo da fala, Labov (1983), afirma que existem quatro dificuldades que são distintas e que sempre trouxeram conseqüências na prática lingüística. Primeiramente, ele vai falar sobre a *agramaticalidade da fala*, citando que, numa determinada época, foi afirmado pelos lingüistas da escola de Bloomfield que os falantes nativos jamais cometeriam erros. Essa fala, no entanto, estaria cheia de formas agramaticais, já que por terem dificuldades de atuação, o falante ficava impedido de desenvolver a sua competência total. Logo a seguir ele vai falar sobre a *variação na fala e na comunidade lingüística*. É normal que uma língua tenha várias maneiras para se dizer a mesma coisa. Algumas palavras podem ter o mesmo referente, outras possuem mais de uma pronúncia e até mais de uma opção sintática. Uma análise formal atualmente nos indica duas opções que são:

(1) atribuir las variantes a sistemas diferentes, y considerar las alternancias como un ejemplo de mezcla dialectal o de permutación de códigos; (2) las variantes están en variación libres en el mismo sistema, y la selección se opera por debajo del plano de la estructura lingüística. (Labov, 1983, p. 241)

Para Labov (1983), as duas perspectivas estão situadas fora do sistema lingüístico, que é estudado. Na verdade, em diversas situações há uma adaptação a uma ou a outra alternativa. Quando o falante se move de um conjunto de regras que são consistentes para outro, podemos perceber que há um caso verdadeiro de mudança de norma. No caso de uma variação livre, o falante não se move totalmente.

No estudo do inglês de Norwich realizado, também, por Labov (1966), citado por Chambers e Trudgill (1994) é investigada a variável (ng) do sufixo *-ing* (*walking, going, reading, woking*), que alternam em sua pronúncia de /ŋ / a /n/, possuindo então duas variantes. A mostra continha sessenta falantes, que foram classificados em cinco grupos, de acordo com a classe social a que pertenciam: Classe Média Média (CMM); Classe Média Baixa (CMB); Classe Trabalhadora Alta (CTA); Classe Trabalhadora Média (CTM) e Classe Trabalhadora Baixa (CTB). Também foram observados a ocupação, renda, nível educacional, ocupação dos pais, residência e localidade e verificou-se que aqueles que pertenciam à classe média faziam trabalhos não manuais e os da classe trabalhadora, manuais. Dessa maneira é possível fazer uma correlação, medindo os dados lingüísticos e as características

sociais dos informantes. Assim foi mostrado que há uma relação entre o uso de uma variável e o fato de se pertencer à determinada classe social. No entanto, devemos levar em conta que ambas as variáveis estudadas são usadas por todos os grupos, porém em diferentes proporções, de acordo com a classe social determinada.

También tenemos que admitir que ya se veía claramente antes de que se efectuaran estudios dialectales urbanos de este tipo, que existía una clara relación entre pronunciación e clase social. (Chambers e Trudgill, 1994, p. 99)

Também a entrevista gravada apresenta-se como uma das técnicas mais freqüentes para se obter os dados necessários na sociolinguística quantitativa, de acordo com Silva-Corvalán (1988).

Quanto à gravação de entrevistas, uma outra dificuldade que Labov (1983) trata está relacionada à *dificuldade de audição e gravação*. Os dados são registrados em locais isolados acusticamente, nas melhores condições de audição e gravação. Enquanto que, nos trabalhos de campo, encontramos interferências, ruídos da casa ou da rua etc. No entanto, se o informante se encontra em condições ideais, também sua fala será mais formal, o que deve ser evitado. Ele também fala sobre a *escassez das formas sintáticas*, lembrando que o desenvolvimento de uma teoria linguística com poucos dados são maiores do que todas essas outras dificuldades citadas anteriormente, em se tratando do estudo de uma determinada comunidade linguística. O fato é que a agramaticalidade da fala cotidiana é um mito sem bases de dados reais e a existência de variações e estruturas heterogêneas nas comunidades linguísticas observadas é uma realidade já estabelecida. Quanto ao problema da gravação da fala em situações naturais, é uma questão técnica. O desenvolvimento de equipamentos modernos, gravadores digitais, por exemplo, tem possibilitado obter excelentes resultados nos trabalhos de campo. Outro problema a ser resolvido é a *escassez das formas gramaticais*, cujo valor de prova é muito necessário.

O estudo da linguagem em seu contexto social, na atualidade, conta com um bom número de trabalhos empíricos publicados, demonstrando convincentemente que o estudo direto da linguagem é um procedimento prático e muito frutífero. Como

toda teoria lingüística, o estudo da linguagem em seu contexto social levanta também a mesma série de problemas. Labov (1983) nos apresenta cinco questões gerais:

1. ¿Cuál es la forma de las reglas lingüística? ¿Y qué constricciones deben imponérseles?
2. ¿Sobre qué formas subyacentes operan las reglas, y como podemos determinarlas con precisión en cada caso concreto?
3. ¿Cómo se combinan las reglas en sistemas? ¿Y cómo se ordenan en el interior de dichos sistemas?
4. ¿Cómo se relacionan entre si los sistemas en situaciones de bilingüismo y sistematicidad múltiple?
5. ¿Cómo cambian las reglas y los sistemas de reglas? ¿Cuál es el mecanismo de los procesos fundamentales de la adquisición del lenguaje? ¿Cómo cambian las reglas a lo largo de la evolución lingüística générale? (Labov, 1983, p. 262 a 263)

A investigação numa comunidade lingüística envolve várias etapas. De acordo com Labov (1983), devemos primeiramente localizar e entrar em contato com os informantes e convencê-los a falar livremente através de uma entrevista gravada. Não é uma etapa tão simples quanto parece. Quanto à classificação dos informantes, Chambers e Trudgill (1994) dizem que são poucos os problemas para reunir as pessoas por idade ou sexo, sendo que não podemos esquecer a diferenciação de acordo com a classe social, quando se tratar de uma comunidade urbana. Nesta, onde os dados são conversacionais e não somente respostas a questionários, é praticamente impossível não levarmos em conta a variação lingüística. Também são elaborados procedimentos e técnicas, em que estão inseridos princípios importantíssimos do comportamento lingüístico e social. Através de uma análise minuciosa da metodologia e das descobertas neste terreno, entramos em contato com a natureza do discurso e as funções da linguagem. É estabelecida a questão sociolingüística fundamental a partir do momento em que surge a pergunta sobre porque alguém disse tal coisa. No entanto, o cenário em que acontecem os problemas básicos não são vistos através da mostra ou da forma como foi gravada. Deve-se ter uma boa gravação, principalmente para a análise gramatical do discurso natural. Depois as notas manuscritas devem servir de análise para a localização das variantes que serão estudadas. É muito importante, também, o momento de aproximação inicial com a comunidade lingüística, pois isso irá definir

a quantidade de gravações em que o falante faça uso de um discurso natural da língua.

Podemos estabelecer cinco máximas metodológicas confirmados por descobertas em trabalhos de campo que nos conduzem a um paradoxo metodológico. Esse é o principal problema, a ser solucionado, encontrado no método. Labov (1983) trata desses cinco pontos importantíssimos num estudo lingüístico. Inicialmente, ele vai abordar a *alternância estilística*, afirmando que não existem falantes de estilos únicos. Além disso, certos informantes possuem um campo de alternância estilística maior do que outros. No entanto, todo falante, ao ser entrevistado mostra uma modificação de alguma variável, conforme muda o contexto social e o tema. Isso pode ser percebido quando os falantes se autocorrigem, por exemplo. Outra questão é a *atenção*, pois enquanto muitos estilos e dimensões estilísticas podem ser percebidos por um analista, outros estilos não podem ser percebidos apenas pela atenção que se presta ao discurso, pois os estilos não podem ser enfileirados numa só dimensão. Há também o autocontrole auditivo do próprio falante, além de outras formas de controle do discurso que ele utiliza. Isso pode ser percebido pelo fato de que quando os falantes estão num discurso casual, sem muita formalidade, apresentam o mesmo nível, em relação a muitas variáveis importantes quando estão falando sob um ponto de vista emocional. Isso é explicado porque eles encontram-se num contexto em que não dão atenção ao controle do próprio discurso. Ao falar sobre o vernáculo, Labov (1983), nos diz que:

Algunos estilos muestran pautas fonológicas y gramaticales irregulares, con un gran componente de hipercorrección. En otros estilos, encontramos un discurso más sistemático, donde relaciones fundamentales que determina el curso de la evolución lingüística aparecen con más claridad. (Labov, 1983, p. 265)

Encontramos, então, o *vernáculo*, que é o estilo em que não se presta tanta atenção no controle do discurso. Ao observarmos esse elemento originário, encontraremos os dados mais sistemáticos para a análise da estrutura lingüística. Quando o falante está sendo observado de forma sistemática, temos um contexto formal. A *formalidade* é outro ponto apresentado por Labov (1983) em relação à entrevista de campo. No seu desenvolvimento, ao se pedir ou ouvir a informação, temos que

encontrar o elemento vernáculo. Por mais que o falante se dirija ao entrevistador com um caráter casual ou amistoso, devemos sempre supor que ele possui um discurso muito mais casual, um estilo que é utilizado quando brinca, caçoa com seus amigos ou discute com sua mulher ou filhos. Apesar de termos outros métodos que podem ser empregados para a obtenção de amostras da fala, como sessões de grupo ou gravações anônimas, por exemplo, Labov (1983) afirma que a única maneira de obter dados valiosos sobre o discurso de alguém é por meio de uma entrevista gravada, que é o tipo mais claro de uma observação sistemática da língua. Observando as mudanças que acontecem atualmente, Labov (1983) afirma que existem fatores que escapam a nossa compreensão, como as variações que às vezes supera a nossa capacidade de direção, principalmente quando são utilizados fenômenos não sistemáticos, explicáveis com dados que foram recolhidos em condições impróprias no momento da indagação lingüística. Por isso é necessário muito rigor na análise de uma população e na seleção de cada informante para a realização de uma pesquisa sociolingüística.

Existem outros meios, afirma Labov (1983), como as entrevistas *breves e anônimas*, em que não são conhecidas totalmente a identidade e a situação demográfica do sujeito. São observadas sistematicamente, de maneira anônima, pequenas conversações que não são definidas como entrevistas. Também é possível, em breve período de tempo, estudar uma grande quantidade de pessoas, sendo que a sua identidade social será definida com precisão, graças à situação objetiva, o que vem a gerar descobertas de grande importância. Dessa forma, podemos registrar um grande número de traços constantes e variáveis de uma grande quantidade de pessoa em trens, ônibus, filas, zoológicos e outros lugares públicos. Do mesmo modo, podemos obter dados sistemáticos do rádio e da televisão. O problema nesse caso diz respeito ao estilo que sempre se configura como mais formal do que nas entrevistas cara a cara. As perguntas sobre a linguagem é um tema que faz com que o falante se preocupe com a maneira como está falando.

As atitudes sociais que dizem respeito à língua, como nos diz Labov (1983), foram distinguidas através de uma grande quantidade de testes formais, como os testes de origem familiar, pequenas gravações de falantes típicos identificando sua origem étnica, raça, classe social. Isso pode nos levar, a partir do discurso, a sabermos se a informação social é acessível ou não ao ouvinte, no entanto não nos

informa se essa informação se encontra na gramática do falante, em sua fonologia, em sua entonação, ou em sua qualidade de voz. É apresentada uma seqüência gravada com vozes das mesmas pessoas empregando línguas e dialetos diferentes. São emitidos, então, pelo indivíduo, juízos sobre a personalidade dos falantes e também as suas atitudes sociais, relacionado-as e diferenciando-as, de acordo com a linguagem, em relação à honestidade, à confiabilidade, à inteligência, dentre outras coisas. Labov (1983) também nos fala sobre os *testes de autoavaliação*. Ao serem perguntados sobre a sua forma de falar, geralmente as respostas têm relação com a forma que crêem de maior prestígio e não com a forma que usam no cotidiano. É possível pesquisar a consciência que os falantes têm das suas variantes sociais, que são claramente estigmatizadas por causa da correção escolar. Ao propor que corrijam frases que se afastam dos modelos da escola. No entanto, quando se pede ao indivíduo que corrija formas de prestígio ou *standard*, o falante não consegue ver as regras que não são consideradas padrão. O teste de *correção vernácula* que Labov (1983) nos apresenta mostra que as formas consideradas de prestígio são preferidas pelo falante.

Isso nos leva a perceber que a norma de autocontrole em relação à forma não *standard*, que os indivíduos utilizavam quando eram crianças, foi substituída pela norma de prestígio, de modo que haverá sempre uma preferência pelas regras estandardizadas. Labov (1983), então afirma que:

Este resultado refleje un importante axioma de la *permutación vernácula*: *siempre que un dialecto subordinado esta en contacto con un dialecto de rango superior, las respuestas dadas en una situación formal de teste se desplazan del primero al segundo de forma irregular y asistemática*. Los términos “superior” y “subordinado” hacen referencia en este a la dimensión social jerárquica equivalente a “prestigio” y “estigmatización”. (Labov, 1983, p. 271)

Para diminuir esse efeito e gradualmente ir conseguindo respostas com características da língua vernácula pura, alguns lingüistas acham, como nos diz Labov (1983), que ao educar o informante, informando-lhe as metas da análise, podem conseguir diminuir esse efeito. Só que o indivíduo ao ter conhecimento do dialeto de prestígio evita qualquer forma vernácula idêntica ou semelhante à *standard*, produzindo formas estereotipadas, diferentes das que normalmente falaria.

Outra coisa que pode acontecer também é o falante ser influenciado pela linguagem *standard* durante a entrevista.

Citando o trabalho de Labov e Waletzky⁹⁶, Silva-Corvalán (1988) nos apresenta a variação em tipos de discurso, através do estudo de narrativas orais que têm sido centro de interesse de lingüistas, antropólogos, educadores e sociólogos. A narrativa oral seria um método de contar uma experiência do passado fazendo coincidir uma seqüência verbal de preceitos com a seqüência de feitos que ocorreram na realidade, possuindo resumo, orientação, conflito, avaliação, resolução e coda. A avaliação é considerada um elemento de grande importância na narrativa, pois é um mecanismo que faz com que a história pareça interessante, ressaltando a importância relativa das ações ocorridas e comunicando a idéia vale a pena contar porque o que ocorreu foi perigoso, maravilhoso, divertido, estranho ou mesmo fora do usual. Para Silva-Corvalán (1988), de acordo com a metodologia sociolingüística não há uma receita para se iniciar uma investigação, mas primeiramente consiste na observação da comunidade e levantar uma hipótese de trabalho, selecionar os falantes, recolher os dados e analisá-los identificando a variável e o contexto em que ela ocorre, codificar, quantificar através de procedimentos estatísticos e, uma vez concluído o trabalho, interpretar os resultados obtidos.

Ao falar sobre a sociolingüística quantitativa, Silva-Corvalán (1988) afirma que os estudos quantitativos visam a explicar a variável inerente nos sistemas lingüísticos, e são de extrema importância para a sociolingüística. Mais uma vez, aparece a questão relacionada à homogeneidade da língua como algo inexistente:

La sociolingüística cuantitativa, en cambio, há mostrado que la homogeneidad es una falácia y que es posible incorporar la descripción de fenómenos variables como parte de la descripción de una lengua que se concibe como un sistema cuya heterogeneidad no es arbitraria ni errática, sino submetida a reglas. (Silva-Corvalán, 1988, p. 59)

A partir daí, ela cita exemplos em que foram aplicados os métodos sociolingüísticos de pesquisa, como o de Cedergren no Panamá, realizado em 1973, em que procura dar informações estatísticas em relação às influências de fatores lingüísticos e

⁹⁶ LABOV, William y WALLEZKY, J. (1968). Narrative analysis: Oral versions of personal experience. *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press. p. 12 a 44.

extralingüísticos sobre um ou outro alófono de um determinado fonema. Nesta pesquisa, os falantes foram estratificados em quatro grupos, de acordo com o nível socioeconômico, a idade, o sexo e origem geográfica, seguindo o paradigma analítico de Labov.

Em relação à sociolingüística quantitativa, segundo Silva-Corvalán (1988), há uma grande objeção do ponto de vista da noção de sistema, já que esta se concentra na fala e perderia o que é distintivo em um dado sistema lingüístico. Também, enquanto os dados da sociolingüística são concretos, a língua e a competência lingüística são conceitos abstratos e ideais. No entanto, os sociolingüistas têm demonstrado que a fala não é totalmente casual nem imprevisível, mas sim sujeitas a regras que condicionam sua variabilidade. Além disso, ela afirma que a distinção vai mais além do nível lingüístico, podendo também ser identificada nos níveis semântico-pragmático, social e estilístico. Os estudos quantitativos trazem, então, informações sobre como a comunidade é estruturada, através da frequência de traços *standard* ou *não-standard* em diferentes grupos, indicando a existência de diferenças sociais, como a classe, a raça, o sexo, a idade, etc. Isso permite, pois, propor hipóteses sobre o porquê de certas mudanças acontecerem e como são difundidos em uma comunidade através do tempo e os mecanismos lingüísticos e/ou sociais que contribuem para o seu favorecimento. Sendo assim, de acordo com Silva-Corvalán (1988), os sociolingüistas não estão preocupados em descrever o fenômeno fonológico ou a variação sintática, mas buscam uma explicação para a opção feita pelos falantes entre uma forma ou outra e quais os fatores, tanto internos quanto externos, que influenciaram na escolha da variável. O interesse maior é explicar por que a língua oferece a possibilidade de variação e o que leva o falante a utilizá-la em um determinado discurso e como o contexto motivaria a escolha entre uma ou outra forma.

No entanto, ao observar o informante, pode-se criar uma situação de formalidade entre o entrevistador e este, em que o informante dirige sua atenção para o modo de falar. Esse será o assunto abordado a seguir.

3.3.4.1 O paradoxo do observador

Ao serem gravadas as entrevistas, acontecia o que Labov (1983) chamou de *Paradoxo do Observador*, em que o entrevistado procurava dirigir sua atenção para o modo de falar, fazendo com que a informalidade esperada não fosse alcançada. A pesquisa lingüística em uma comunidade tem como objetivo falar com as pessoas sem estas estarem sendo sistematicamente observadas. No entanto, somente através da observação sistemática podemos obter os dados que precisamos. Temos então o *Paradoxo do Observador*. Mas esse não é um problema sem solução. É necessário acrescentar outros dados para completar a entrevista formal e também procurar mudar a situação. Para isso é necessário gravar a conversa fora do contexto formal da entrevista. Labov (1983) diz que uma forma de superar esse paradoxo seria desviar a atenção do falante do seu discurso, distraí-lo, para que ele possa se aproximar de uma fala mais vernácula. O informante deve estar à vontade e, através de intervalos e cortes definidos, supor inconscientemente não estar sendo observado. Devem ser abordados temas e questões referentes a emoções do passado, fazendo-o entrar em outros contextos. O perigo de morte é uma situação muito oportuna para que o falante exponha suas emoções, mudando de contexto, ao ser questionado se já passou por algo semelhante. Ao narrar esse tipo de acontecimento, o falante se desliga de um discurso mais cuidado, aproximando-se do vernáculo. Para evitar as respostas do tipo sim/não, quando o informante resiste a uma fala mais espontânea, o entrevistador deve sempre interrogar com frases como *o que aconteceu?*, *o que se passou?*

Há, segundo Labov (1983), um problema metodológico considerado clássico para todos aqueles que se dedicam ao estudo da linguagem em seu contexto social, que é o meio empregado para o recolhimento dos dados interferindo nesses mesmos dados. A entrevista gravada é um dos principais métodos primordiais para recolher os dados que são importantes em relação à fala de uma pessoa. No entanto, a fala de uma entrevista é muito mais formal em comparação com a fala cotidiana, pois representa um discurso dirigido e controlado através de uma resposta à presença de um observador que é estranho ao entrevistado. Esse é um dos principais pontos de questionamento a respeito da entrevista gravada como sendo ou não um resultado de interação entre o entrevistador e o sujeito. Labov (1983) diz que uma maneira para se ter um controle dessa situação é estudar o contexto social em que o sujeito está inserido, em sua família ou grupo de amigos, ou verificar como é utilizada publicamente a língua no seu cotidiano numa situação que difere da

entrevista, observando como ela é utilizada num ambiente em que não há uma observação direta e explícita. Ele também fala sobre a importância de um emprego metodológico de uma observação efêmera e anônima visando um estudo das estruturas sociolingüísticas da comunidade dos falantes. Ao abordar a convergência entre os seus estudos realizados em Lower East Side e nas grandes lojas de Nova York, Labov (1983) indica-nos a solução para o *Paradoxo do Observador*. Para isso, declarou como meta de seu trabalho observar o falante ao utilizar a linguagem sem a presença de um observador. Desse modo, trabalhou com métodos que se aproximassem dessa meta, numa tentativa de superar o *Paradoxo do Observador*. Como conseguir deixar o falante se sentir em seu cotidiano e usar a linguagem como usaria com seus amigos ou colegas de trabalho? A presença do observador, a gravação de uma entrevista, deixa o falante numa situação mais formal, que foge àquela em que ele vive no dia a dia. Quanto mais natural e informal for o ambiente da conversa, mais se alcançará um resultado, numa estrutura que exista independente do observador, e estaremos partindo de direções que nos levem a superar esse paradoxo.

A seguir estaremos analisando a comunidade de fala estudada em nossa pesquisa variacionista sobre o parâmetro do sujeito nulo no português popular do Brasil.

3.3.5 Comunidade de fala: breve histórico do município de Poções

O município de Poções, situado na região Sudoeste da Bahia, a 456 Km de Salvador, foi povoado a partir da primeira metade do século XVIII, em torno de 1732. Segundo Silva (2005) a ocupação da região foi resultado de incursões bandeirantes que partiram pelo interior da colônia em busca de ouro e outras pedras preciosas. Depois passaram a residir na área, onde passaram a praticar a pecuária e a agricultura, destacando-se o cultivo do algodão.

As incursões aumentaram o controle da coroa portuguesa na região. A partir daí surgiram pequenos povoados originados de pedaços de terra da casa do fundador ou desbravador e a igreja dedicada ao padroeiro. Além do imigrante europeu, Silva (2005) diz que historiadores indicam que os verdadeiros donos daquelas terras eram os índios mongoiós, uma ramificação dos Camacãs, do grupo

Gê, que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores. Esses indígenas cultivavam a banana, milho e mandioca, cujas tarefas eram divididas por sexo. Como aconteceu em todo o Brasil, os índios mongoiós sofreram violência física e cultural dos colonizadores portugueses, que tudo faziam para obter pedras preciosas e terra para a criação de gado.

Quanto aos negros, há alguns registros que indicam a vinda de alguns escravos de Angola e Moçambique e também de negros nascidos no Brasil. Silva (2005) cita uma carta com data de 12 de agosto de 1780, de Manuel da Cunha Menezes, ex-governador da Capitania da Bahia, à Coroa Portuguesa, afirmando que um João Gonçalves convivia harmoniosamente num rancho com 60 pessoas, entre agregados e escravos. Outros documentos relatam que esses escravos levados para a região teriam vindo de Angola e Moçambique. Dessa forma, o quadro social era composto por brancos europeus e brasileiros, índios, principalmente mongoiós e negros escravos, tanto vindos da África quanto nascidos no Brasil.

A Vila de Poções foi criada há 127 anos, em 26 de junho de 1880, desmembrada de Vitória da Conquista. A sede municipal foi transferida, em 1903, para a povoação de Boa Nova, o que alterou também o nome do município, passando a designar-se também Boa Nova. Mas Poções retomou a sede, em 20 de junho de 1918, e o nome do município retornou à denominação anterior. Em 1921 a sede foi transferida novamente para o povoado de Boa Nova e, em 1922, uma Lei Estadual desmembrava o território de Poções de Boa Nova. A partir daí foi instaurado o município, com a denominação de Poções. A sede do município que se tornou freguesia com a invocação do Divino Espírito Santo, em 1878, foi, em 30 de março de 1938, elevado à categoria de cidade por decreto-lei estadual.

Segundo a tradição oral, o nome Poções, é devido à existência de grande quantidade de poços na área onde hoje se encontra o centro da cidade. Anterior à essa denominação, o município foi inicialmente conhecido como Distrito de Vila de Poções, Poções e Djalma Dutra, em 1943, o que foi rejeitado pela população local, voltando a finalmente ser denominado Poções. O município possui uma área de 962,86 Km² e é limítrofe com os municípios de Iguai, Nova Canaã, Boa Nova e Bom Jesus da Serra. Segundo o IBGE, Poções possui uma população estimada, em 01/07/2005, em 48.210 habitantes. A maioria dessa população mora na zona urbana, sendo que 1/3 reside na zona rural. Os dados do Censo 2000, sobre

população e domicílios, indicavam que, de 35.075 pessoas residentes, a partir de 10 anos de idade, 17.796 são de mulheres e 17.279 de homens.

O município de Poções, atualmente, é composto da sede do município e somente dois distritos: Morrinhos e Bandeira Nova. Há também os povoados de Lagoa da Serra, Bernardino, São José, São João e Duas Vendas. A cidade encontra-se num terreno de uma depressão, em forma de bacia. As moradias concentram-se na parte alta, enquanto que o comércio fica na parte mais baixa da cidade. Além do centro da cidade, há vários bairros, denominados: Alto do Indaiá, Santa Rita, Primavera, Tiradentes, Lagoa Grande e São José, Alto da Vitória, Bela Vista, Santa Felicidade, Açude, Tigre, Joaquim Mascarenhas, Boa Nova, São Paulo, Poçõesinho, Recreio, URBIS, Alto do Paraíso. A cidade, tem crescido e se modificado, recebendo um número maior de migrantes. Porém, as impressões parecem as mesmas de quarenta anos atrás. Toda a cidade continua calma. Poucas pessoas circulam nas ruas. O centro atrai população jovem para o lazer, principalmente aos domingos à noite.

Em relação ao grau de instrução, segundo dados do Censo de 2000/2001, de uma amostra de 44.213 habitantes, havia 10.292 pessoas residentes, a partir dos 10 anos de idade sem instrução e menos de 1 ano de estudo. Em 2004, segundo dados do IBGE, havia 10.230 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 384 docentes, e 2.506, no Ensino Médio e 112 docentes.

A região possui uma topografia bastante acidentada, sendo recortada por várias serras, dentre as quais se destacam: Ouricana, Espeto, Umbuzeiros, Bom Jesus, dentre outras. É cortada pelos rios do Vigário, das Mulheres, São José e Ouricana. Existem várias quedas d'água e cachoeiras: dentre elas a Bandeira e Sete Voltas. Possui um clima frio e seco no inverno, e temperado no verão. Chuvas abundantes são registradas nos meses de outubro a dezembro. A principal riqueza mineral é o amianto, que tem gerado inúmeros protestos de ambientalistas e instituições de preservação do meio ambiente. Encontra-se, ainda, cristal de rocha, mica, ferro e grafite.

A Festa do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade, é o ponto alto das festividades de Poções. O evento ocorre no mês de maio com procissão pelas principais ruas da cidade, com novenas e shows na praça em frente à Igreja do Divino Espírito Santo, construída no século XIX. A Chegada da Bandeira é uma das principais atrações, quando há desfiles de cavaleiros com bandeiras coloridas,

representando grupos da região, e a apresentação da Filarmônica Primavera. Em junho, acontecem as festas juninas, principalmente o São João, com queima de fogueiras e apresentação de quadrilhas por toda a cidade. A folia de reis é preservada através do reisado, manifestação popular em torno da louvação dos reis Magos ao Menino Jesus, que ocorre em janeiro. Além dessa manifestação folclórica, há violeiros, sanfoneiros e tantos cantadores espalhados por todo o município. Os pratos típicos do município são o arroz tropeiro, feijão de tropeiro, canjica, cuscuz, sarapatel, buchada, viúva, fatada, vatapá e o tradicional ensopado de bode de Bom Jesus da Serra.

3.3.5.1 O distrito de Morrinhos

O povoado ou distrito de Morrinhos localiza-se a 10 Km de Poções, sede do município, às margens do Rio das Mulheres. Segundo Silva (2005) a sua história está associada a ocupação do Sertão das Ressacas pelos bandeirantes. A área também fazia parte das terras ocupadas pelos índios mongoiós, mas foi tomada pelo capitão Raimundo Gonçalves da Costa, filho do bandeirante João Gonçalves. Inicialmente uma fazenda, Morrinhos serviu como um importante ponto de apoio para as atividades desenvolvidas na zona da mata. Por muito tempo foi passagem de boiadas e tropeiros que se destinavam a abastecer outras regiões do estado. Os transeuntes acabaram se fixando na região a fim de desenvolverem atividades agrícolas e pecuárias, já que o local apresenta terras férteis, o que contribuiu positivamente no desenvolvimento do município. Mas do ponto de vista político, a Fazenda Morrinhos teve pouca influência, a ponto de um juiz de direito e historiador, Tranquilino Torres, fazer referência ao local como um distrito insignificante.

Ao pesquisar inventários lavrados em cartórios da época, Silva (2005) afirma que Morrinhos possuía intensa atividade econômica, o que é confirmado pela presença de profissionais especializados em atividades valorizadas numa atividade rural, como escravos que eram marceneiros, ferreiros e oleiros. O povoado de Morrinhos obteve um certo prestígio para a época, daí surgindo a tese de que o município de Poções surgiu da Fazenda Morrinhos. A construção das igrejas de cada comunidade, no entanto, indicam que isso não pode ser considerado como provável, já que a igreja de Santo Antônio de Morrinhos foi construída em 1883,

enquanto a Capela de Nossa Senhora da Lapinha, atual Igreja do Divino Espírito Santo teve iniciada a sua construção em 1830, tendo sido concluída em 1872. Atualmente, o distrito possui uma barragem de grande importância para o desenvolvimento agrícola e pecuário da região. Assim como a sede do município, Morrinhos também se formou dentro da realidade lingüística brasileira, tendo sido formado através da contribuição dos índios mongoiós, negros escravos e brancos, tanto portugueses quanto brasileiros, que eram denominados de bandeirantes.

Morrinhos possui apenas escolas de nível fundamental (1ª a 4ª séries), que são mantidas pela prefeitura de Poções. Aqueles que pretendem cursar o Ensino Fundamental (5ª à 8ª) e o Ensino Médio, devem se dirigir a Poções. O povoado possui um cemitério e um posto de saúde, dirigido por um agente comunitário, como afirma Silva (2005). Quanto à formas de lazer, limitam-se ao futebol. Os mais jovens são influenciados pelos valores dos grandes centros, não só Poções, como também Salvador e São Paulo, em oposição aos valores dos mais velhos, pais e avós. Muitos saem em busca de uma vida melhor, já que a comunidade tem como fonte de renda a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais, além da aposentadoria dos idosos. Em muitos casos, estes são responsáveis pelo sustento de toda a família.

Estaremos abordando, a seguir, a amostra de falas (entrevistas), a caracterização dos informantes e o processamento quantitativo dos dados.

3.3.6 Amostras de falas: entrevistas

O *corpus* inicial desse estudo provém de gravações feitas entre 2004 e 2006, com 24 informantes do município de Poções, sendo 12 na zona urbana e 12 na zona rural, analfabetos ou semi-analfabetos, distribuídos em 3 faixas etárias: de 24 a 35 anos, de 45 a 55 anos e de 65 anos em diante. O espaço de aproximadamente uma geração entre as faixas etárias permite uma observação em *tempo aparente*, para fazer um diagnóstico sobre o processo de variação e mudança. Cada faixa etária é composta por 4 informantes do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Acreditamos que o quadro que se formará a partir da fala de informantes com baixo nível de escolaridade, usuários do português popular do Brasil em seu dia a dia, no trabalho,

no contato com a família e com os amigos, será bastante revelador do estágio em que se encontra o processo de mudança que está sendo analisado em nossos estudos. Como sabemos, o uso do sujeito pronominal ou do sujeito nulo não está associado a nenhum estigma, por isso esperamos que os resultados sejam um reflexo real da situação da variável.

Buscando verificar a implementação do uso do sujeito pronominal, faremos uma comparação entre os resultados encontrados e os trabalhos de Duarte (1985) e Lucchesi (2004) sobre o parâmetro do sujeito nulo na norma culta e no português afro-brasileiro, respectivamente.

3.3.6.1 Caracterização dos informantes

Partindo do princípio de que os falantes do português popular do Brasil caracterizam-se por possuir um baixo nível de escolaridade, procuramos na escolha dos informantes selecionar aqueles que eram analfabetos ou semi-analfabetos, possuindo uma formação primária incompleta. Nossos estudos compreenderam a investigação do comportamento lingüístico das camadas populares da zona urbana e da zona rural do município de Poções, no interior do estado da Bahia, buscando analisar a utilização do sujeito pronominal nos falantes do português popular do Brasil.

Com base em uma ficha do informante para ser aplicada em trabalhos de campo, elaborada por nosso orientador Prof. Dr. Dante Lucchesi foram montados os quadros seguintes:

Quadro1 - Informantes urbanos do município de Poções - BA.

CÓDIGO	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	INFORMANTE
SP01	M	25 anos	Semi-analfabeto	pedreiro	F.M.J
SP02	M	31 anos	Semi-analfabeto	ajudante	G.B.S
SP03	F	35 anos	Semi-analfabeta	feirante	N.A.R.S.
SP04	F	29 anos	Semi-analfabeta	dona de casa	L.P.S.
SP05	M	45 anos	Semi-analfabeto	pedreiro	V.J.

SP06	M	51 anos	Semi-analfabeto	guarda	O.A.O.
SP07	F	51 anos	Semi-analfabeta	doméstica	J.G.O.
SPO8	F	56 anos	Analfabeta	dona de casa	G.S.R.
SP09	M	66 anos	Semi-analfabeto	soldador	H.S.
SP10	M	64 anos	Analfabeto	pedreiro	J.O.
SP11	F	84 anos	Analfabeta	dona de casa	A.M.J.
SP12	F	66 anos	Analfabeta	artesã e lavadeira	B.J.F.

O Quadro 1 apresenta as características dos informantes da comunidade de Poções. Podemos observar que todos desenvolvem atividades relacionadas à vida urbana, apesar de todos possuírem um baixo grau de escolaridade, sendo analfabetos ou semi-analfabetos.

Quadro 2 - Informantes rurais do Povoado de Morrinhos (município de Poções - BA)

CÓDIGO	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	INFORMANTE
SM01	M	25 anos	Semi-analfabeto	serviços gerais	A.F.P.
SM02	M	28 anos	Semi-analfabeto	pedreiro	J.J.
SM03	F	20 anos	Semi-analfabeta	dona de casa	R.R.S.
SM04	F	26 anos	Semi-analfabeta	doméstica	M.C.J.
SM05	M	46 anos	Analfabeto	pedreiro	V.F.S.
SM06	M	52 anos	Analfabeto	agricultor	I.J.
SM07	F	55 anos	Analfabeta	dona de casa	V.M.J.
SMO8	F	50 anos	Analfabeta	dona de casa	Z.S.S.
SM09	M	65 anos	Analfabeto	agricultor	A.J.N.
SM10	M	71 anos	Analfabeto	agricultor	A.F.

				aposentado	
SM11	F	76 anos	Analfabeta	agricultora	I.M.
SM12	F	70 anos	Analfabeta	agricultora aposentada	V.F.

Podemos observar no Quadro 2 que os informantes da comunidade de Morrinhos, em sua maioria exercem atividades rurais ou domésticas, como donas de casa. Dois dos entrevistados exercem a função de pedreiro e de empregada doméstica, atividades desenvolvidas na cidade. No entanto, todos mantêm uma relação com a zona rural e convivem nesse ambiente.

3.3.7 Tipos de entrevistas

Foram realizadas entrevistas da maneira mais informal possível, deixando que os informantes guiassem o curso da conversa, de acordo com o seu interesse. Inicialmente foi feito um questionamento com o intuito de buscar as informações básicas sobre o informante, como nome completo, endereço, idade, naturalidade, sexo, profissão, nível de escolaridade, estada fora da comunidade, acesso aos meios de comunicação de massa, se morador da zona urbana ou rural etc.

Logo após iniciou-se a conversa, em que foram abordados vários temas de interesse do informante, como a sua infância e juventude, a família, a escola, o trabalho, o seu dia a dia, as festas locais, os vizinhos, a vida religiosa, casos de doenças e mortes, de modo que o informante apresentasse uma narrativa de sua vida e da vida em comunidade. Isso levou o informante a rever e refletir também sobre momentos vividos no seu convívio social. Ao abordar esses temas, buscou-se também informações que pudessem ser úteis na análise das variáveis extralingüísticas, que são muito importantes no estudo da língua de uma determinada comunidade.

Algumas entrevistas foram realizadas por dois documentadores que interagiram com o entrevistador, mas algumas foram feitas só por um entrevistador. As entrevistas foram realizadas no local de residência dos falantes, em suas casas e nos locais onde se sentissem mais à vontade: sala, quintal, varandas.

3.3.8 Processamento quantitativo dos dados

Depois de executadas as 24 entrevistas com falantes do português popular brasileiro no município de Poções, Bahia, 12 de falantes da zona urbana e 12 da zona rural, passou-se à audição e transcrição das fitas. A transcrição foi feita por estudantes bolsistas participantes do Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia. Para isso foi usada a Chave de Transcrição elaborada por nosso orientador Prof. Dr. Dante Lucchesi. Foi utilizada a transcrição grafemática, já que foram considerados como relevantes os fatos lingüísticos relacionados à fala dos informantes.

Logo após, foram levantadas as ocorrências, no *corpus* constituído para a análise quantitativa da presença ou ausência do sujeito pronominal nas orações constituídas por verbos finitos. A partir daí, essas ocorrências foram codificadas e processadas no programa de regras variáveis VARBRUL, que apresentou os resultados de que dispomos para os nossos estudos e que se encontram, a seguir, nas tabelas apresentadas na nossa análise dos dados. Além da porcentagem de ocorrências, também se estabeleceu um peso relativo para definir a interferência (peso) de cada fator lingüístico ou extralingüístico, considerando-se a ação simultânea de todos os fatores que afetam a produção verbal do falante no momento de cada ocorrência.

A seguir falaremos sobre a análise dos dados colhidos e codificados, além dos resultados obtidos depois de processados no programa de regras variáveis VARBRUL.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DE DADOS

Neste estudo variacionista, procuramos investigar fatores lingüísticos e extralingüísticos que condicionam a presença ou a ausência do sujeito pronominal no português popular do interior do estado da Bahia. Analisamos, então, os contextos que constituem o encaixamento estrutural da realização do sujeito pronominal na comunidade de fala estudada. Para realizar a análise dessa variável, foram utilizados os seguintes fatores lingüísticos:

- a) a pessoa do discurso;
- b) os morfemas de número e pessoa do verbo;
- c) o traço semântico [+/- humano];
- d) o tipo de oração;
- e) a menção anterior ao sujeito;
- f) a localização em relação ao antecedente;
- g) a topicalização do sujeito.

Ao serem submetidos ao programa de regras variáveis VARBRUL, que atribui um peso relativo a cada fator, mensurando a interferência simultânea de todos os fatores, com a finalidade de verificar a sua correlação com a realização ou não do sujeito pronominal, não foram considerados significativos, em termos estatísticos, os seguintes grupos de fatores estruturais:

- a) o tipo de verbo;
- b) presença de constituinte à esquerda do verbo.

Em relação às variáveis sociais, foi recusado o fator grau de escolaridade. Isso se explica porque todos os entrevistados ou eram analfabetos ou semi-analfabetos, o que não atribuiu uma significância a essa variável.

A seguir analisaremos os dados detalhando cada variável e apresentando exemplos ilustrativos retirados do *corpus* de nossa pesquisa, iniciando com a análise da variável dependente.

4.1 A VARIÁVEL DEPENDENTE

Nesta análise variacionista da realização do sujeito pronominal em uma amostra de fala popular do município de Poções, no interior do Estado da Bahia, foram depreendidas 2.961 ocorrências de sujeitos pronominais realizados ou não, como exemplificado abaixo:

- (1) **nós** brincava de pega-pega, de boneca (SP03)
- (2) **Eu** entrei dento d'uma casa (SM12)
- (3) inclusive já comentei isso até pa seu Liu (SP07)
- (4) criô porco e tudo (SM01)

A freqüência geral de realização fonética do pronome sujeito corresponde a quase 60% do total de ocorrências, como se pode ver na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Freqüência geral da realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA

FORMA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQÜÊNCIA
pronome sujeito realizado	1718/2961	58%
sujeito nulo	1243/2961	42%

Esses resultados se aproximam dos resultados de Duarte (1995) e Lucchesi (2004). Isso demonstra que, no que concerne à realização do sujeito pronominal, não há uma diferença significativa entre as diversas normas do PB, e até mesmo em relação à modalidade escrita da língua. Tanto nos estudos de Lucchesi (2004), no português afro-brasileiro, quanto no de Duarte (1995), no português culto, quanto em

nossa pesquisa, no português popular, pudemos verificar que há uma maior ocorrência do pronome pleno do que do sujeito nulo no português brasileiro.

Também foram analisadas as variáveis lingüísticas explanatórias, cujos resultados veremos a seguir.

4. 2 AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

As variáveis lingüísticas explanatórias selecionadas pelo VARBRUL como estatisticamente relevantes, abarcam vários níveis da estrutura lingüística, desde os morfemas verbais de pessoa e número ao paralelismo discursivo, passando pelo encadeamento das orações em que o sujeito é referido através de um pronome, realizado ou não na forma fonética da sentença. Nas seções abaixo serão apresentados os resultados de cada uma dessas variáveis lingüísticas explanatórias.

4.2.1 A pessoa do sujeito

Com essa variável, buscou-se observar como o nível de realização do sujeito pronominal se distribui pelas seis pessoas do discurso. Nos estudos realizados por Lucchesi (2004) o sujeito nulo é mais elevado na terceira pessoa, enquanto que a segunda pessoa apresentou o contexto menos favorável ao sujeito nulo. Resultado semelhante encontrou Duarte (1995) ao estudar essa variável. Buscamos, então, a comprovação desses resultados. Desse modo, os fatores foram, então, definidos da seguinte maneira:

a) 1ª pessoa do singular:

- (5) **eu** comecei ir na roça conhecê ele. (SP04)
- (6) **Eu** fui ne São Paulo só... (SM09)
- (7) e num dei bença a ela. (SP06)
- (8) fico com raiva. (SM03)

b) 2ª pessoa do singular:

- (9) quando dava nove hora **você** ia, totalmente, se arrumá. (SP05)

(10) se 'ocê num dé a lição (SM12)

(11) passava a noite na rua, (SM06)

(12) saía na bêra do rio (SM01)

c) 3ª pessoa do singular:

(13) **ela** já tinha medo dos pais (SP03)

(14) enquanto **ele** ficava levantano um burro ali, ajeitano a cara, os ôto rompia... (SM09)

(15) não pôde vim (SP12)

(16) começô com o barzinho dele e tá levando até hoje (SM05)

d) 1ª pessoa do plural:

(17) Ave Maria! Aí, quase que **nós** morre tudo perdido (SP10)

(18) Aí depois quando **nós** tornava sair (SM03)

(19) **a gente** dançava, brincava bastante quadrilha (SP08)

(20) então **a gente** vivia com saúde, saía, trabalhava (SM11)

e) 3ª pessoa do plural:

(21) **eles** me da... dava a rôpa pra lavá (SP07)

(22) **eles** falava que não, né, mas foi (SM12)

(23) Hoje, os filhos num tem mais medo, num respeita mais ninguém (SP03)

(24) era umas brincadêra muito sincera. Era muito sincera (SP05)

No *corpus* analisado, não foram encontradas ocorrências com referência à 2ª pessoa do plural, quando o falante se refere a mais de um interlocutor. Dessa forma, os resultados da análise quantitativa são apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável pessoa do sujeito (nível de significância: .038)

PESSOA DO DISCURSO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
2ª pessoa do singular	101/126	80%	.66
1ª pessoa do plural	401/621	65%	.61
1ª pessoa do singular	854/1413	60%	.51
3ª pessoa do plural	57/114	50%	.42

3ª pessoa do singular	305/687	44%	.37
TOTAL	1718/2961	58%	---

Os resultados demonstram que a 2ª pessoa do singular é aquela em que o pronome sujeito é mais realizado, com uma freqüência de 80% do total de ocorrências, contra 58% de freqüência geral, e um peso relativo de .66, bem acima dos .50, que indica neutralidade do fator. Isso se deve a motivações discursivas e, principalmente, ao fato de o uso do pronome *você*, que se conjuga com a forma verbal não marcada da 3ª pessoa do singular, dificultar a interpretação da categoria vazia por parte do destinatário neste contexto. O mesmo se aplica ao uso do pronome *tu*, também usado na comunidade de fala analisada, mas que se conjuga também com a forma verbal não marcada da 3ª pessoa do singular.

Por outro lado, a terceira pessoa, que apresenta uma simetria notável entre o singular e o plural, é aquela que mais desfavorece a realização do sujeito pronominal. No singular temos apenas 44% de realização do sujeito pronominal, com peso relativo de .37; no plural, são 50% do total de ocorrências, com peso relativo de .42. Nesse caso, a correferência com a expressão referencial, que antecede a forma do sujeito pronominal da 3ª pessoa, pode favorecer a sua não realização, pois o destinatário pode recuperar o valor informacional desse sujeito por uma relação de correferência.

Já a 1ª pessoa do singular revelou ser um fator neutro em relação à realização do sujeito pronominal, com um ligeiro aumento de 58 para 60% do total de ocorrências, de modo que se obteve um peso relativo de .51, praticamente na marca da neutralidade. Entretanto, a 1ª pessoa do plural favoreceu a realização do sujeito pronominal, com 65% do total de ocorrências, com um peso relativo .61. Esse resultado foge um pouco às expectativas iniciais de que esse fator favorece o sujeito nulo. Porém, ele pode ser atribuído ao elevado uso da expressão nominal *a gente*, gramaticalizada como pronome de 1ª pessoa do plural. Essa forma normalmente se combina com a forma verbal não marcada da 3ª pessoa do singular. Além disso, é freqüente a combinação do pronome pessoal *nós* com essa forma verbal não marcada.

Esses resultados se aproximaram dos obtidos nos estudos realizados por Duarte (1995), onde também encontramos a 2ª pessoa como aquela que mais

favorece a realização do sujeito pronominal e a 3ª pessoa como o fator que menos favorece essa realização. Também nesse mesmo estudo encontramos a 1ª pessoa como um fator neutro em relação à realização pronominal. Já nos estudos de Lucchesi (2004), também a 3ª pessoa do singular é o fator que menos favorece a realização do sujeito pronominal e a 1ª pessoa um fator neutro em relação à essa realização ou não. No entanto, nesses mesmos estudos, a 1ª pessoa do plural é a que mais favorece essa realização e a 3ª do plural apresenta-se como um fator neutro

Como destacado por esses autores, a realização ou não do sujeito pronominal em cada pessoa do discurso está fortemente relacionada à presença de um morfema específico de pessoa e número na forma verbal que acompanha esse sujeito pronominal. Por isso, é imperioso focalizar diretamente a presença desse morfema específico de pessoa e número como uma variável explanatória da realização do sujeito pronominal.

4.2.2 O morfema de pessoa e número

A escolha desta variável deve-se ao fato de que ela é um dos principais aspectos abordados por Chomsky (1981) no que se refere ao licenciamento do sujeito nulo. Lobato (1986), como foi visto no capítulo 2 desta dissertação, afirmou que nas línguas *pro-drop*, que permitem a utilização do sujeito nulo, a flexão verbal funciona como principal regente para a posição de sujeito, se relacionando com a flexão manifesta. Isso também é dito por Duarte (1995), ao afirmar que o português brasileiro passa por um processo de importantes mudanças em relação à realização ou não do sujeito pronominal que está relacionado à simplificação do nosso modelo flexional, devido à redução ocorrida no quadro pronominal. Ao comentar sobre o morfema de 3ª pessoa, Duarte (1995) afirma que apesar da 1ª e 2ª pessoas estarem perdendo a opção pelo sujeito nulo, o mesmo não acontece com a 3ª pessoa que continua a usufruir dessa opção. Isso se deve à perda da riqueza funcional do paradigma.

Ao estudarmos essa variável, foram observados os seguintes fatores, indicados abaixo com os respectivos exemplos, para verificarmos até que ponto a morfologia flexional seria a responsável pela presença do sujeito nulo:

a) morfema zero.

- (25) Não, eu **corria** um bocado. (SP01)
- (26) com'ê que **vai** pa rua e **volta** bebo?" (SP01)
- (27) Se você **dá** a lição (SM12)
- (28) ela **foi** lá em casa recramá com minha mãe (SP06)
- (29) e **dexô** eu com um menino (SM04)
- (30) e nós, se **pegasse** um (SP01)
- (31) Quando foi um dia, nós **pegô**, rapaz, a porra de um galo aí (SM01)
- (32) aí eles **arrumava** uma sacolinha (SP07)
- (33) porque **é** muito pirracentas demais (SM03)

b) morfema de 1ª pessoa do singular.:

- (34) **Sinto**, 'quele...aquele tempo era bom demais, antigamente... mais (SP01)
- (35) e...eu **bato**, **fico** com raiva (SM03)

c) morfema de 1ª pessoa do plural.

- (36) '**tamo** batalhando pra podê mantê a família (SP05)
- (37) aí nós **fiquemo** morando uns tempo (SM01)

d) morfema de 3ª pessoa do plural.

- (38) aí, depois **conversaro** bastante (SP04)
- (39) poque eles **passam** os medicamento tudo caro, (SP08)

O morfema zero foi escolhido como um fator de grande importância, pois pode servir a várias pessoas, conforme exemplos ilustrativos (25) a (33), mostrados acima. Já o morfema de 1ª pessoa do singular, só é realizado em alguns tempos. O morfema de 1ª pessoa do plural é o único que não é ambíguo, pois se refere somente a essa pessoa, não sendo utilizado por nenhuma das outras pessoas do discurso. É o morfema mais informativo da pessoa do sujeito. O mesmo não acontece com o morfema de 3ª pessoa do plural que tanto pode se ligar à 2ª quanto à 3ª pessoa do plural.

Lucchesi (2004), observou em seus estudos sobre o parâmetro do sujeito nulo no português afro-brasileiro que o morfema que mais favorece essa realização é o morfema de 1ª pessoa do plural *-mos*. Isso ocorre por ser este o morfema que apresenta uma maior saliência no paradigma flexional. O morfema da 1ª pessoa do singular e o *-m* final da 3ª pessoa do plural, este mais precisamente um morfema de

número, se mostraram num estágio intermediário. Ele concluiu que o que mais favorece a realização do sujeito pronominal é a ausência de qualquer morfema flexional.

Duarte (1995) também chegou a essa conclusão ao afirmar que o licenciamento do sujeito nulo se dá pela perda do traço semântico de pessoa na categoria gramatical, que é responsável pela identificação das três pessoas gramaticais. Desse modo, resta somente o traço sintático que nos leva aos quatro morfemas analisados em nossos estudos: *-o*, *-ei* (1ª pessoa do plural); *-mos* (1ª pessoa do plural); *-m* (3ª pessoa do plural) e morfema zero. O que vem ocorrendo é que a desinência *-mos* está deixando de ser utilizada e as desinências *-o* e *-ei* estão limitadaS a dois tempos verbais (presente, pretérito perfeito do indicativo). A desinência *-m*, como nos diz Duarte (1995), vem sendo omitida com freqüência nos registros mais informais, principalmente entre os falantes que possuem uma baixa escolaridade. Isso faz com que a desinência zero seja marcada negativamente em relação ao número e pessoa, mostrando a perda da flexão isoladamente.

Ao verificarmos essa variável obtivemos os seguintes resultados, em nossos estudos, expostos na Tabela 3:

Tabela 3 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável morfema de pessoa e número (nível de significância: .038)

MORFEMA DE PESSOA E Nº	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
morfema de 1ª p. do singular	385/626	62%	.50
morfema zero	1302/2272	57%	.51
morfema de 3ª p. do plural	6/12	50%	.45
morfema de 1ª p. do plural	25/51	49%	.25
TOTAL	1718/2961	58%	---

O que podemos observar é que o morfema de 1ª pessoa do singular e o morfema zero mantiveram-se como fatores neutros em relação à realização pronominal do sujeito, com peso relativo de .50 e .51, respectivamente, que, de certa forma reflete os resultados percentuais de freqüência de uso desses dois morfemas – um pouco acima da freqüência geral. Já o morfema de 3ª pessoa do plural obteve

50% de realização pronominal, um pouco abaixo da frequência geral de 58%, o que se refletiu no peso relativo de .45. Esses números revelam um pequeno desfavorecimento do uso do sujeito pleno, com esse morfema. O morfema de 1ª pessoa do plural, no entanto, foi o que mais favoreceu o sujeito nulo, com 49% de ocorrência para a realização do sujeito e peso relativo de .25. Isso acontece por ser este o morfema mais informativo da pessoa do sujeito, não necessitando, assim da realização do sujeito pronominal para que isso ocorra. Nos estudos realizados por Lucchesi (2004) também encontramos o morfema de 1ª pessoa do plural como o que mais favorece a utilização do sujeito nulo, apresentando 31% de ocorrências e peso relativo .76 para a realização desse tipo de sujeito. Já o morfema de 1ª pessoa do singular, também revelou ser um fator neutro em relação à realização do sujeito nulo, o que ocorreu também em nossos estudos, apresentando 29% de ocorrências e peso relativo de .51. O mesmo ocorre com o morfema zero que apresenta, no trabalho de Lucchesi (2004), 26% de ocorrências e peso relativo de .48, revelando ser também um fator neutro, apesar de indicar uma pequena queda. Quanto ao morfema de 3ª pessoa do plural, encontramos 32% de ocorrências e peso relativo de .57, demonstrando um leve desfavorecimento na realização do sujeito nulo, o que também pode ser observado em nossos estudos sobre a realização do sujeito pronominal. Desse modo, fica mais uma vez comprovada a importância da flexão verbal no licenciamento do sujeito nulo, confirmando o que foi dito por Duarte (1995) e Lobato (1986).

A seguir estaremos analisando os dados referentes ao traço semântico [+/- humano] que tem se revelado de grande importância no estudo das categorias vazias no português do Brasil.

4.2.3 O traço semântico

O traço semântico [+humano/-humano] tem-se mostrado um fator lingüístico muito importante para a realização ou não do sujeito pronominal. Duarte (1995 e 1989) observou que esta é uma das variáveis que mais interfere na realização ou não do sujeito e do objeto nulos. O traço semântico [+ humano] favorece a realização do sujeito pronominal e do objeto anafórico, enquanto que o traço semântico [- humano] favorece o sujeito e o objeto nulos. Isso nos leva à conclusão

de que o traço [- humano] é um fator de grande importância quando estão em jogo as categorias vazias, como afirma Duarte (1996), tendo-se revelado um importante fator responsável pela origem e implementação, no português do Brasil, do objeto nulo. O mesmo vem ocorrendo em relação ao sujeito, com a perda gradual da propriedade *pro-drop*. Lucchesi (2004) também observou que o traço [- humano] favorece consideravelmente a realização do sujeito nulo de 3ª pessoa.

Desse modo, ao examinarmos o traço semântico foram considerados os seguintes fatores, os quais ilustramos com alguns exemplos encontrados em nosso *corpus* de pesquisa:

a) [+ humano]:

- (40) **ela** foi lá em casa recramá com minha mãe (SP07)
- (41) já tem aqueles remédio que **ela** passa (SP08)
- (42) **ele** saiu pra pegá o aposento dele... (SM10)
- (43) **Ele** sempre dava uma chegazinha pra lá (SM02)

c) [- humano]:

- (44) mas pra mim num 'tá grande... (SP11)
- (45) Era mais difíci a vida, num era que nem hoje. (SP10)
- (46) que a boiada maia mei dia. Aí chegava maiava. (SM06)
- (47) Era, agora, era um casarão, né? (SM01)

Os resultados dessa variável também confirmaram os resultados das análises de Duarte (1995) e Lucchesi (2004). Como se pode ver na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável traço semântico [+/- humano] do sujeito (nível de significância: .038)

TRAÇO SEMÂNTICO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
[+ humano]	1704/2877	59%	.51
[- humano]	14/84	17%	.17
TOTAL	1718/2961	58%	---

Os resultados indicam que o traço semântico [-humano] favorece consideravelmente a não realização do sujeito de 3ª pessoa, onde encontramos uma frequência de 17% de sujeitos nulos, com peso relativo de .17. Já o traço semântico [+ humano], com 59% de ocorrências e .51 de peso relativo, demonstra ser um fator de neutralidade em relação à realização do sujeito pronominal. Isso foi observado por Duarte (1995), que afirmou ser este um fator relevante em relação à implementação de categorias vazias no português do Brasil. Em seus estudos, ele observou a ocorrência de 32% para o traço [+ animado] e de 44% para o traço [- animado] em relação à utilização do sujeito nulo. O que é confirmado também por Lucchesi (2004), onde encontramos 63% de ocorrências e peso relativo de .73 para o traço [- animado] e 29% de ocorrências e peso .47 para o uso do sujeito pronominal nulo. O mesmo foi observado por Duarte (1989) ao estudar a representação do objeto anafórico. Esses estudos revelaram também a importância do traço [+/- animado], onde foram encontrados 23,7% para o traço [+ animado] e 76,3% para o traço [- animado] em relação ao apagamento do objeto.

Os nossos estudos também confirmaram que esse traço é um dos mais relevantes em relação à categoria vazia no português popular do Brasil. A seguir estaremos analisando os dados referentes a outra variável: o tipo de oração.

4.2.4 Tipo de oração

Procuramos investigar, ao escolhermos essa variável, até que ponto o tipo de oração influenciaria na realização ou não do sujeito pronominal. Para isso, foram definidos os seguintes fatores abaixo relacionados e exemplificados:

a) orações declarativas:

(48) **ele** já tava com oito anos desempregado, e minha mãe era doente (SP07)

(49) “**Você** vai saí de saci-pererê” (SP05)

(50) **Eu** trabalhava na pocilga com finado Plínio (SM10)

(51) mas assim mesmo **a gente** vai levando a vida. (SM05)

b) orações negativas:

(52) **a gente** num vê nada (SP12)

- (53) **eu** também não acho certo (SP03)
- (54) mas agora num criei mais nada dessa vida (SM08)
- (55) **eu** num... **eu** num me lembro (SM05)

c) orações interrogativas:

- (56) se **você** já ouviu falá de Malagueta? (SP04)
- (57) **Eu** vô pra lá batê o joelho no chão? (SP05)
- (58) Por que que **eu** faço isso? (SM09)
- (59) “é, **vocês** tudo... tá tudo casado?” (SM08)

d) orações em respostas a perguntas diretas, do tipo *YES/NO question*;

- (60) DOC: Nasceu aqui mesmo? INF: Nasci aqui. (SP06)
- (61) DOC: O senhô assiste televisão? INF: Assistio (SP09)
- (62) DOC: E eram quantos irmãos? INF: Era... são sete mulé e quatro... quatro home. (SM01)
- (63) DOC: Mas brigava por quê? Por causa de bolinha de papel... INF: Brigava mermo por brigá (SM04)

e) orações em respostas a perguntas diretas, do tipo *YES/NO question*, com partículas *sim* ou *não*:

- (64) DOC: Tudo faz... fazia. Mas botava fogo de verdade, não?
INF: Não, só quando **nós** ‘tava fazeno ou cozinhado. (SP12)
- (65) DOC: E assim quando a senhora ia na festa de Poções... da rua! A senhora de ir nas barracas?
INF: Não, **eu** gosta mais era da igreja. (SP11)
- (66) DOC: Nunca apanhô?
INF: Não, **eu** nunca apanhei na escola (SM04)
- (67) DOC: Nunca tentô, num tem vontade ô nunca gostô mesmo da [cultura]?
INF: Não, nunca gostei da profissão. (SM10)

f) orações em resposta a pergunta com palavra interrogativa (*WH question*):

- (68) DOC2: Brincava mais de que também?
INF: Brincava de [rapaz] e ladrão, brincava de garrafão, boca de forno. (SP01)
- (69) DOC: E em relação ao namoro, assim, de hoje?
INF: Porque **eu** vejo aí menininha nova namora, é... num tem mais (SP03)

g) orações em respostas epistêmicas:

(70) **Eu** acho que é as criança mais que num tem mais essas coisas (SP01)

(71) **eu** sei (SP09)

(72) Pra mim, **eu** acho. (SM07)

(73) Sei não moço. (SM08)

O resultado pode ser verificado na Tabela 5.

Tabela 5 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável tipo de oração (nível de significância: .038)

TIPO DE ORAÇÃO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
Interrogativa	22/24	92%	.76
WH-question	8/11	73%	.85
Epistêmica	18/7	72%	.58
Negativa	139/227	61%	.50
Declarativa	1489/2541	59%	.50
yes/no question (resposta sim/não)	20/37	54%	.47
yes/no question (resposta)	22/96	23%	.34
TOTAL	1718/2961	58%	---

As orações com respostas a perguntas diretas, tipo YES/NO questions foram as que mais favoreceram a realização do sujeito nulo, apresentando 23% de realização pronominal com peso relativo de .34. Dentre os contextos selecionados para a análise, depreende-se que são as *respostas às perguntas diretas do tipo yes/no question* as que têm maior relevância para a realização do sujeito nulo, em que consiste a rejeição de um pressuposto do interlocutor. Já as orações YES/NO question com resposta sim ou não, as orações negativas e as orações declarativas demonstraram uma neutralidade em relação à realização do sujeito pronominal apresentando, respectivamente: 54% de ocorrências, com peso relativo de .47; 59% de ocorrências com peso relativo de .50; e 61% de ocorrências, com peso relativo de .50. As orações que exigem respostas que complementem a pergunta (WH question) e as orações interrogativas foram as que mais favoreceram a realização do sujeito

pronominal, com 73% de ocorrências e peso relativo de .85 e 92% e peso relativo de .71.

Nos estudos realizados por Duarte (1995), foi observado que as orações principais das completivas, que, na maioria das vezes, são constituídas de verbos epistêmicos e declarativos, tendem a favorecer a realização do sujeito pronominal. O que não pode ser percebido em nossos estudos em que as declarativas revelaram-se um fator neutro, enquanto as epistêmicas indicaram um leve favorecimento do sujeito pronominal.

A seguir veremos os resultados obtidos ao analisarmos a variável menção anterior do sujeito.

4.2.5 Menção anterior do sujeito

Nesta variável, foi considerado o que Naro e Scherre (1993) conceituaram como *paralelismo formal*, que é um aspecto do comportamento lingüístico em que há uma tendência a se manter um mesmo padrão de marcação em orações que estejam na mesma seqüência, conservando o mesmo referente. Lucchesi (2004) confirmou em seus estudos que a presença de um sujeito nulo na oração anterior favorece a não realização do sujeito pronominal na oração subsequente. Ele também observou que o mecanismo de correferência tem se revelado uma variável importante no licenciamento do sujeito nulo, pois a presença de um SN favorece a realização do sujeito nulo.

Buscando confirmar essas afirmações, observamos os seguintes fatores na análise dessa variável:

a) primeira menção do sujeito:

(74) **Eu** achava que a educação de antigamente é bem diferente. (SP06)

(75) **a gente** tinha que trabalhá mesmo. (SP08)

(76) **eu** era muito danada (SM04)

(77) Quase **eu** num tinha tempo pa brincá, não. (SM10)

b) presença do sujeito pronominal na oração anterior:

(78) **eles** me ajudava, me orientava (SP03)

- (79) No dia que **eu** cheguei de Salvadô, passeano aqui, e num dei bença a ela (SP06)
- (80) Agora **eles** lá fazia assim, **eles** levava, puxava daqui, era trinta dia de viagem. (SM06)
- (81) aí **nós** fiquemo morando uns tempo. Daí **nós** viemo praqui, né, com... (SM01)

c) presença de sujeito nulo na oração anterior:

- (82) 'Tá muito grande hoje, mas pra mim num 'tá grande...num 'tá grande que eu num... num ando no comércio (SP09)
- (83) num respeita mais os avós, não respeita os mais velhos, (SP03)
- (84) porque, quando eu era na... na... na... com idade de... de treze pra quatorze ano já comecei, já sempre estudava, fui estudando, fui estudando, fui muito castigado. (SM05)
- (85) aquela... aquela casa pequena, sabe comé? Era, agora, era um casarão, né Num era pequenininho, assim baxinho não era bem altona (SM01)

d) presença de um SN na oração anterior:

- (86) Aí eu me lembro que **minha mãe** me pego e me bateu, no mei da roda, né? Assim (SP07)
- (87) **A mais velha** vai fazê três anos, tem dois anos e cinco mês. (SM03)

Os resultados podem ser observados na Tabela 6, na qual se pode observar que a presença do sujeito nulo na oração anterior favorece altamente a não realização do sujeito pronominal na oração que se segue.

Tabela 6 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável menção anterior do sujeito (nível de significância: .038)

MENÇÃO ANTERIOR DO SUJ.	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
Primeira menção	1228/1605	77%	.69
pronome	386/726	53%	.44
Nulo	54/464	12%	.09
SN	3/30	10%	.14
TOTAL	1718/2961	58%	---

Pode-se observar que a presença do sujeito nulo na oração anterior desfavorece bastante a realização do sujeito pronominal, com 12% de ocorrências e peso relativo de .09, seguido da presença do SN, com 10% de ocorrências e peso relativo de .14. A presença do sujeito pronominal indicou um leve desfavorecimento da realização do sujeito pleno, apresentando 53% de ocorrências e um peso relativo de .44. Já a primeira menção do sujeito demonstrou ser um importante fator em relação à realização do sujeito pronominal, apresentando 77% de ocorrências e peso relativo de .69, o que pode ser explicado pela necessidade de uma forma mais explícita para a introdução de um novo referente. Esses resultados comprovam os estudos apresentados por Lucchesi (2004), que afirmou a importância do mecanismo da correferência na ocorrência do sujeito nulo, já que a presença de um SN também favorece a não realização do sujeito pronominal, confirmando a teoria de Chomsky (1981), segundo a qual a correferência conjugada à morfologia flexional do verbo seriam os principais licenciadores do sujeito nulo.

Nos estudos realizados por Lucchesi (2004) foram revelados os seguintes resultados relativamente à presença do sujeito nulo: 50% de ocorrências e peso relativo de .74, para as orações antecedidas por sujeito nulo; 48% de ocorrências e .63 de peso relativo, para antecedidas por um SN; 25% de ocorrências e .50 de peso relativo nas orações antecedidas por sujeito pronominal realizável; e 21% de ocorrências e .44 de peso relativo, para a primeira referência ou referência isolada. Esses resultados são confirmados em nossos estudos, onde encontramos, nessa variável, a presença do sujeito nulo na oração anterior como o fator mais importante na realização do sujeito nulo na oração posterior, seguido da presença de um SN. Os estudos de Lucchesi (2004) demonstraram também que a realização do sujeito pronominal anterior à oração revelou-se um fator neutro apresentando peso relativo de .50. Já em nossos estudos, apresentou uma leve queda com um peso relativo de .44. A primeira menção do sujeito também favoreceu a realização do sujeito pronominal tanto em nossos estudos quanto no de Lucchesi (2004).

Estaremos, a seguir, analisando a variável posição em relação ao antecedente.

4.2.6 Posição em relação ao antecedente

Procuramos verificar até que ponto o encadeamento sintático é um dos fatores que favorecem o sujeito nulo. Ao analisarmos essa variável, foram utilizados os seguintes fatores, abaixo relacionados e ilustrados com exemplos do *corpus* por nós utilizado.

a) orações sem encadeamento sintático:

(88) **eu** saí mais os colega, né? (SP01)

(89) Vou ampliá aqui Morrinhos (SM02)

b) outro período:

(90) e depois de quinze anos que eu vim conhecê ele também. *Aí hoje **ele** mora aqui.* (SP04)

(91) E ele... tinha vez que ele chegava em casa doze, uma hora da manhã, todo moiado, né. *Inda dêxava burro nos pau.* (SM09)

c) oração assindética:

(92) *Aí, eu chegava, pegava, ia* (SP05)

(93) *pegô um bonelzinho, botô dum lado e caiu no mundo, meu fi!* (SM08)

d) oração coordenada sindética:

(94) *Os político num quere que diz que acaba que... que é o prefetcho, mas **eu** até que *aconcordava* porque nove dia de festa?* (SP05)

(95) *às veze eu brinco mais os menino aí, mas num tem mais aquela vontade.* (SM10)

e) oração principal posposta à subordinada em que está o antecedente:

(96) *quando ele 'guenta, **ele** vem aqui de oito em oito dia.* (SP11)

(97) *e, aí, quando fui crescendo, **eu** subi.* (SP02)

f) oração adverbial com antecedente na principal:

(98) *Se tudo que **eu** fiz, quando era mais novo* (SP01)

(99) ***ele** 'tá aproveitano pa vendê coisa, com a barraca.* (SM07)

g) oração completiva (substantiva) com antecedente na principal:

(100) **Eu** lembro *que eu brinc... gostava de brincá de roda.* (SP07)

(101) que nem **eu** já disse, atrás aí, *que eu num sô daqui.* (SM02)

h) oração relativa com antecedente na principal:

(102) **Ele** é um cara *que véve cheio de pobreza.* (SM04)

(103) aqui era uma fazenda de **loio Macedo**, *que era meu padrinho, tá?* (SM01)

i) antecedente na pergunta do documentador.

(104) DOC: O senhô se lembra quando era criança? INF: Lembro. (SP06)

(105) DOC: Brigava por quê? INF: Ah, brigava mód'uma rôpa. (SM10)

Os resultados obtidos podem ser verificados, a seguir, na Tabela 7:

Tabela 7 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável posição em relação ao antecedente (nível de significância: .038)

POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO ANTECEDENTE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
completiva	47/58	81%	.80
Adverbial	138/176	78%	.73
Relativa	20/26	77%	.73
Sem encadeamento sintático	135/187	72%	.51
Outro período	770/1100	70%	.54
principal posposta à subordinada	55/88	63%	.56
coordenada sindética	215/404	53%	.51
assindética	299/791	38%	.39
antecedente na pergunta do doc.	39/131	30%	.25
TOTAL	1718/2961	58%	---

As orações com antecedente na pergunta do documentador foram as que mais favoreceram a não realização do sujeito pronominal, apresentado 30% de

ocorrências e peso relativo de .25, seguidas pelas orações assindéticas com 38% de ocorrências e .39 de peso relativo. As orações coordenadas sindéticas, as orações sem encadeamento sintático, as orações iniciando um outro período e as orações com a principal posposta à subordinada apresentaram-se como fator neutro em relação à realização do sujeito pronominal, sendo que as duas primeiras tiveram, respectivamente, 53 e 72% de ocorrência com peso relativo em ambas de .51. Já as duas últimas apresentaram, respectivamente, um índice de ocorrência de 70 e 63% e pesos relativos de .54 e .56. As orações relativas e as orações adverbiais apresentaram, respectivamente, ocorrências de 77 e 78%, com peso relativo de .71 em ambas, demonstrando serem fatores importantes em relação à realização do sujeito pronominal. No entanto, as orações completivas, com 81% de ocorrências e .80 de peso relativo, demonstraram ser as que mais favoreceram a ocorrência do sujeito pronominal.

Nos estudos realizados por Duarte (1995), as relativas tiveram papel importante na realização do sujeito pronominal, apresentando 60% de sujeito nulo na segunda pessoa, caindo para 30 e 39% na 1ª e 3ª pessoas, respectivamente. O mesmo ocorreu em nossos estudos. As relativas, juntamente com as adverbiais, (ambas com peso relativo de .73) acompanhando as completivas (com peso relativo de .80), revelaram ser um fator importante para a realização do sujeito pronominal. No trabalho de Duarte (1995), as orações relativas revelaram-se um fator da maior importância, enquanto que no nosso as orações completivas também, estando à frente das relativas em 3%. As orações adverbiais no trabalho de Duarte (1995) apresentaram 91% de realização pronominal na 2ª pessoa e 68 e 67%, respectivamente, na 1ª e 3ª pessoas. Quanto às orações completivas, elas apresentaram 56% na 2ª pessoa e 60 e 69% nas 1ª e 3ª pessoas respectivamente.

Já as orações coordenadas, nos estudos de Duarte (1995), apresentaram 100% de ocorrência na 2ª pessoa e 96% para a 1ª e 3ª pessoas. Em nossos estudos, as coordenadas sindéticas revelaram-se um fator neutro, no entanto as coordenadas assindéticas revelaram-se um importante fator na realização do sujeito nulo, como vimos acima, com 38% de ocorrências e .39 de peso relativo em relação à realização do sujeito pleno. As coordenadas e as orações que apresentavam o antecedente na pergunta do documentador foram as que menos realizaram o sujeito pleno, apresentando peso relativo de .39 e .25, respectivamente.

As orações iniciais, que introduzem um novo período, tiveram 72% de realização do sujeito nulo na 1ª pessoa e 52 e 67% nas 1ª e 3ª pessoas, respectivamente, nos estudos realizados por Duarte (1995). Em nossos estudos, esses fatores revelaram-se sem muita significância, apresentando um peso equivalente a .54, o que nos revela um leve favorecimento do uso do sujeito pronominal.

Outra variável analisada foi a topicalização, cujos resultados obtidos veremos a seguir.

4.2.7 Topicalização

A escolha dessa variável deveu-se ao fato dela apresentar resultados que sempre favoreceram o sujeito nulo. Ao abordar a questão da topicalização, Duarte (1995) cita o trabalho desenvolvido por Pontes (1987), em que ela nos diz que a razão da alta incidência dessas construções se deve à necessidade de marcar o sujeito como tópico, para que as duas posições não se confundam. O mesmo acontece pela necessidade de identificação do referente, quando não há distinção, na forma verbal, da pessoa gramatical. Também ele é utilizado para enfatizar ou contrastar o sujeito e, em alguns casos, devido à distância entre o tópico e o verbo a que ele está ligado. Ela ainda nos apresenta algumas observações sobre essa estrutura, afirmando que a pausa entre o tópico e o sujeito a que ele está ligado não é obrigatória e tende a ser longa, quando ocorre. Outra observação importante enfatizada por Pontes (1987) é a de que as construções de tópico com pronomes em português ocorrem sem restrições em orações negativas, interrogativas e encaixadas.

Já os estudos de Braga e Mollica (1985⁹⁷ e 1986⁹⁸), citados por Duarte (1995), que abordam essa estrutura, indicam que o espaço entre o sujeito e o predicado pode ser *não-marcado*, *marcado* por uma pausa ou ainda *duplamente marcado*, tanto pela pausa quanto pelo pronome. Em nossos estudos procuramos verificar a

⁹⁷ BRAGA, Maria Luiza e MOLLICA, M. Cecília M. (1985). *Algumas contribuições para a compreensão do tópico discursivo*. 30º Seminário do GEL. UNESP. São José do Rio Preto, SP, ms.

⁹⁸ BRAGA, Maria Luiza e MOLLICA, M. Cecília M. (1986). Marcas segmentais e/ou suprasegmentais entre o sujeito e o predicado e sua função discursiva. *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos, 12. Uberaba, MG. p. 24 a 39.

presença desse pronome enquanto tópico e a sua relação com a realização ou não do sujeito pronominal. Para Duarte (1995) há uma mudança nessa estrutura, em que o aparecimento do tópico revela pronomes de 1ª e 3ª pessoas. Ainda, segundo seus estudos, ocorre um significativo implemento no uso da estrutura com duplo sujeito pelos mais jovens, afirmando que assim como é notável a implementação do sujeito pleno, pode-se perceber também a implementação do duplo sujeito.

Ao analisarmos a variável topicalização, consideramos os seguintes fatores:

a) presença do tópico:

(106) que **eu**, futebol, **eu** gostava demais. (SP01)

(107) aí **eu**, **eu** cheguei. (SP

b) ausência do tópico.

(108) Ah, **eu** me lembro que a gente ia pa escola. (SP07)

(109) Não queria ficá comigo (SM04)

Ao contrário do que se esperava, a presença do tópico favoreceu a realização do sujeito pronominal, como se pode observar na Tabela 8.

Tabela 8 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável topicalização do sujeito (nível de significância: .038)

TOPICALIZAÇÃO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
Presença do tópico	20/21	95%	.92
Ausência do tópico	1698/2940	58%	.50
TOTAL	1718/2961	58%	---

Lucchesi (2004) afirmou a importância do mecanismo da correferência na ocorrência do sujeito nulo, já que, em sua análise, a presença de um SN favorece a não realização do sujeito pronominal, apresentado 48% de ocorrências e peso relativo de .68 para o sujeito nulo. Isso foi comprovado em nossos estudos, ao analisarmos a variável *menção anterior do sujeito*, onde ocorreram 10% de ocorrências com um peso relativo de .14 para a realização pronominal antecedido por um SN, como pudemos verificar, anteriormente, na Tabela 6. Já a presença do

pronome apresenta só um leve desfavorecimento em relação à realização do sujeito pronominal, apresentado 53% de ocorrências e .44 de peso relativo.

No entanto, ao analisarmos a presença do tópico representado por um sujeito pronominal, encontramos, em nossos estudos, um resultado em que a presença do tópico favoreceu a realização do sujeito pronominal. Pode ser que isso também esteja acontecendo em relação à variável topicalização. É um comportamento que não podemos explicar no momento, e que merece um estudo específico. Esses resultados nos mostram que a presença do tópico com 95% de ocorrências e peso relativo de .92 é um fator importante para a realização do sujeito pronominal, o que está de acordo com a afirmação de Duarte (1985) acerca de uma implementação do duplo sujeito. Já a ausência do tópico demonstrou ser um fator neutro, em relação à realização ou não do sujeito pronominal, apresentando 58% de ocorrências e peso relativo de .50.

4.2.8 Conclusão das variáveis lingüísticas

Do total de 2.961 ocorrências computadas, 1.718 (58%) apresentam o sujeito pronominal pleno, enquanto 1.243 (42%), o sujeito nulo. Na verdade não foi um percentual muito expressivo. Como sabemos, um processo de mudança não acontece rapidamente e nem é uniforme. No entanto, vem confirmar que existe uma maior ocorrência do pronome pleno do que do sujeito nulo no português popular do Brasil.

Quanto à pessoa do discurso, observou-se que o sujeito pronominal é mais realizado na 2ª pessoa do singular, que apresentou .66 de peso relativo. Isso se deve à substituição do pronome *tu* por *você* e também à perda da forma marcada de segunda pessoa, tornando necessária a realização do pronome sujeito para que se possa identificar a pessoa do discurso. O mesmo acontece com a 1ª pessoa do plural, onde também encontramos a substituição do pronome *nós* pela expressão *a gente*, o que também retira a forma verbal marcada da primeira pessoa do plural. As estruturas de terceira pessoa do singular foram as que mais favoreceram o sujeito nulo em função da relação anafórica que permite a identificação da pessoa do discurso. Essa perda da “riqueza funcional” não permite mais identificar o português brasileiro como uma língua *pro-drop*.

Outro fator que demonstrou ser de grande importância na realização do sujeito pronominal foi o traço tipo de oração, onde as orações do tipo *Wh-question* e as interrogativas demonstraram um peso relativo de .85 e .76, respectivamente, para a realização fonética do pronome sujeito. Também de grande importância foi a variável posição em relação ao antecedente, em que se observou que as orações completivas, adverbiais e relativas foram as que mais favoreceram a realização do sujeito pronominal pleno, apresentando peso relativo de .80 e .73 nas duas últimas, respectivamente. Um fator que se revelou também relevante em relação à realização do sujeito pronominal foi a presença do tópico, o que demonstrou ser um resultado antifuncional, já que segundo o princípio da correferência abordado por Lucchesi (2004) estaria relacionado à realização do sujeito nulo. Essa construção com deslocamento do sujeito, retomando pronominalmente em posição de sujeito um SN ou outro pronome na mesma sentença, segundo Duarte (1995) é uma consequência provocada pela mudança do sistema. Esses resultados sugerem a necessidade de um aprofundamento maior a respeito do Sujeito Nulo, que é um dos parâmetros da Gramática Universal.

A seguir apresentaremos os resultados da análise quantitativa das variáveis sociais na realização ou não do sujeito pronominal.

4.3 VARIÁVEIS SOCIAIS

Um dos pontos principais da Sociolinguística é a utilização de fatores não-lingüísticos ou extralingüísticos ao analisar a variação lingüística e as mudanças que podem vir a ocorrer. Como afirma Silva-Corvalán (1988): “La lengua es una forma de conducta social; como tal, creada y moldeada por seres humanos”. (Silva-Corvalán, 1988, p. 68) Para verificar a relação da língua com a sociedade, buscamos verificar a influência na realização ou não do sujeito pronominal das seguintes variáveis sociais: sexo, idade dos informantes, nível de escolaridade e localização do falante (zona urbana ou zona rural). Considerou-se também a possibilidade do informante ter vivido fora da comunidade, por um período acima de seis meses. No entanto, ao submetermos essas variáveis sociais ao programa de regras variáveis VARBRUL, foram selecionadas como estatisticamente relevantes o sexo, a idade e a localização do falante. O grau de escolaridade não foi uma variável considerada

significativa por esse programa estatístico, já que trabalhamos com indivíduos analfabetos e semi-analfabetos. Desse modo, essa variável não se constituiu uma diferença importante em relação aos diferentes níveis de escolaridade. Quanto à estada fora da comunidade, poucos foram os informantes que tinham vivido em outros lugares, o que fez com que essa variável fosse considerada como sem relevância estatística pelo programa de regras variáveis VARBRUL.

Em relação às variáveis sociais, pode-se perceber que não houve uma diferença significativa entre os fatores utilizados para a análise dessas variáveis. O resultado, veremos abaixo nas tabelas 9, 10 e 11. Para isso foram consideradas as seguintes variáveis sociais consideradas relevantes pelo programa de regras variáveis VARBRUL, que foram sexo, idade dos informantes, além da localização do falante.

4.3.1 Sexo

Os estudos sociolingüísticos sempre apontaram diferenças lingüísticas entre homens e mulheres. Os papéis que os homens e as mulheres exercem na sociedade em que vivem devem ser considerados. Os estudos sociolingüísticos que incluem essa variável apontam as mulheres como sendo as que se utilizam formas mais prestigiadas e os homens de sua classe e idade, as formas não-padrão.

Labov (1983), ao comentar o papel das mulheres na mudança lingüística, cita um trabalho de Gauchat (1905)⁹⁹ em que a existência da mudança em curso se deve em grande parte ao papel das mulheres, já que elas se utilizam mais das novas formas do que os homens. Gauchat cita exemplos da história da França, em que as mulheres de Paris eram responsáveis como iniciadoras da mudança lingüística. Um comportamento semelhante encontrou Labov (1983) ao analisar a evolução do inglês de Nova York. Ele observou que as mulheres estão uma geração adiante dos homens em relação às mudanças verificadas nesses estudos. O mesmo ele encontrou em seus trabalhos sobre Detroit e Chicago, em que as mulheres encabeçavam as mudanças lingüísticas. Mas nem sempre isso acontece, como no caso do estudo de Labov em Martha's Vineyard que as mudanças se davam

⁹⁹ GAUCHAT, L. (1905). L'Unité phonétique dans le patois d'une commune. en: *Aus Romanischen Sprachen und Literaturen: Festschrift Heinrich Mort*. Halle: Max Niemeyer. p. 175 a 232.

principalmente nos falantes do sexo masculino. Chambers e Trudgill (1994) também afirmam que, ao analisarem as pontuações por sexo dos falantes, numa entrevista sobre o francês de Montreal, observou-se que os homens usavam muito mais que as mulheres a variante de menor prestígio social.

Buscando verificar resultados que comprovassem essas afirmações sobre a variável sexo, foram utilizados os seguintes fatores:

- a) masculino;
- b) feminino.

Os resultados podem ser observados na Tabela 9, onde encontramos uma neutralidade em relação à variável sexo. Os falantes do sexo feminino apresentaram 59% de ocorrências e um peso relativo de .52, enquanto os falantes do sexo masculino apresentaram 43% de ocorrências e .47 de peso relativo. Percebemos, desse modo, que os falantes do sexo masculino tendem a não realização do sujeito pronominal.

Tabela 9 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável sexo (nível de significância: .038)

SEXO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
Feminino	948/1603	59%	.52
masculino	769/1357	43%	.47
TOTAL	1718/2961	58%	---

O mesmo ocorre nos estudos de Duarte (1995), onde os falantes do sexo masculino são os que mais utilizam o sujeito nulo. Em sua pesquisa encontramos 34% de ocorrências e peso relativo de .55 para o sexo masculino e 25% de ocorrências e .46 de peso relativo para o sexo feminino. Isso se mantém em seus estudos, embora, às vezes, se apresente menos acentuada em todos os grupos. Duarte (1995) cita a afirmação de Pontes (1987)¹⁰⁰ de que há uma tendência para que as mulheres liderem um processo de mudança em relação às formas prestigiadas, mantendo-se mais conservadoras em relação às formas de menor prestígio. No entanto, em relação à presença ou ausência do pronome, não

¹⁰⁰ PONTES, Eunice (1987). *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Ed. Pontes.

encontramos nenhuma variante estigmatizada socialmente. De qualquer forma, mais uma vez as mulheres aparecem liderando o processo de mudança. O mesmo ocorre em nossos estudos, em que as mulheres tendem a se utilizar mais do sujeito pronominal pleno, enquanto que os homens, o sujeito nulo. Os nossos resultados revelam apenas uma pequena diferença entre um fator e outro, mas indicam que as mulheres são responsáveis por esse processo de mudança para a perda de características *pro-drop* da língua portuguesa no Brasil. Isso, talvez, se deva ao fato das mulheres estarem mais ligadas ao ambiente doméstico e à comunidade em que vivem, demonstrando certa reserva ao meio exterior. Por outro lado, os homens se deslocam para realizar trabalhos temporários ou mesmo em busca de empregos em outros centros urbanos, tendo assim uma maior mobilidade do que os falantes do sexo feminino. Eles mantêm contatos com outros grupos, se adaptando a novas situações, o que faz com que haja uma tendência à aquisição da norma lingüística de outros grupos pelos falantes desse sexo.

A próxima variável social analisada é a faixa etária dos falantes. Os resultados dos dados obtidos estão expostos a seguir.

4.3.2 Faixa etária

Ao analisarmos a variável faixa etária, distribuimos os falantes em três faixas:

- a) faixa I – 25 a 35 anos;
- b) faixa II – 45 a 55;
- c) faixa III - < 65.

Observou-se que os jovens estão fazendo mais uso do sujeito pronominal, enquanto que os idosos utilizam o sujeito nulo. A faixa etária intermediária demonstrou uma neutralidade em relação a essa variável, apresentando 58% de ocorrências e peso relativo de .50. A faixa etária I apresentou 62% de ocorrências e peso relativo de .56, enquanto que na faixa etária III tivemos 54% de ocorrências e peso relativo de .45. A Tabela 10 a seguir os apresenta esses resultados:

Tabela 10 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-Ba, segundo a variável faixa etária (nível de significância: .038)

FAIXA ETÁRIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
faixa I	559/895	62%	.56
faixa II	565/967	58%	.50
faixa III	593/1098	54%	.45
TOTAL	1718/2961	58%	---

Também Duarte (1995), ao estudar a realização do sujeito pronominal na fala culta, encontrou uma maior ocorrência do sujeito nulo na fala dos falantes da faixa III (mais de 46 anos), 39% e peso relativo de .62. Os falantes da faixa II (36 a 45 anos) apresentaram 27% de ocorrências e peso relativo de .46. Já os falantes da faixa I (25 a 35 anos) apresentaram 22% de ocorrências e peso relativo de .41. Isso nos indica que está havendo uma mudança em curso em relação à realização do sujeito pronominal, pois tanto nos estudos realizados por Duarte (1995), quanto em nosso trabalho, encontramos uma tendência para que os mais jovens utilizem o sujeito pronominal pleno.

A seguir analisaremos a variável localização do falante, se na zona urbana ou rural.

4.3.3 Localização

Buscando verificar a importância da variável localização do falante, em relação ao uso do sujeito pronominal foram escolhidos os seguintes fatores;

- a) sede;
- b) zona rural.

Os resultados estão apresentados na Tabela 11.

Tabela 11 – A realização do sujeito pronominal na fala popular do município de Poções-BA, segundo a variável localização (nível de significância: .038)

LOCALIZAÇÃO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P. R.
Sede	822/1331	62%	.55
zona rural	895/1629	55%	.46
TOTAL	1718/2961	58%	---

Em relação a essa variável, pode-se observar uma maior ocorrência do sujeito pronominal na sede do município, enquanto que na zona rural encontramos uma maior utilização do sujeito nulo. Encontramos, então 62% de ocorrências e peso relativo de .55, na sede; e 55% de ocorrências e peso relativo de .46, na zona rural.

4.3.4 Conclusão das variáveis sociais

Ao observar nossos resultados, concluímos que as variáveis sociais não tiveram muita significância em relação à realização do sujeito nulo no português popular do Brasil. Uma das variáveis sociais analisadas foi o sexo dos informantes. Os resultados dessa variável demonstraram que os falantes do sexo feminino tendem a uma maior realização do sujeito pronominal pleno, apresentando um peso relativo de .56, enquanto os falantes do sexo masculino apresentaram .45 de peso relativo. Isso nos mostra que a mulher seria um dos principais responsáveis por essa mudança do parâmetro *pro-drop* no português popular do Brasil.

Ao analisarmos a variável faixa etária, percebemos que há uma tendência para que os mais jovens utilizem-se do sujeito pronominal, denotando uma mudança em curso. Isso se pode perceber, observando os pesos relativos das faixas etárias dos falantes. A faixa etária I (25 a 35 anos) apresentou peso relativo de .56, enquanto que a faixa etária II (45 a 55 anos), peso relativo de .50 e a faixa etária III (acima de 65 anos), peso relativo de .45. Esse resultado demonstra uma tendência para a perda da característica de língua *pro-drop* do português brasileiro.

Outra variável analisada foi a localização do falante. Procuramos verificar até que ponto o fato dele residir na zona urbana ou na zona rural contribuiria com a mudança em tempo aparente. O que se observou foi uma tendência dos falantes da sede do município à utilização do sujeito pronominal (peso relativo de .55), enquanto nos moradores da zona rural houve uma tendência à não-realização pronominal

(peso relativo de .45). Esses resultados nos levaram a concluir que os seguintes fatores: falante do sexo feminino, mais jovem e morador da zona urbana têm mais significância na realização do sujeito pronominal. Já os fatores: falante do sexo masculino, mais velho e morador da zona rural contribuem para uma maior utilização do sujeito nulo.

4.4 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE DADOS

os resultados de nossa análise variacionista do sujeito pronominal nulo de referência definida no português popular do interior do estado da Bahia revelaram uma semelhança entre os condicionantes lingüísticos que regem a variação na fala de comunidades afro-brasileiras (Lucchesi, 2004) e na variedade urbana culta (Duarte, 1995) do Português Brasileiro. Nesses casos, e em nossos estudos, o sujeito nulo é favorecido pela presença de um morfema flexional do verbo, pelo mecanismo sintático da correferência e pelo traço semântico [-humano]. Lucchesi (2004) afirma que isso vem contribuir para fortalecer a visão de que existe uma universalidade nas ações e nos processos de variação e mudança no sistema lingüístico. Isso ocorre tanto no plano diacrônico quanto sincrônico e nas suas variações diastráticas.

Observamos, no entanto, algumas peculiaridades no plano sociolingüístico entre esses dois estudos e o nosso. Percebemos que há uma similaridade em relação ao uso das variantes na freqüência do uso do sujeito pronominal nulo no padrão culto, no português afro-brasileiro e em nossos estudos. No entanto, as tendências de mudança observadas são, segundo os dados analisados, diferentes. Tanto na norma culta (Duarte, 1995), quanto em nossos estudos, foi observada uma tendência para a perda da propriedade do sujeito pronominal nulo. Já na análise de Lucchesi (2004) sobre o português afro-brasileiro não se chegou a um resultado conclusivo. Em sua análise, ele afirma que estaria em curso, na norma culta, uma queda na freqüência de utilização do sujeito nulo, que foi iniciada através de um processo de reorganização na pauta dos pronomes sujeito. Já nas diferentes variedades vernáculas já havia uma restrição, em graus diferenciados, de acordo com o nível de erosão de sua morfologia flexional. Isso foi determinado pelo grau de contato entre línguas na história dessas variedades.

Isso nos leva a concluir que o português do Brasil, tanto em sua norma culta (Duarte, 1985), quanto na popular, analisada em nossos estudos, está se afastando do grupo de línguas consideradas *pro-drop*. Isso pode ser observado ao analisarmos os resultados da variável faixa etária, em que o processo de mudança é observado em tempo aparente, já que os mais jovens (faixa etária I) são os que mais realizam o sujeito pronominal pleno. Apesar de ainda conviver com um sistema em que ainda se refletem as características *pro-drop*, o PB apresenta um sistema em desenvolvimento em que, como afirma Duarte (1995), a perda da “riqueza funcional” já não permite mais a identificação como uma língua com características *pro*.

CONCLUSÃO

O estudo das variações lingüísticas enriqueceu-se com a utilização da metodologia da sociolingüística quantitativa laboviana. Hoje, sabemos que, além da variação lingüística, temos também a variação social (sexo, idade, nível de escolaridade) e a variação estilística. Desse modo, podemos perceber que a língua é heterogênea, já que é utilizada de maneira diferente entre os falantes e que sempre se modifica. A língua usada no Brasil, por exemplo, apesar de originária de Portugal, não pode ser considerada a mesma daquele país. Falamos e utilizamos a língua portuguesa, mas podemos constatar que há diferenciações entre o que é falado aqui no Brasil e o que é falado em Portugal, ou em qualquer outro país por ele colonizado, já que a língua não é estática, ela é dinâmica. Ao chegar no Brasil, o português misturou-se com a língua nativa, falada pelos indígenas e, mais tarde, com as dos negros vindos da África. O fato é que as mudanças não pararam aí. As variações foram surgindo influenciadas pela questão temporal, espacial e social. Não podemos negar que existem essas influências. A variedade da língua portuguesa, dentro do próprio país, o Brasil, é igualmente significativa.

Nesse panorama, podemos afirmar que a língua portuguesa, como é realmente falada no Brasil, está perdendo algumas das características da variedade falada em Portugal, como a de língua *pro-drop*, em que é opcional o uso do sujeito pronominal. Esse processo de mudança em curso se deve à perda da morfologia flexional, que comprometeu assim a sua estrutura funcional. Observamos que, no português do Brasil, o sujeito nulo é favorecido pela presença de um morfema flexional do verbo, pelo mecanismo sintático da correferência e pelo traço semântico [-humano]. Isso foi percebido também nos estudos de Duarte (1995), sobre o sujeito nulo no português culto, e Lucchesi (2004), sobre o sujeito nulo no português afro-brasileiro.

Também podemos perceber que o contato entre línguas teve uma grande importância em relação à formação do português popular brasileiro. Mesmo que defendam que exista uma deriva secular que impulsionou essas mudanças, não podemos negar a existência desse contato no início da colonização brasileira e a sua relevância no contexto histórico e lingüístico brasileiro. As evidências históricas demonstram que o português do Brasil foi influenciado por esse contato, principalmente com as línguas africanas. Isso fica claro quando verificamos a

influência da escolarização e dos centros urbanos no português rural do Brasil atual. O estudo dos princípios e parâmetros, e mais especificamente do parâmetro do sujeito nulo, vem nos mostrar o processo pelo qual a língua portuguesa no Brasil passou e vem passando. Nesse sentido podemos verificar que o português do Brasil possui características próprias que o distinguem do português europeu.

Diante de todas essas questões, buscamos em nosso trabalho examinar o português do Brasil à luz do parâmetro do sujeito nulo. Para isso, utilizamos uma amostra sincrônica da língua oral produzida por indivíduos analfabetos ou semi-analfabetos, residentes no interior do estado da Bahia. Os resultados de nossa análise variacionista nos permitem concluir que o português brasileiro está perdendo as características de uma língua de sujeito nulo ou *pro-drop*. Do total de 2.961 ocorrências computadas, 1.718 (ou seja, 58% do total) apresentam o sujeito pronominal pleno, enquanto 1.243 (42%), o sujeito nulo. Mesmo não sendo um percentual muito significativo, sabemos que um processo de mudança não acontece rapidamente e nem é uniforme e, nesse caso, não pode ser considerada como uma mudança concluída. No entanto, vem confirmar que existe uma maior ocorrência do pronome pleno do que do sujeito nulo no português popular do Brasil. Isso vem ocorrendo em função do enfraquecimento da flexão, que identifica a categoria vazia de sujeito em línguas que possuem uma morfologia “rica”. No entanto, não é uma mudança concluída, já que convivem as características *pro-drop* e um sistema em que a redução do paradigma flexional não permite mais a identificação de *pro*.

A mudança se mostra mais evidente nos contextos em que ocorre a segunda pessoa do singular, devido à substituição do pronome *tu* por *você* e também à perda da forma verbal marcada de segunda pessoa. Isso também vai acontecer com a primeira pessoa do plural, onde o pronome *nós* é substituído pela expressão *a gente*, que também retira a forma verbal marcada da primeira pessoa do plural. Já a terceira pessoa do singular foi a que favoreceu o sujeito nulo. Isso acontece porque é possível identificar a pessoa do discurso em função da correferência com o Sintagma Nominal antecedente. Essas e outras características, relacionadas ao enfraquecimento da estrutura funcional, em função da perda da morfologia flexional nos permite identificar o português brasileiro como uma língua não *pro-drop*. As orações completivas, adverbiais e relativas também favoreceram a realização do sujeito pronominal pleno, mas um outro fator que se revelou também relevante em relação à realização do sujeito pronominal foi a presença do tópico, revelando um

resultado antifuncional em relação a essa variável, já que em princípio a presença do tópico permitiria a identificação do sujeito, tornando desnecessária a sua realização fonética.

No que concerne a caracterização do processo variável em termos da dicotomia variação estável e mudança em curso, as variáveis sociais apresentarem resultados significativos em nosso estudo sobre o parâmetro do sujeito nulo no português popular do interior do Brasil. Os falantes do sexo feminino se utilizam mais do pronome sujeito, confirmando a tendência das mulheres como principais responsáveis pelo processo de mudança. Também ficou comprovado que os falantes da zona urbana são os que mais se utilizam do sujeito pronominal. Nesse sentido, a faixa etária foi uma das variáveis sociais de maior importância, pois ficou configurado que a mudança se apresenta em andamento, já que os mais jovens são os que mais utilizam o sujeito pronominal.

Isso nos leva a concluir que o português do Brasil está, cada vez mais, se afastando da propriedade *pro-drop*, que caracteriza línguas como o português europeu, o italiano e o espanhol. No entanto, os resultados dessa análise sugerem o aprofundamento dessa discussão a respeito do Parâmetro do Sujeito Nulo, que tem se revelado um assunto de grande relevância para se compreender as mudanças ocorridas no português brasileiro, tendo como base a língua vernácula falada pelo povo brasileiro. Com os dados aqui sistematizados a partir de uma amostra de fala do português popular do interior do Estado da Bahia, esperamos poder contribuir com futuras reflexões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos de. (2000) *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTILHO, Ataliba T. (1997) O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo, Ática. 2. ed. p.237 a 69.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. (1994) *La Dialectología*. Trad. Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros.
- COUTO, Honório Hildo do. (1994) *O que é Português Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense. 8. ed.
- CUNHA, Celso (1985) *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1995) *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1989) Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. (org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes/UNICAMP. p.19 a 34.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia Duarte (1996) Do pronome nulo ao pronome pleno: A trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp. 2.ed. p. 107 a 128.
- IBGE. *Informações estatísticas do município de Poções-BA*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 10 dez. 2006.
- IBGE. *Ensino: matrículas, docentes e rede escolar 2004*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 10 dez. 2006.
- IBGE. *População e domicílios – Censo 2000 com divisão territorial 2001*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 10 dez. 2006.
- LABOV, William. (1983) *Modelos sociolingüísticos*. Trad. de José M. Marinas Herrerias. Madrid: Cátedra.
- LIMA Sobrinho, Barbosa. (1977) *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC. 2.ed.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (1986) A teoria da regência e ligação. In: _____. *Sintaxe Gerativa do Português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, capítulo XII, p. 399 a 495.

LOBO, Tania. (1994) *Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil*. Revista Internacional de Língua Portuguesa, Lisboa, nº 12, p. 9 a 15.

LUCCHESI, Dante. (2001) *As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000)*. D.E.L.T.A., São Paulo, vol. 17, nº 1, p. 97 a 130.

LUCCHESI, Dante. (2003) O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 272-284.

LUCCHESI, Dante (2004) *Contato entre línguas e variação paramétrica: o sujeito nulo no português afro-brasileiro*. Língua(gem), Macapá, vol. 1, nº 2, p. 63 a 91.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (1993) *Sobre as origens do português popular do Brasil*. D.E.L.T.A., Campinas, vol. 9, nº especial, p. 437 a 454.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (2001) *Sobre as origens estruturais do português brasileiro: crioulização ou mudança natural?*. PAPIA, Brasília, nº 11, p. 40 a 50.

NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria Marta Pereira. (2003) *The concept of irregular linguistic transmission and the structural origins of Brazilian Portuguese: Variable concord and filled subjects*. Summer Conference, Society for Pidgin and Creole Linguistic. University of Hawaii – Honolulu, Hawaii, USA.

PERINI, Mário A. (2000) *Para uma Nova Gramática do Português*. São Paulo: Ática. 10ª edição.

PERINI, Mário A. (1976) Alguns problemas da sintaxe portuguesa. In: _____. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe brasileira*. Belo Horizonte: Vigília, cap. 7, p. 192 a 240.

PERINI, Mário A. (2000) *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática,. 3ª edição.

POSSENTI, Sírio. (2000) *Por que (não) Ensinar Gramática na Escola*. Campinas: Mercado de Letras/ABL. 6 ed.

RAPOSO, Eduardo Paiva (1992) A língua como sistema de representação mental. In: _____. *Teoria da Gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho. Capítulo 1, p. 55 a 63.

RAPOSO, Eduardo Paiva (1992) Categorias vazias em posições argumentais. In: _____. *Teoria da Gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho. Capítulo 11, p.327 a 346.

RODRIGUES, Ayrton Dall'igna. (1996) *As línguas gerais sul-americanas*. PAPIA, Brasília, vol. 4, nº 2, p. 6 a 18.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (2000) *Breve história da língua dos índios vistos por Cabral*. Universa, Brasília, vol. 8, nº 3, p. 541 a 552.

SAUSSURE, Ferdinand de. (2000) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix,. 22. ed.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, Anthony J. (2000) *Garimpando as origens estruturais do português brasileiro*. Palestra proferida no Congresso Internacional 500 anos de Língua Portuguesa no Brasil, Universidade de Évora, Évora, Portugal.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. (2005) *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do estado da Bahia*. Salvador: UFBA. Tese de doutorado.

SILVA-CORVALÁN, Carmem. (1988) *Sociolingüística, teoría y análisis*. Madrid: Alhambra.

SILVA NETO, Serafim da (1988) A língua portuguesa no Brasil. In: _____. História da língua portuguesa, 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, p. 581 a 593.

TEYSSIER, Paul. (1997) *História da Língua Portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes. Cap. 4 "O português do Brasil". p. 93 a 116.